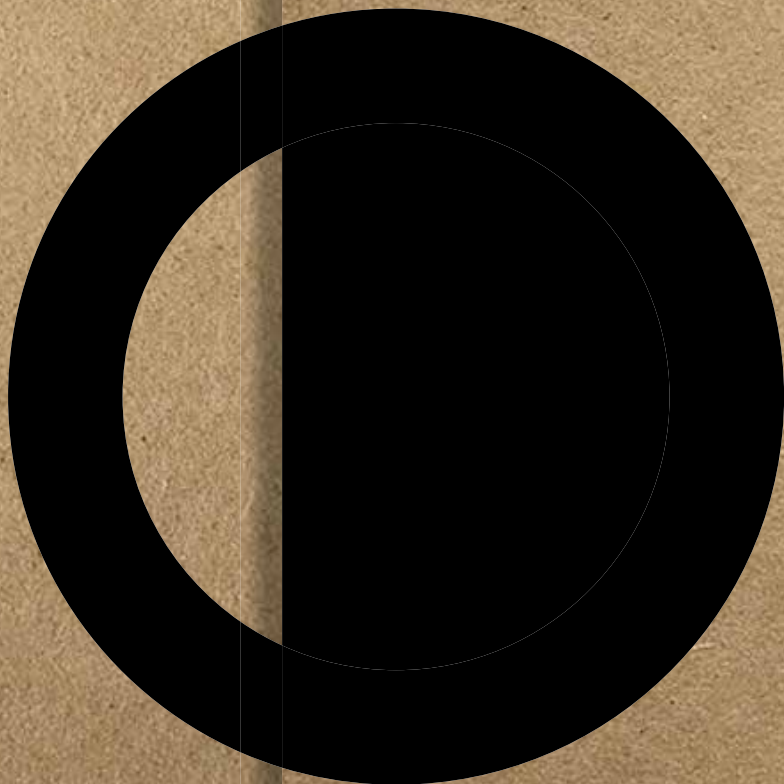




**O ECLIPSE DO
PROGRESSISMO**



**A esquerda
latino-americana
em debate**

**O ECLIPSE DO
PROGRESSISMO**

Coletivo**660**

Chico Whitaker
Jorge Abrahão
José Correa Leite
Mauri Cruz
Moema de Miranda
Salete Valesan
Sérgio Haddad
Oded Grajew

apoio

Janaina Uemura
Filomena Siqueira



conselho editorial

Bianca Oliveira
João Peres
Leonardo Garzaro
Tadeu Breda

edição & preparação

Tadeu Breda

revisão

João Peres

projeto gráfico & diagramação

Bianca Oliveira

organização

José Correa Leite
Janaina Uemura
Filomena Siqueira

O ECLIPSE DO PROGRESSISMO

A esquerda
latino-americana
em debate

tradução

Sandro Ruggeri Dulcet

Introdução 7

Relegitimação da governabilidade neoliberal, resistências populares e desafios emancipatórios na Argentina e em Nossa América

Emilio Horacio Taddei 17

Algumas reflexões, autocríticas e propostas sobre o processo de mudança na Bolívia

Pablo Solón 61

O PT e a construção de uma sociedade neoliberal no Brasil

José Correa Leite 79

Chile: antigas perguntas, novos contextos

Giovanna Roa 129

Estruturas incertas após uma falsa revolução: o Equador legado pela “década correísta”

Alberto Acosta
John Cajas Guijarro 149

Nicarágua: do sandinismo ao orteguismo

Alejandro Bendaña 201

Esquerda em relação a quê? Perspectivas feministas

Lilian Celiberti 217

Notas sobre a implosão da Venezuela rentista

Edgardo Lander 233

Sobre os autores 242

Introdução

A esquerda latino-americana no turbilhão das mudanças globais

A América Latina atravessa um período de impasses e grandes turbulências, em parte pela dinâmica interna de seus países, em parte como consequência de sua forma particular de inserção no mercado mundial e na cadeia de dominação global capitalista.

A região conheceu, nos anos dourados da globalização neoliberal, entre 1999 e 2008, um ciclo de governos progressistas, entre os quais se encontravam casos tão distintos como os de Hugo Chávez na Venezuela, Néstor Kirchner na Argentina e Lula no Brasil, que chegaram à presidência graças às lutas populares ocorridas no período anterior contra as chamadas políticas de ajuste, como privatizações, abertura econômica e austeridade fiscal, que enquadravam estes países na ordem financeirizada do neoliberalismo. Suas economias alcançaram então altas taxas de crescimento, integrando-se à divisão internacional do trabalho como fornecedores de matérias-primas para o *boom* industrial do capitalismo chinês, o que lhes garantiu recursos para importantes políticas redistributivas, além da integração de amplas parcelas da população aos mercados de consumo. Para a esquerda, acuada em várias partes do mundo — e que teve apenas um breve alento com a explosão do altermundialismo, entre 1999 e 2001 —,

o progressismo sul-americano surgia como uma referência a ser reivindicada.

Agora, os efeitos da etapa aberta pela crise global de 2008 — que, por outras partes, abalam as políticas (neo) liberais e fortalecem os nacionalismos xenófobos e conservadores, como o proposto por Donald Trump nos Estados Unidos — golpeiam de forma duradoura as economias da região, resultando em baixas taxas de crescimento ou recessões, e produzindo ondas de choque que derrubam muitos governos progressistas pelo continente. Golpes de Estado, efetivados não por militares, mas por parlamentos conservadores, retiraram do poder presidentes democraticamente eleitos em Honduras, Paraguai e Brasil. Governos ligados à Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (Alba) são colocados contra a parede, como no Equador, ou padecem crises profundas, como na Venezuela. Partidos de esquerda então vitoriosos perdem eleições e dão lugar a governos abertamente privatistas e neoliberais, como o de Mauricio Macri na Argentina. As populações do continente estão sendo atiradas, sem mecanismos de amortecimento, no turbilhão das mudanças globais que marcam o esgotamento do neoliberalismo cosmopolita, e que parece arrastar consigo o progressismo.

Alternância de ciclos

A dinâmica da América Latina sempre foi marcada pelas vicissitudes do capitalismo global. Integrada ao mercado mundial na condição de colônia, no século XVI, em um processo que produziu o maior genocídio da história humana, a região foi reformatada para transferir riquezas para suas metrópoles ibéricas. Nas disputas europeias pela hegemonia mundial, durante a passagem para o capitalismo industrial,

entre 1776 e 1815, a maior parte do continente adquiriu independência política, mas não autonomia frente à divisão internacional do trabalho doravante modulada pelo imperialismo inglês: a condição colonial ganhava novas formas na globalização liberal do longo século XIX. Os ciclos de expansão ou estagnação da economia liberal tendiam a ser acompanhados de expansão ou contração das economias exportadoras da região. Manifestações de autonomia, como a Revolução Haitiana de 1791, que inaugurou os processos de emancipação na região, e a Revolução Mexicana de 1910, no final dessa era, foram a exceção e não a regra.

Todavia, a crise capitalista que gerou, no século XX, duas guerras mundiais, entremeadas pelo *crack* de 1929 e pela Grande Depressão, também encerrou a globalização liberal do século XIX e criou a oportunidade para que os países latino-americanos expandissem sua autonomia perante o mercado mundial em retração, encaminhando projetos nacional-desenvolvimentistas. Os “anos dourados” do capitalismo fordista-keynesiano foram também os anos que carregaram na região as promessas, materializadas de forma muito diferente de país para país, de “modernização”, industrialização, urbanização acelerada, fim das tutelas externas e melhoria das condições de vida. Os pactos populistas incorporaram as populações das cidades na vida política, embora quase nunca abarcassem as populações rurais e os povos originários. Ao contrário, aceleravam por toda parte a destruição de suas culturas, modos de vida e vínculos comunitários.

Foi nesse marco que se deu o principal ciclo político de esquerda que, originado da Revolução Cubana de 1959, atingiu todo o continente, passando pelos movimentos de 1968 e pelo governo da Unidade Popular de Salvador Allende, no Chile, até chegar à

Revolução Sandinista de 1979 na Nicarágua. Esta época também assistiu ao último ciclo de ditaduras militares, que se mantinham no poder sob o pretexto de livrar a região da “ameaça comunista” ou, simplesmente, da radicalização do populismo.

O capitalismo mundial transitava, na virada para a década de 1980, para uma nova globalização, agora neo-liberal — emblematicamente alavancada pelos governos Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e Margaret Thatcher, no Reino Unido, em um processo que se tornaria avassalador com o colapso da União Soviética e a formação da Organização Mundial de Comércio (OMC). Esta globalização terminaria por enquadrar os países da região aos ditames diretos do novo capitalismo global financeirizado, destruindo boa parte da autonomia (relativa) obtida pelos países da região no período nacional-desenvolvimentista (ou populista). Os anos 1980 mergulharam a América Latina no “Consenso de Washington” e na “década perdida” das políticas de austeridade. Os movimentos revolucionários centro-americanos refluíram e encontraram seu final melancólico na derrota da Frente Sandinista de Libertação Nacional eleitoral em 1990. Neste ano, o Brasil de Fernando Collor levantou as barreiras alfandegárias que protegiam suas indústrias e, em 1994, o México do presidente Salinas de Gortari foi praticamente anexado aos Estados Unidos com a assinatura do Tratado de Livre-Comércio da América do Norte (Nafta, na sigla em inglês).

O neoliberalismo e o ciclo progressista

O neoliberalismo foi, para alguns analistas, inaugurado mundialmente pela ditadura de Augusto Pinochet no Chile,

entre 1973 e 1990, promovendo uma profunda mutação societária no continente. A generalização das relações de mercado não só aprofundou o caráter destrutivo das relações comunitárias promovido pelo desenvolvimentismo, como também desmontou boa parte dos mecanismos de proteção estabelecidos no período do nacional-capitalismo — ou do fordismo-keynesianismo. O neoliberalismo buscou reinserir a região na economia globalizada na condição de fornecedor de matérias-primas, revertendo os processos de industrialização ao mesmo tempo em que aprofundava a urbanização e promovia uma forte concentração de renda. Os povos que entre as décadas de 1930 e 1980 lutaram para adquirir cidadania eram agora reduzidos à condição de massas de consumidores.

Mas os governos neoliberais, que só ofereciam para suas populações novas mercadorias a serem consumidas, enfrentaram muitas resistências — sociais, indígenas, comunitárias e nacionais. Entre o *caracazo* de 1989 e o *cacerolazo* (ou *argentinazo*) de 2001, múltiplos atores saíram às ruas, inclusive setores tradicionalmente ignorados pela esquerda, reforçando partidos e lideranças políticas que se opunham às políticas globalizantes.

Em consequência, muitos governos que são em geral colocados no campo do “progressismo” foram eleitos na virada para o século XXI: Chávez vence as eleições venezuelanas em 1998 e inicia uma reforma constitucional do país; Kirchner e Lula são eleitos na Argentina e no Brasil em 2002; Tabaré Vázquez se torna presidente do Uruguai em 2005; Evo Morales, da Bolívia, em 2005; Rafael Correa, do Equador, e Michelle Bachelet, do Chile, em 2006; Fernando Lugo, do Paraguai, em 2008. O processo atinge também a América Central com a eleição de Daniel Ortega, da Nicarágua, em 2006, e de Mauricio Funes, de El Salvador, em 2009.

Estes governos foram polarizados por perspectivas muito diferentes: enquanto Lula, por exemplo, trabalhava um projeto de conciliação de classes, prometendo tanto benefícios para os oprimidos e marginalizados como maiores ganhos aos empresários, Chávez sustentava a construção de um “socialismo do século XXI” e a unificação da Pátria Grande latino-americana em contraposição ao imperialismo de Washington. Todavia, de conjunto, constituíram uma “maré rosa” na política da região.

O progressismo latino-americano prometeu realizar uma muito esperada democratização de sociedades conservadoras, marcadas por autoritarismo, desigualdades e injustiças sociais. Promoveu, em seus governos, iniciativas redistributivas, com avanços no campo social, na promoção de direitos e no combate às diversas formas de opressão. Um movimento constitucionalista seguiu os passos de Chávez no Equador e na Bolívia, países onde o protagonismo indígena ganhou força, popularizando conceitos como o Bem Viver e a plurinacionalidade. O progressismo foi capaz de bloquear a implantação da Área de Livre-Comércio das Américas (Alca), uma iniciativa dos Estados Unidos para estender a anexação econômica do México a todo o continente, e deu um novo alento aos processos de integração regional, lançados pelo Mercosul, com a formação da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e da Alba. No auge do neoliberalismo, o Brasil, respaldado pelos governos progressistas da região, ensaiava até mesmo reconfigurar os alinhamentos geopolíticos globais por meio do BRICS (grupo formado pelas chamadas “potências emergentes”: Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul) e do G-20, que reúne as vinte maiores economias do mundo.

No entanto, este progressismo demonstrou dois limites práticos bastante discutidos nos textos deste volume. De um lado, tais governos não foram capazes de promover mudanças estruturais nas economias de seus países. Mesmo

em seu apogeu, beneficiando-se de uma conjuntura internacional que conferiu altos preços às *commodities*, persistiram no caminho que leva à inserção passiva na economia global e estimularam os setores extrativistas e primário-exportadores, em sintonia com a demanda de matérias-primas das economias asiáticas. Em vários casos, como o do Brasil, estimulou-se uma reprimarização da economia exportadora, que financiava seus projetos sociais. Chocaram-se com as demandas das populações indígenas e tradicionais e dos movimentos ambientais, que defendiam os territórios cobiçados por essas atividades. Foram, como resultado, incapazes de se contrapor aos efeitos da reversão do quadro econômico global, que reduziram as taxas de crescimento da economia mundial e chinesa e provocaram uma queda no preço das *commodities* — em exemplos típicos da dependência, no passado tão debatida pelo nacionalismo de esquerda do continente, mas hoje praticamente ignorada.

Por outro lado, os partidos e movimentos progressistas, alimentando-se do protagonismo dos explorados e dos oprimidos, não alicerçaram seus governos com vistas a promover formas de auto-organização popular — embora grandes enfrentamentos tenham se dado, em um certo período, principalmente na Venezuela e na Bolívia. Promoveram a integração ao mercado e não o desenvolvimento de uma consciência política cidadã. Em consequência, tiveram de estabelecer pactos de governabilidade conservadora através de alianças com setores das velhas oligarquias, de raiz agrária ou extrativista, ou ainda com grupos conservadores — o pensador Eduardo Gudynas fala, a propósito, de um “progressismo canibal”, em que estas correntes impulsionam forças sociais que tendiam a se realinhar com o neoliberalismo e a contestar seu poder. Os governos

progressistas se instalaram, além disso, em uma lógica de autopropetuação no poder, gerando processos de corrupção e burocratização — mais evidentes, por lógicas diferentes, no Brasil, na Venezuela e na Nicarágua — em tudo opostos ao aprofundamento de uma democracia participativa e de alta intensidade.

Subjacente, como explicação mas não justificação, pode-se avaliar que, tendo surgido no quadro posterior ao colapso da União Soviética, o progressismo não apresentou um horizonte de ruptura com o capitalismo global financeirizado, não representou um projeto de natureza antissistêmica. Mesmo as propostas de Chávez e seu “socialismo do século XXI”, as mais radicais nesse processo, não formularam esse horizonte. E, ao não avançarem nessa direção, aceitando tacitamente os marcos globais do capitalismo neoliberal, solaparam a própria sobrevivência.

Assim, embora tenha propiciado ganhos sociais para os setores populares ao estimular por toda parte o consumismo, o progressismo não conseguiu em lugar algum transformar de maneira duradoura a economia ou impulsionar a consciência política. E tampouco construiu um horizonte de futuro.

Crise duradoura, recomposição estrutural

A combinação de recessão econômica e crises políticas levou ao esgotamento do ciclo político que, depois de 1999, conduziu partidos progressistas aos governos na maioria dos países do continente. Estas transformações parecem ser parte de uma mudança de etapa global da ordem capitalista: depois de um período de forte expansão, a economia mundial entrou em uma fase de estagnação que parece

estrutural, e não conjuntural. As reações sociais massivas depois de 2011 não afirmaram uma saída progressiva para esta situação, e a eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos, além da saída do Reino Unido da União Europeia, sinalizam que um nacionalismo xenófobo ganha força frente aos impasses estruturais da globalização neoliberal. A crise global se afigura prolongada, e tudo indica que a forma como a viveremos em nossos países também o será.

Abriu-se para a esquerda latino-americana um período de recomposição onde o balanço da experiência dos governos progressistas ocupa um lugar central. A estratégia aplicada foi, de conjunto, correta, e os problemas foram mais localizados, ou, ao contrário, tratou-se de uma estratégia equivocada? Quais são os pontos de apoio para as lutas de resistência contra a aplicação de políticas ultraliberais que a direita está tentando — e conseguindo — aplicar? Quais alternativas propomos? Como combinar as lutas de resistência em curso e a experimentação dessas alternativas?

Para mapear a conjuntura crítica que atravessa o continente, os traços comuns e os particulares da situação de cada país, e discutir as perspectivas da esquerda na região, foi organizado, durante o Fórum Social Mundial de 2016, em Montreal, no Canadá, o seminário “América Latina hoje: uma avaliação crítica sobre a esquerda e os governos progressistas”. Uma continuidade do debate ocorreu em Porto Alegre, em janeiro de 2017, durante o Fórum Social das Resistências. Os textos reunidos nesta publicação correspondem a algumas das apresentações feitas nessas atividades, e buscam servir de subsídio para discussões subsequentes acerca do futuro da esquerda na América Latina.

Relegitimação da governabilidade neoliberal, resistências populares e desafios emancipatórios na Argentina e em Nossa América

Emilio Horacio Taddei

Na segunda metade da década de 2010, diferentes fatos de natureza política ocorridos na região sul-americana tiveram uma forte incidência regional e agitaram o debate político em nossas nações. Quatro deles se deram em países identificados com as chamadas experiências “de mudança” ou “progressistas” na América Latina. Referimo-nos às eleições presidenciais argentinas e ao início de uma nova gestão governamental neoliberal do presidente Mauricio Macri, entre novembro e dezembro de 2015; e, imediatamente depois, à derrota eleitoral legislativa do governo venezuelano, que deu novo impulso às pressões destituíntes da oposição, exigindo a convocação de um referendo revogatório. Os opositores também redobram os esforços diplomáticos contra o governo de Nicolás Maduro. A crise política venezuelana se expressa ainda no acirramento dos problemas sociais, em particular, sob a forma da escassez de alimentos. Em fevereiro de 2016, viu-se a estreita derrota do governo boliviano no referendo constitucional que consultava a população sobre a possibilidade de um terceiro mandato presidencial: 51% votou “não”

contra 49% que optou pelo “sim”. Em 22 de maio, consolidou-se no Brasil o golpe de Estado parlamentar e midiático contra o governo da presidenta Dilma Rousseff, por meio da votação de um *impeachment* promovido por numerosos legisladores envolvidos em atos de corrupção. Este infeliz acontecimento coroou o longo ciclo de desestabilização política iniciado com o segundo mandato da petista.

Certamente, as repercussões imediatas de todos esses fatos não são equiparáveis, e tampouco o são suas inscrições institucionais. Os fatos argentinos e brasileiros provocaram mudanças governamentais em favor de administrações com claro viés neoliberal — legal, no primeiro caso, e ilegítimo no segundo. Esta observação permite distinguir os fatos que ocorreram na Bolívia e na Venezuela, onde os tropeções eleitorais dos respectivos governos agudizam as indagações sobre o futuro dessas experiências.

Para além de suas especificidades e desfechos, estes quatro acontecimentos, no entanto, amplificaram o debate — e os balanços — sobre o rumo do ciclo político “progressista” ou “de mudança” na América do Sul e sua eventual extinção. Não se trata, a rigor, de uma questão nova, menos ainda para o campo das esquerdas e das forças populares. São debates, controvérsias e intercâmbios surgidos há alguns anos, quando apareceram sinais do enfraquecimento do potencial transformador e democratizante dessas experiências. No âmbito destas controvérsias e debates, diferentes organizações, coletivos e intelectuais que acompanharam criticamente o rumo dos governos progressistas ressaltaram seus aspectos fundamentais: as limitações na remoção das características-chave da estrutura jurídico-normativa neoliberal; o aprofundamento do modelo extrativista-explorador e seus efeitos de mercantilização; a dificuldade em superar uma matriz produtiva que reproduz as condições de dependência histórico-estrutural da região; e as reticências na concretização de reformas

democráticas mais radicais e duradouras. Ainda nesse contexto foram apontados os avanços, os bloqueios e os limites dos processos de integração regional, o papel das políticas sociais na legitimação desses governos, a relação sistêmica existente entre as lógicas de mercantilização características do capitalismo extrativista e a matriz de “corrupção” política do sistema de poder, entre outras questões.

Tais debates adquirem uma importância renovada e decisiva no momento em que as revitalizadas forças da reação conservadora proclamam um novo “fim de ciclo”. A intencionalidade atribuída por esses grupos a esta referência não pode nos levar a equívocos, pois mostra a pretensão de legitimar e naturalizar o “fechamento” de toda e qualquer expectativa de mudança social — no que parece ser uma versão renovada e, aliás, mais desvalorizada das predições do “fim da história” dos anos 1990. Trata-se, uma vez mais, de proclamar a consagração da racionalidade neoliberal como guia da ação e do comportamento individual e coletivo. Por sinal, esta intencionalidade não opera num vazio material e ideológico. Seu “sentido lógico”, a legitimidade social deste discurso, se baseia na materialidade de alguns fatos indiscutíveis: a finalização do ciclo institucional de alguns governos e os enormes obstáculos encontrados em outras experiências.

Esses fatos inquestionáveis expressam uma mudança mais ampla e abrangente, que transcende a dimensão puramente institucional-estatal do processo de mudança: a transformação operada na modificação das relações de forças sociais em nossa região, e que possibilita uma relativa relegitimação das forças neoliberais. Isso se manifesta certamente na conjuntura mais desfavorável aos processos de democratização e transformação social da última década. A negociação desta realidade

constitui um ato de insensatez político-intelectual de grande irresponsabilidade. Recentemente, o vice-presidente da Bolívia, Álvaro García Linera, enfatizando a inscrição político-institucional de mudança da conjuntura, caracterizou o momento que atravessamos como uma “limitação ou uma contração territorial deste avanço dos governos progressistas”. Trata-se, sem dúvida, de um momento político de grande adversidade e de consequências dramáticas para as maiorias populares.

É sempre conveniente lembrar que os processos sociais e políticos não são lineares, mas complexos, heterogêneos e multidimensionais. Esta consideração é de fundamental importância nos debates sobre as características e as implicações do “fim de ciclo”, e nos permite situar as mudanças e as transformações da etapa atual num horizonte temporal mais amplo, que se refere aos efeitos da crise capitalista na região e à incidência nos conflitos e nas confrontações sociais e políticas. Nesta perspectiva, podemos observar que resulta numa realidade mais complexa, contraditória e menos linear do que a que postula a narrativa dominante do “fim de ciclo”. Reafirmamos aquilo que apontamos anteriormente: não se trata de negar nossa imersão em um novo contexto político, em um novo ciclo de legitimidade neoliberal, nem de subestimar os efeitos antidemocráticos desta realidade. Mas, ao mesmo tempo, torna-se necessário assinalar a emergência de um novo ciclo de resistências populares na América do Sul. Com intensidades, temporalidades e amplitudes singulares, tais propostas manifestam uma face igualmente característica do novo momento latino-americano: de ativa e ampla rejeição às consequências do novo ciclo de políticas neoliberais e mercantilização da vida. Ao mesmo tempo que devem servir para entendermos os limites das experiências de mudança, devemos apreciar e considerar as atuais lutas e conflitos para compreendermos os interrogantes que

projetam sobre a capacidade dos governos neoliberais de assentar e reproduzir, duradouramente, as condições de dominação do neoliberalismo na região.

Este texto visa a contribuir para o debate sobre o balanço das experiências de mudança e o futuro das lutas e das forças de esquerda, progressistas e emancipadoras em Nossa América. Para isso, a primeira parte deste artigo se dedica à apresentação de alguns elementos interpretativos dos traços distintivos do ciclo de conflituosidade social iniciado na região entre 2011 e 2012. A segunda parte analisa as características do período que se inicia com o governo de Mauricio Macri na Argentina, especialmente as implicações da política de choque neoliberal no processo de reconfiguração estatal em andamento. Concluimos fazendo referência às características mais relevantes da conflituosidade social durante o primeiro semestre de 2016.

1 As lutas populares em Nossa América: entre o discurso do “fim de ciclo” e as novas resistências contra a governabilidade neoliberal

Transcorridos os primeiros anos após o novo episódio da crise internacional de 2008, as economias latino-americanas, depois da queda do PIB em 2009, se expandiram novamente durante 2010 e 2011. Diferente das décadas anteriores, as repercussões imediatas da crise não se traduziram num cenário recessivo de abrangência regional. Esta situação inicial contribuiu para a expansão de uma crença bastante difundida: a de que, pela primeira vez, a América Latina estaria protegida da crise e dos efeitos que lhe foram tão característicos

nas décadas anteriores, como políticas de ajuste ortodoxo e privatizações. Ao que parece, esta perspectiva não seria totalmente falsa, mas, ao mesmo tempo, impediu a percepção de que a recuperação conjuntural do crescimento econômico estava associada à combinação de diferentes fatores exógenos e internos de sustentação incerta a longo prazo, entre os quais se destaca a incidência de investimentos especulativos que aqui buscavam oportunidades de lucro imediato. Essa combinação de fatores imprimiu um viés particular ao enfrentamento da crise na América Latina, que reflete o aprofundamento e a intensificação do modelo extrativista-explorador que alavancara fortemente o ciclo de crescimento econômico em anos anteriores.

A reprodução deste “círculo virtuoso”, somada à adoção de políticas anticíclicas em alguns países, permitiu amenizar inicialmente as consequências sociais mais agudas da crise. O aprofundamento das dinâmicas de espoliação e destituição características dos processos de mercantilização da natureza, em muitos casos, contribuiu para agudizar tensões e conflitos preexistentes, manifestos no ciclo de conflituosidade que acompanhou a difusão do modelo de desenvolvimento extrativista na região.

Em 2011, no entanto, este cenário começou a experimentar mudanças — que se aguçariam em 2012. O esgotamento do chamado “superciclo das *commodities*”, a desaceleração da economia chinesa e as alterações na gestão sistêmica da crise, operadas do “centro” do sistema-mundo capitalista, incidiram nas variáveis econômicas da região. O rumo dos governos “progressistas” topou com obstáculos cada vez maiores para a redistribuição dos “frutos do crescimento”, que havia tido papel importante na legitimação desses governos. Em alguns casos, a adoção de “ajustes corretivos” foi combinada com políticas anticíclicas de alcance e intensidade diversos. O sentido e a amplitude de algumas iniciativas democratizantes se viram afetados,

na maioria dos casos, pelo novo sentido das políticas públicas. Nesse contexto, diferentes conflitos se sucederam, dando conta do descontentamento popular de setores que configuravam a base eleitoral dos governos. O *gasolinazo* na Bolívia, em 2011, e a marcha “pela água, a vida e a dignidade”, em 2012; as mobilizações sindicais contra a reforma da legislação trabalhista no Equador, em 2014; as greves gerais e as mobilizações sindicais na Argentina, em 2012 e 2014; e as massivas mobilizações pelo passe livre no Brasil, em 2013, são alguns exemplos disso.

A influência desses fatores foi assinalada reiteradamente, e não subestimamos a sua importância. A nosso ver, seria um erro explicar ou entender tais conflitos e tensões como um simples reflexo da incidência regional de fatores externos. A interpretação, contudo, não deve se limitar às suas dimensões econômicas, sob o risco de cairmos num determinismo reducionista. Para evitarmos esta cilada e entendermos os fatores que incidem em seu desenvolvimento e em seus desfechos provisórios, é necessário privilegiar uma leitura da crise, com ênfase em sua natureza essencialmente conflituosa: ou seja, entendê-la e analisá-la como uma arena de disputas entre as classes e as correntes de classe e de conflitos, cuja temporalidade não é linear. Esta temporalidade se expressa nos avanços, retrocessos e impasses experimentados pelas forças ou correntes em disputa no curto e médio prazo.

A adoção desta perspectiva analítica permite apreciar com maior precisão a complexidade e a heterogeneidade do ciclo de conflituosidade social ao qual nos referimos, e dos traços que o distinguem dos ciclos anteriores — em particular, a natureza e a incidência dos conflitos que aconteceram nos países das chamadas experiências “progressistas” e suas diferenças com

protestos que ocorreram em outros países da região. Com relação a isso, é preciso mencionar as estratégias e as ações protagonizadas por diferentes grupos ou correntes das classes dominantes em países onde as transformações políticas em andamento haviam provocado o deslocamento relativo desses grupos das posições decisórias no aparelho estatal. Tais ações foram orientadas pela — e orientam a — relegitimação de um novo ciclo de políticas neoliberais como mecanismo de “resolução” ou “saída” da crise. As estratégias implementadas por esses setores abrangem uma variedade de iniciativas, não excludentes entre si: desde a construção de novas ferramentas eleitorais, a promoção de ações destituíntes, os processos de cooptação e manipulação de legítimas demandas populares e as intensas campanhas midiáticas até os esforços por “colonizar” as agendas e os membros dos governos com o intuito de dar um rumo mais moderado a algumas políticas públicas.

Recentemente, diferentes forças e grupos políticos neoconservadores passaram a disputar a influência e a ascendência dos movimentos populares sobre os protestos de rua. Com o apoio massivo dos oligopólios empresariais de comunicação, promoveram campanhas e marchas contra a criminalidade, manipulando e colonizando em proveito próprio uma realidade que, além de suas amplificações midiáticas, afeta prioritariamente as classes populares e faz parte da pesada herança não resolvida da década neoliberal dos anos 1990 (Murillo, 2008). As reivindicações por mais “segurança” exigiam que o Estado tratasse os protestos e a “questão social” de uma maneira predominantemente punitiva e repressiva, questionando a inspiração “garantista” e “laxista” de certas políticas. Esta reclamação se conjugou com as denúncias contra a “manipulação da Justiça”, a “corrupção” e a insegurança jurídica, em defesa dos valores republicanos. Em sintonia com as tentativas dos Estados Unidos de recuperar influência comercial e diplomática na

região, esses grupos impugnaram o viés pró-latino-americano das políticas de integração. Em uma velada referência em favor dos interesses financeiros e do grande capital transnacional, esses setores reivindicam o “retorno” aos mercados internacionais, como aconteceu na Argentina durante a chamada “crise dos fundos abutres” ou “crise dos *holdouts*”. Os enfrentamentos, as ações desestabilizadoras e os atos criminosos promovidos na Venezuela desde 2013 por diferentes grupos políticos opositores à Revolução Bolivariana são a expressão mais emblemática e dramática desta sequência sul-americana. Por outro lado, os próprios limites do processo revolucionário reforçaram as tendências burocratizantes do governo que atualmente contribuem para bloquear o avanço das reformas democrático-populares e obstaculizam a superação do modelo de desenvolvimento pautado pelos rendimentos do petróleo (Lander, 2016).

O “cerco” e o “assédio” dos setores mais conservadores se conjugou com as limitações próprias de cada experiência, bloqueando os processos de reforma ou diminuindo sua intensidade, enquanto numerosas demandas populares ficaram “encapsuladas” em conjunturas eleitorais nas quais os “oficialismos progressistas” invocaram a necessidade de não intensificar as tensões políticas para justificar orientações claramente mais moderadas. Em alguns casos estas posições de *stand by* tiveram um custo extremamente alto para o destino dos governos. Exemplo disso foi a atitude de desconfiança que assumiu a administração do Partido dos Trabalhadores diante dos protestos urbanos de 2013, no Brasil, e a tentativa de promover uma fracassada reforma política sem incentivar um processo de debate e organização popular que pudesse sustentar a iniciativa.

Em outros países da região, os efeitos da crise se

traduziram em uma recuperação ou um incremento dos níveis de conflituosidade social, e também em um “relançamento” da atividade reivindicativa das classes subalternas em relação ao período anterior — o que levou a uma mudança relativa das circunstâncias adversas dos anos precedentes. Referimo-nos aqui aos conflitos que aconteceram e ainda acontecem nos países do chamado “neoliberalismo de guerra” ou “armado”, e que potencializaram a agregação e a convergência das reivindicações e das organizações populares no campo e nas cidades. Muitas dessas ações e reivindicações transcenderam os espaços nacionais e suscitaram manifestações de solidariedade regional e internacional.

O ciclo de ações e mobilizações protagonizadas pelos movimentos sociais colombianos é emblemático. A paralisação agrária de 2013 e a articulação e a mobilização da Cúpula Agrária Camponesa, Étnica e Popular manifestaram a força da agregação das organizações populares, que não apenas permitiu articular reivindicações comuns ao governo, mas também fortaleceu as convergências e consolidou perspectivas políticas compartilhadas. Em 2015, sindicatos e movimentos sociais marcharam contra o Plano Nacional de Desenvolvimento promovido pelo presidente Juan Manuel Santos. Entre o final de maio e o princípio de junho de 2016, houve uma nova paralisação agrária, a *minga nacional agraria, campesina, étnica y popular*, com o lema “Semeando esperança, colhendo país”, que se engajou em diferentes ações de mobilização pacífica e obteve a assinatura do acordo entre a Cúpula Agrária Camponesa, Étnica e Popular e o governo nacional. O documento contempla garantias para a mobilização popular, o reconhecimento dos Territórios Campesinos Agroalimentares, um mecanismo articulado de participação efetiva e direta dos setores e movimentos sociais na construção da paz, e o reconhecimento das competências das organizações

indígenas como instituições autônomas de controle social e territorial.

A emergência dos movimentos de organização e articulação, como o Congresso dos Povos, a Marcha Patriótica, a Cúpula Nacional Camponesa, a Organização Nacional Indígena da Colômbia, o Processo das Comunidades Negras, entre outras, são exemplos da recomposição do movimento social colombiano e da vontade dessas organizações em intervir na construção do processo de paz acordado e anunciado em junho de 2016 pelo governo e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Estas organizações sustentam a importância de avançar em direção à “paz e à justiça social”, e ressaltam a necessidade de promover uma noção ampla e complexa do processo de pacificação, entendendo que este implica não apenas o fim da violência armada, mas também a promoção de profundas transformações políticas, econômicas e sociais que garantam a efetiva justiça social.

Em março de 2014, houve no Paraguai uma greve geral convocada por centrais operárias, organizações camponesas e estudantes, que reivindicavam aumentos salariais de 25%, rejeição à política de privatizações promovida pela Lei de Projetos de Parceria Público-Privada impulsionada pelo governo de Horacio Cartes, a desmilitarização dos assentamentos camponeses e a liberdade dos prisioneiros políticos. Em abril de 2016, milhares de camponeses e cooperativistas marcharam até Assunção para exigir do governo a remissão das dívidas assumidas pelos produtores que aderiram à infeliz campanha de cultivo e colheita da chia em 2014, além de um plano de fortalecimento da agricultura familiar camponesa. Depois de duas semanas acampadas na capital, as organizações camponesas e agrárias obtiveram do governo a assinatura de um termo de compromisso.

Em julho do mesmo ano, a Justiça paraguaia condenou à prisão onze camponeses processados pelo Massacre de Curuguaty, ocorrido em 2012.¹ Essa sentença acionou as organizações camponesas reunidas na Coordenação Nacional Intersetorial, que rejeitou a decisão judicial e exigiu a absolvição dos condenados.

Em maio de 2014, milhares de estudantes chilenos participaram da Marcha pela Educação, convocada pela Mesa Social pela Educação, que reúne trabalhadores, estudantes e pais. As manifestações ocorreram em Santiago e nas principais cidades do país. Após as moderadas expectativas geradas pela segunda eleição de Michelle Bachelet, os estudantes recuperavam as ruas se manifestando em favor da educação pública gratuita e de qualidade, e contra o caráter mercantil e privatista do sistema de ensino, exigindo das autoridades a participação discente nas reformas propostas pelo governo. Inúmeros protestos protagonizados por organizações ambientalistas, mapuche e demais populações tradicionais em 2015 e 2016 contra os projetos hidrelétricos, termelétricos e de mineração na região do sul do Chile conhecida como Araucanía — e também contra a assinatura do acordo comercial transpácífico com a Nova Zelândia — foram duramente reprimidos, assim como as manifestações estudantis mais recentes contra o projeto de lei da educação pública. Em maio de 2016, ocorreu um levante popular na ilha de Chiloé em apoio aos protestos

1 O Massacre de Curuguaty foi um conflito agrário ocorrido em 15 de junho de 2012, quando cerca de trezentos policiais invadiram um assentamento camponês no município paraguaio de Curuguaty, localizado no departamento de Canindeyú, que faz fronteira com o Brasil. Os enfrentamentos vitimaram onze trabalhadores rurais e seis agentes do Estado. O episódio motivou um pedido de impeachment contra o presidente do país, Fernando Lugo, que seis dias depois do ocorrido, em 21 de junho, seria destituído do cargo em um processo relâmpago. [N.E.]

de pescadores e produtores de mariscos denunciando as consequências socioambientais da chamada “maré vermelha”, provocada pelos dejetos da indústria do salmão atuante na região.

A conclusão do processo de privatização do petróleo mexicano, em 2014, promovido pelo governo de Enrique Peña Nieto, talvez constitua o exemplo mais emblemático da intensa e profunda ofensiva neoliberal que tem seu correlato na consolidação de um “Estado policial” no país. A repressão ao conflito social e a tolerância — ou, até mesmo, promoção — oficial da violência paraestatal explicam o aumento preocupante da violência social e política entre os mexicanos. Nesse contexto, o desaparecimento forçado de 43 estudantes na cidade de Iguala, em 2014, episódio conhecido como Massacre de Ayotzinapa, provocou massivas mobilizações e manifestações de solidariedade regional e internacional exigindo o esclarecimento dos fatos e a condenação dos responsáveis materiais e políticos — o que ainda não ocorreu. Em direção similar, cabe mencionar a brutal repressão, em junho de 2017, a uma paralisação contra as reformas neoliberais do governo mexicano — em particular, a reforma do ensino — organizada por uma seção sindical de professores membros da Coordenação Nacional de Trabalhadores da Educação (CNTE). A ação repressiva da Polícia Federal e da polícia estadual na localidade de Nochixtlán provocou a morte de três pessoas, entre docentes e pais de alunos, deixando ainda dezenas de feridos. O repúdio a essas ações e a oposição à mencionada reforma nacionalizaram os protestos e a solidariedade de diferentes organizações sociais.

Os dados oficiais fornecidos pelo Ministério Público do Peru permitem observar o incremento da conflituosidade social nesse país durante o mandato presidencial de Ollanta Humala (2011–2016). No período, o protesto

social teve como principal característica a relevância dos conflitos socioambientais e territoriais (demarcações) vinculados à intensa política de promoção das indústrias extrativistas nacionais e transnacionais. Nesse âmbito, movimentos rurais e urbanos consolidaram convergências multissetoriais que, em diferentes casos, incidiram na configuração da Frente Ampla por Justiça, Vida e Liberdade. Esta frente promoveu, nas eleições presidenciais de 2016, a candidatura de Verónica Mendoza, que obteve 18,74% dos votos no primeiro turno e conseguiu aglutinar parte importante das forças progressistas e de esquerda peruanas. A vitória de Pedro Pablo Kuczynski sobre Keiko Fujimori no segundo turno reflete, no entanto, a amplitude da legitimidade eleitoral das propostas neoliberais que, provavelmente, serão testadas nos próximos meses no terreno social pelos movimentos e organizações populares do país.

Para concluir o resumo dos fatos mais importantes da recente conflituosidade social na América Latina, ressaltamos que as mudanças políticas no Cone Sul imprimiram uma dinâmica renovada aos conflitos populares com relação ao que fora observado em 2015. Em agosto deste ano, o Uruguai assistiu à maior mobilização popular da década devido à rejeição do decreto presidencial determinando os “serviços educativos” como “essenciais”, abrindo brechas para punir professores que aderissem a greves e paralisações por melhores salários ou pela destinação de mais recursos para a educação. A rejeição massiva a essa medida obrigou o governo de Tabaré Vázquez a recuar. Um ano após a primeira greve geral contra a política econômica, também realizada em agosto de 2015, a central sindical Plenário Intersindical de Trabalhadores-Convenção Nacional de Trabalhadores (PIT-CNT) convocou uma nova paralisação em julho de 2016, que contou com a adesão da Federação dos Estudantes Universitários do Uruguai (FEUU), da Organização Nacional de Associações de

Aposentados e Pensionistas do Uruguai (Onajpu), da Federação Uruguia de Cooperativas de Moradia pela Ajuda Mútua (Fucvam), da Universidade da República e do Sindicato Médico do Uruguai (SMU), entre outras organizações. A significativa adesão ao que foi considerada a maior paralisação desde a abertura do ciclo democrático, em 1985, é um indicador da legitimidade social das demandas em favor dos aumentos salariais de acordo com o índice da inflação — e contra a política de ajuste impulsionada pelo governo para reduzir o déficit fiscal.

A crise política iniciada no Brasil em 2015 se prolongou e aprofundou em 2016. Nesse contexto, houve inúmeras mobilizações e manifestações promovidas tanto pelos movimentos das classes conservadoras contra o governo, quanto por organizações sociais e políticas que se opunham à destituição da presidenta Dilma Rousseff. O início do golpe de Estado em maio de 2016 foi o ponto de inflexão. A partir desse momento, organizações populares e frentes político-sociais, como a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo, entre outras, redobram as ações de resistência e denúncias contra o governo ilegítimo liderado pelo então vice-presidente Michel Temer com o objetivo de devolver o cargo a Dilma e lutar contra as políticas privatizadoras e o aprofundamento do ajuste fiscal promovidos pelos golpistas. Sob o lema de “Fora Temer” e “Nenhum direito a menos”, em 10 de junho de 2016 foi convocada uma nova jornada de mobilização contra o golpe, com grande repercussão nacional, manifestações em quarenta cidades e abrangência continental em diferentes pontos da América Latina e da Europa, onde foram realizados atos de protesto e concentrações. No dia 19 de julho foi realizado em São Paulo o primeiro ato sindical unificado contra o governo ilegítimo e em repúdio

à agenda de precarização trabalhista do governo. Adiante trataremos da dinâmica de conflituosidade social na Argentina, desde o início do governo de Mauricio Macri.

As políticas de liberalização comercial e de promoção de acordos de investimentos e tratados de livre comércio são um aspecto relevante da revitalização da agenda neoliberal na região. Isto acontece em consonância com uma tendência mundial que se manifesta na proliferação de negociações multilaterais e, mais recentemente, na assinatura de novos acordos aduaneiros. No mês de julho, sob o lema “Nem um passo atrás”, diferentes redes de movimentos sociais organizaram uma jornada continental pela democracia e contra o neoliberalismo. No âmbito do Fórum Mundial sobre Migrações, celebrado na cidade de São Paulo, criou-se uma nova articulação continental de movimentos sociais camponeses, sindicais, feministas, estudantis e urbanos com o objetivo de promover a unidade de ação em torno da crítica ao livre comércio e às negociações transnacionais, em defesa da democracia e da integração dos países latino-americanos.

2 Argentina: a virada neoliberal e o “Estado empresário” macrista

A vitória da coligação Cambiemos, que elegeu Mauricio Macri à presidência da Argentina em 22 de novembro de 2015, pôs fim a doze anos ininterruptos de kirchnerismo. Líder do partido Proposta Republicana (PRO) e chefe de governo da cidade de Buenos Aires desde o final de 2007, Macri se impôs no segundo turno sobre Daniel Scioli, candidato governista da coligação Frente para la Victoria, e venceu por uma margem estreita. Obteve 51,40% (12.903.301 votos) contra 48,60% (12.198.441 votos) do

candidato peronista, com uma diferença percentual de 2,8 pontos (704.860 votos).²

A vitória de Macri foi emblemática tanto para a Argentina como para a América Latina. No terreno doméstico, é o primeiro caso de sucesso eleitoral de um candidato de orientação neoliberal surgido fora das estruturas dos dois partidos majoritários do país (o Partido Justicialista, conhecido no Brasil como Partido Peronista, e a União Cívica Radical). Além disso, o êxito de Macri foi acompanhado pela vitória de María Eugenia Vidal, também do PRO, como chefe de governo da província de Buenos Aires, primeira circunscrição eleitoral do país. Regionalmente, tratou-se da primeira tentativa eleitoral de uma coligação conservadora a colocar fim ao mandato presidencial de um governo identificado como “progressista”. Isso não havia ocorrido desde o começo deste ciclo com a eleição de Hugo Chávez na Venezuela, em 1998, e de sua consolidação, a partir de 2002, com a eleição de Lula no Brasil e as posteriores reeleições e sucessões na Argentina, Bolívia, Equador, Uruguai e Venezuela.

O traço distintivo do breve e tumultuado período de transição política entre o governo que sai e o que entra foi o aprofundamento da crise inflacionária em benefício dos grupos econômicos dominantes e em detrimento do poder aquisitivo dos setores populares. Esta corrida — que acirrou o cenário inflacionário e

2 Em artigo analisamos a relação entre a evolução da crise na Argentina e sua incidência no rumo da gestão do governo de Cristina Fernández de Kirchner durante os três últimos anos de seu segundo mandato presidencial. Assinalamos igualmente a incidência dessas questões no processo eleitoral de 2015, com a vitória do Cambiemos, e analisamos a orientação das primeiras medidas tomadas pelo novo governo (Taddei, 2016).

influiu no desfecho eleitoral do candidato da Frente para la Victoria, mas que não explica por si só a derrota kirchnerista — já prefigurava a orientação das medidas econômicas do novo governo.

2.1 Choque econômico neoliberal e reconfiguração da forma estatal

Desde o primeiro dia de governo, Macri promoveu uma verdadeira “terapia de choque” neoliberal, com políticas orientadas para recompor rapidamente a taxa de lucros dos diversos setores empresariais, e que demonstram uma reorientação do ciclo de acumulação de capital. Sem maioria no Congresso, o Executivo garantiu na Justiça a implantação de suas medidas, impondo inúmeros decretos em caráter de urgência.

Em 14 de dezembro de 2015, o governo anunciou a anulação das taxas de exportação de trigo, milho e carne, além de uma queda de cinco pontos percentuais (de 35% para 30%) às taxas de exportação de soja, cumprindo uma promessa de campanha. Dois dias depois, o ministro das Finanças, Alfonso Prat-Gay, anunciou a unificação gradual do tipo de câmbio e o fim das restrições à compra de dólares estabelecidas pelo governo kirchnerista. Este anúncio provocou uma desvalorização de 41% no valor do peso e incrementou a transferência direta de receitas ao setor de exportação. Simultaneamente, o governo flexibilizou os mecanismos vigentes para a importação de bens, até então adotados pelo kirchnerismo para limitar a drenagem de divisas estrangeiras. As autoridades da área econômica decidiram revogar a obrigatoriedade das empresas de informar mensalmente o preço de seus produtos. Esta e outras medidas foram decisivas para a promoção de uma

política de afrouxamento do controle vigente e constituíram uma medida oficial para a remarcação de preços.

A política financeira do governo promoveu a desregulamentação simultânea da taxa de juros ativos e passivos do sistema financeiro anunciada pelo Banco Central em 17 de dezembro. “A política de altas nas taxas de juros dos LEBACS definida pelo Banco Central fez com que essa taxa atingisse um nível recorde (38% ao ano por aplicações de 35 dias).³ Como resultado, houve um sensível aumento da diferença das taxas pagas pelos bancos (média anual de 28%, em abril) e da taxa que cobram ao adquirir LEBACS (38%, em abril). A diferença, que nos quatro meses anteriores à troca do governo era de 5,3 pontos percentuais, elevou-se a mais de 10 pontos percentuais em março e abril de 2016. Ou seja, os bancos tiveram uma rentabilidade extraordinária sobre os investimentos financeiros realizados com dinheiro dos correntistas” (Hagman, Harracá & Wahren, 2016). No mês de fevereiro, o governo estendeu os benefícios de redução de retenções à mineração (sob o controle majoritário das empresas transnacionais), ao anunciar a eliminação das taxas para esse setor, até então sujeitos a uma taxa anual de 5%.

O governo deu um passo decisivo na implementação de sua política econômica com a aprovação e sanção da Lei 27.249 no final de março de 2016, que obrigou o Estado argentino a cumprir a decisão da Justiça norte-americana com relação ao pagamento da dívida aos “fundos abutres” ou *holdouts*. Essa votação constituiu a primeira vitória do governo macrista

3 As Letras do Banco Central (LEBACS) são títulos da dívida de curto prazo do Banco Central da República Argentina. Podem ser adquiridos apenas com dinheiro vivo por meio de bancos e grupos de investimento. [N.E.]

no Congresso, pois a aprovação da norma foi possível graças ao apoio de um amplo leque de parlamentares que se uniram à aliança governista. O projeto passou pelo Senado com 54 votos a favor e 16 contra, e contou com o apoio da Frente Renovadora, liderada por Sergio Massa, do Peronismo Federal, do partido Generación para un Encuentro Nacional (GEN), de diferentes partidos provinciais, da coalização Una Nación Avanzada (UNA) e de pouco mais da metade dos senadores que formam a Frente para la Victoria. O texto prevê o pagamento em dinheiro aos fundos demandantes e a outros *holdouts* com a emissão de US\$ 12,5 bilhões em títulos públicos.

Em 19 de abril, o ministro das Finanças anunciou a emissão de títulos no valor de US\$ 16,5 bilhões com prazos de três, cinco, dez e trinta anos, com uma taxa média de 7,2%, dos quais US\$ 9,5 bilhões se destinam ao acordo estabelecido com os credores e US\$ 7 bilhões a cobrir parte do déficit fiscal. A grande pressão política exercida pelo macrismo para obter a aprovação da lei — e a campanha midiática que a acompanhou — permitem perceber a importância do “relançamento” de um novo ciclo de endividamento na estratégia econômica do governo. Este fato é igualmente revelador da coalizão de interesses entre os setores mais concentrados da economia local e os circuitos financeiros internacionais que buscam oportunidades as mais vantajosas possíveis para a valorização do excedente financeiro disponível atualmente nos mercados mundiais. Após os primeiros seis meses de gestão do novo governo, a dívida em dólares aumentou em US\$ 27 bilhões — no início de julho, o Tesouro Nacional e o Banco Central acumulavam dívidas em divisas por US\$ 187 bilhões (ou seja, 17% a mais que seis meses antes).

Um estudo analisou a incidência das medidas econômicas do governo durante os primeiros cinco meses de Macri nas transferências de receitas ao setor empresarial. O trabalho

faz a distinção entre transferências diretas e indiretas. As diretas são as que contabilizam a transferência de receitas aos exportadores dos setores agrários e de mineração por meio da desvalorização, da redução ou da isenção das taxas, e aos bancos, por meio da desregulamentação das taxas de juros, além das transferências a compradores de “dólar futuro”. As transferências diretas “são financiadas pelo Estado, seja mediante a emissão de moeda, seja pela mudança da política de arrecadação e despesa fiscal” (Hagman, Harracá & Wahren, 2016). Já as transferências indiretas “são as que se dão como consequência do choque inflacionário experimentado desde novembro de 2015, cujas causas são múltiplas” (*idem*) e afetam essencialmente os setores de renda fixa mediante o aumento dos preços. A pesquisa conclui que a soma das transferências diretas alcança

um total de 194,23 bilhões de pesos (US\$ 13,39 bilhões) transferidos diretamente aos setores empresariais exportadores e aos bancos, enquanto as indiretas atingem 86,87 bilhões de pesos (US\$ 5,99 bilhões). Ao combinar as duas, vê-se que a transferência de receitas durante os primeiros cinco meses do governo de Cambiemos alcança os 281,10 bilhões de pesos (US\$ 19,38 bilhões). Esta soma equivale a US\$ 1,76 mil por trabalhador empregado; US\$ 451 por habitante da Argentina; US\$ 160 milhões por dia entre 1º de janeiro e 30 de abril de 2016; US\$ 7 milhões por hora; US\$ 111,24 mil por minuto. (Hagman, Harracá & Wahren, 2016)

O aumento das tarifas dos serviços públicos, implementado a partir de abril, é outra expressão da política oficial de recomposição da rentabilidade empresarial com base na transferência de receita dos setores populares ao capital. Já durante a campanha de 2015, o governo havia criticado duramente a política de subsídios

do kirchnerismo pela sua dupla incidência: no incremento do déficit fiscal e na falta de investimento em exploração energética, que obriga a importar gás.⁴ O aumento das tarifas de luz, água e gás fixado inicialmente pelo governo na Resolução 129 variava entre 300% e 500%, de acordo com o serviço.⁵ Entretanto, a combinação de diversos fatores fez com que, a partir do mês de maio, os consumidores recebessem contas com reajuste de até 1.500%, como no caso do gás.

O mal-estar social, suas repercussões políticas e as distintas medidas judiciais denunciando o governo por haver descumprido a obrigatoriedade de realizar audiências públicas antes de qualquer mudança nas tarifas de serviços essenciais convergiram para o questionamento da política governamental. Diferentes organizações sociais e representantes da oposição exigiram a renúncia do ministro de Energia, Juan José Aranguren, ex-presidente e acionista da Shell Argentina, processado por beneficiar a empresa com a compra de gás importado. Aranguren, porém, foi respaldado pelo presidente. No contexto da “crise tarifária”, enquanto aguardava a decisão da Suprema Corte de Justiça na expectativa de legitimar os aumentos do governo, Macri ensaiava um discurso que atribui o mal-estar provocado pelos aumentos a “erros técnicos”. Ao mesmo tempo, faz uso da retórica prolixa sustentada em valores fundacionais da racionalidade neoliberal: a responsabilização individual dos cidadãos e cidadãs — neste caso, pelo “desperdício” de energia — e o questionamento à função social dos serviços públicos essenciais, latente no apelo presidencial a que cada um pague pelo que consome.

4 O impacto fiscal dos subsídios passou de 1,4% do PIB em 2006 para 4,8% em 2015.

5 No caso do transporte urbano, houve aumentos de 150% no preço da tarifa.

Por iniciativa do governo, em 29 de junho de 2016 o Congresso sancionou a Lei 27.260, apresentada como um ato de reparação histórica das dívidas do Estado com os aposentados. As despesas que decorreram do pagamento das aposentadorias, através da criação do Programa Nacional de Reparação Histórica para Aposentados e Pensionistas, serão financiadas com as receitas provenientes da lavagem de dinheiro, disposição aprovada no mesmo texto legislativo e chamada eufemisticamente de “regime de verdade fiscal”. Por outro lado, a lei estabelece importantes alterações no manuseio do Fundo de Garantia de Sustentabilidade, e cria o Conselho de Sustentabilidade da Previdência, “que terá sob sua responsabilidade a elaboração de um projeto de lei que inclua um novo regime previdenciário, universal, integral, solidário, público, sustentável e de redistribuição”. É possível que esta decisão se reflita em breve na proposta governamental de reprivatizar o Sistema Integrado Previdenciário Argentino (SIPA), atualmente fundamentado nos princípios da solidariedade intergeracional. Nesse sentido, são significativas as declarações feitas pelo diretor executivo da obra social dos aposentados, que, poucos dias após a aprovação da medida, afirmou ser partidário do aumento da idade de aposentadoria na Argentina. Para garantir o voto favorável dos representantes provinciais no Senado, o governo negociou com os governadores e incorporou um anexo à lei que formaliza o acordo assinado entre o Ministério do Interior [que possui algumas atribuições equivalentes às do Ministério da Justiça, no Brasil] e os governadores para a devolução de 15% da coparticipação federal que o Estado argentino retém das províncias para financiar a Administração Nacional da Seguridade Social (ANSES). Isso foi decisivo para a aprovação da lei, que obteve 56 votos a favor e 11 contra.

Concluimos a resenha das principais medidas econômicas desta primeira etapa do macrismo citando algumas iniciativas e projetos que demonstram o aprofundamento do modelo de desenvolvimento extrativista-exportador e seu redirecionamento em benefício cada vez maior dos grandes capitais transnacionais. Como já mencionamos, o kirchnerismo contribuiu para a consolidação desta matriz, em sua modalidade neodesenvolvimentista. A crescente importância do agronegócio e da mineração na dinâmica exportadora argentina são casos emblemáticos da expansão deste modelo de desenvolvimento durante a última década. O termo “consenso extrativista” foi usado para explicar a adesão de governos de diferente viés ideológico a esse modelo, e também para se referir à promoção de políticas públicas que ampliaram e consolidaram essa matriz produtiva. A sinalização desse traço em comum não impede, contudo, o reconhecimento das características específicas ou dos matizes de cada experiência, em particular com relação ao papel do Estado e das políticas públicas nas modalidades de apropriação e distribuição das receitas e dos lucros gerados por essas atividades, e também com relação ao tratamento estatal dos conflitos socioambientais (Seoane, 2013).

A promoção e o aprofundamento do extrativismo agrário-exportador foram ratificados no discurso pronunciado por Mauricio Macri nos primeiros dias de mandato. No ato em que anunciou a mencionada redução das deduções das exportações agrícolas diante dos representantes dos produtores, o presidente ressaltou: “Temos que deixar de ser o celeiro do mundo para passar a ser o supermercado do mundo. Estou apostando na capacidade que temos de crescer, duplicar a produção agropecuária do país.” As transferências de receita extrativa aumentaram logo depois, com a anulação da taxa das mineradoras e a decisão de aumentar o preço pago ao setor petrolífero pela produção de gás.

Outra decisão que ilustra o direcionamento da política oficial em benefício do capital transnacional — e que complementa as decisões tributárias favoráveis ao setor agroexportador — se refere à mudança estabelecida por decreto no final de junho e pela Lei de Terras Rurais, aprovada em dezembro de 2011, que estabeleceu restrições para a venda de lotes, fixando em 15% o limite de qualquer titularidade de domínio ou posse de terras em território nacional, provincial e municipal por parte de estrangeiros. Sob o argumento de facilitar e possibilitar os investimentos no país, o novo governo manteve o limite de 15% de território nacional e o máximo de 100 hectares na zona núcleo (a mais produtiva) ou equivalente para a compra de terras por parte de capitais estrangeiros. Porém, modificou uma série de exigências que os investidores internacionais deveriam atender para se adequar à normativa. O decreto estabeleceu um período de trinta dias para que as províncias definam as “equivalências”, em alusão aos limites de hectares que podem adquirir em cada distrito. Estabelece ainda que, caso contrário, o Conselho Interministerial de Terras Rurais será o ente encarregado de fixar as equivalências. O texto eliminou também as formas de controle a cargo da Unidade de Informação Financeira (UIF) e da Administração Federal de Receitas Públicas (AFIP), excluindo as penalidades para os intermediários com a pretensão de facilitar a venda de terrenos que incluam espelhos d’água. Agentes do próprio governo assinalaram que esse decreto é o primeiro passo em direção à substituição do regime em vigor por uma lei mais permissiva.

Após a anulação da taxa das mineradoras, as empresas do setor buscaram tirar proveito das condições políticas favoráveis e do aumento relativo do preço internacional de algumas *commodities* minerais.

A Câmara Argentina de Empresários da Mineração (CAEM) fixou o objetivo de “promover investimentos de US\$ 20 bilhões no setor até 2021”. Reativaram-se projetos mais antigos, que estavam suspensos, e se estabeleceram novas jazidas. O exemplo mais emblemático do *lobby* mineiro é o novo projeto binacional Constelación, apresentado no final de janeiro de 2016 pela empresa canadense NGEX Resources na feira de mineração de San Juan. Trata-se de um projeto de exploração de ouro, prata e cobre localizado entre as províncias de San Juan e La Rioja e a III Região do Chile (Atacama), que integra um trio de projetos já conhecidos — José María, Filo del Sol e Los Helados —, todos nas mãos da corporação canadense em associação com a japonesa Pan Pacific Cooper Co. Esse projeto, o maior da América do Sul até o momento, inclusive superior ao de Pascua Lama, prevê um investimento inicial de US\$ 3 bilhões e teria uma vida útil projetada de cinquenta anos. Contempla a produção sequencial de uma mina a céu aberto em José María, seguida da exploração subterrânea em Los Helados, com água proveniente de um aquífero localizado a cerca de oito quilômetros do lugar proposto para a instalação da usina.

O início do mandato de Macri coincidiu com o anúncio dos acordos alcançados na 21ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP21), realizada em Paris. Em seu discurso de posse no Congresso Nacional, o presidente convocou os legisladores a ratificá-los e enfatizou a importância dos mecanismos de mitigação no tratamento da crise climática. A referência a essa questão prefigurava a promoção de políticas de estímulo à “economia verde”, de “dispositivos orientados a avançar num novo ciclo de mercantilização da vida e da natureza” (Seoane, 2015). A utilização de energias renováveis em benefício de grandes conglomerados econômicos é um exemplo da ativa “militância verde” do PRO em favor de

políticas públicas inspiradas no “paradigma de capitalização da natureza” (Seoane, 2015). No cenário atual, isso ganha relevância especial face às negociações internacionais sobre o acesso e a distribuição de créditos financeiros e recursos destinados à mitigação das mudanças climáticas.

Ao final de março de 2016, por meio da Resolução 531 do Ministério de Minas e Energia, o governo regulamentou a Lei 27.191, aprovada em 2015, que estabeleceu alterações à Lei 26.190, sobre o regime de fomento nacional para o uso de fontes renováveis de energia, destinadas à produção de energia elétrica. A regulamentação oficial recolhe muitas das sugestões realizadas por grandes investidores na Consulta Pública do Programa “RenovAr” que apontam para a flexibilização do marco regulatório da atividade. O texto fixa um aumento dos recursos provenientes do Tesouro Nacional, com destino ao Fundo Fiduciário para o Desenvolvimento de Energias Renováveis. Estabelece, ainda, um regime amplo de isenção de tarifas aduaneiras para a importação de equipamentos, partes, peças, componentes e matérias-primas; dedução de encargos financeiros no imposto sobre rendimentos; e isenção do imposto sobre os dividendos após reinvestimento em infraestrutura. O governo também eliminou as restrições de repatriação de capital para as empresas que operam no setor. Atualmente, a participação das fontes de energia renováveis na matriz elétrica nacional é de 5%. O governo pretende elevar essa cifra a 8% até o final de 2018, e atingir 20% ao final de 2025. Após a regulamentação da lei, o governo convocou o primeiro leilão público desse tipo de energia, com o objetivo de obter 1.000 MW, distribuídos da seguinte maneira: 600 MW de energia eólica, 300 MW de energia solar, 65 MW de biomassa, 20 MW provenientes de pequenas usinas hidroelétricas e 15 MW de biogás.

Nos primeiros seis meses da gestão Macri, as medidas tomadas pelo Cambiemos induziram um notável redirecionamento do ciclo de acumulação de capital em relação ao período anterior. Como mencionado antes, o início da nova etapa assentou-se em um forte choque neoliberal provocado pela ação convergente da desvalorização do peso (40%), a redução da taxa de exportações, a liberalização do movimento de capitais, o aumento das taxas de juros, o relançamento do ciclo de endividamento externo, a liberalização do movimento de capitais, a desregulamentação de alguns mercados e o aumento dos combustíveis e das tarifas dos serviços públicos. A domesticação e o controle da força de trabalho são decisivos para o sucesso do modelo econômico. Isso fica evidente na onda de demissões em massa no funcionalismo público, por decisão do governo; demissões e suspensões no âmbito privado, como consequência da recessão econômica, da pressão empresarial e da contenção das demandas sindicais nas negociações paritárias.

O redirecionamento da política externa também está associado às possibilidades de consolidação desse modelo. O governo se posicionou favoravelmente a parcerias, acordos e processos de liberalização comercial, cuja expressão mais emblemática foi a participação do presidente na última cúpula da Aliança do Pacífico e a incorporação da Argentina ao grupo como observador. Nessa mesma direção, a política externa do macrismo busca acelerar a assinatura do Tratado de Livre-Comércio entre o Mercosul e a União Europeia, ao mesmo tempo que minimiza a participação argentina nos processos de integração regional, como a Unasul e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac). No entanto, a expectativa otimista do governo argentino sobre o acordo com os europeus enfrenta dois novos obstáculos: por um lado, a instabilidade da situação política brasileira; por outro, o Brexit, que pode atrapalhar a assinatura deste acordo.

Tais políticas refletem a profundidade da transformação das diretrizes estatais empreendidas pelo governo Macri, que se expressa igualmente na participação majoritária de diferentes grupos empresariais na administração. A presença esmagadora de representantes do poder econômico em postos-chave da gestão estatal foi pontualmente analisada em um estudo que caracteriza o gabinete macrista como “equipe econômica”, “gerentes” ou “CEOs” (Cifra-Flacso, 2016). O trabalho aponta que “há uma super-representação dos bancos transnacionais, das empresas que integram o oligopólio petrolífero no país e das distribuidoras de energia elétrica entre os servidores que ocupam o aparelho do Estado”. Ao mesmo tempo, indústrias estrangeiras não estão representadas, o que prenuncia um aprofundamento da “reprimarização” da economia, com os consequentes — mas, até o momento, potenciais — conflitos internos dentro da própria corrente hegemônica, uma vez que se trata de uma atividade com elevada participação de capitais estrangeiros.

Em síntese, a situação do governo, conduzido por setores dominantes, se distingue não apenas porque chegou ao poder legitimado por uma eleição democrática, mas também porque sua corrente hegemônica é composta por bancos transnacionais e empresas estrangeiras ligadas principalmente à produção e distribuição de energia. A rigor, trata-se de uma gestão conduzida sob a égide do capitalismo transnacional, razão pela qual não se pode esperar algo diferente de “políticas de viés claramente ortodoxo, cuja aplicação estará fadada a conflitos sociais que terão como protagonistas não apenas os setores populares que pretendem disciplinar, mas também outros dentro do mesmo bloco de poder e, inclusive, dentro da corrente hegemônica” (Cifra-Flacso, 2016).

2.2 A conflituosidade social e as lutas populares durante os primeiros meses do governo Macri

O ano de 2015 foi marcado pela tendência de uma menor conflituosidade social em relação aos anos anteriores. Diante da crise, as demandas sociais ficaram em certa medida “encapsuladas” pela extensão do ciclo eleitoral. Os dados do Ministério do Trabalho, Emprego e Seguridade Social da Argentina sobre a evolução do conflito trabalhista são ilustrativos: tanto o número total de dias não trabalhados quanto a média de dias de greve foram os menores desde 2011 (Mtess, 2015). Foi neste contexto de retração relativa dos protestos sociais que ocorreu a histórica e massiva mobilização impulsionada pela hashtag #NiUnaMenos [nem uma a menos]. A marcha “violeta” foi convocada por movimentos e associações de mulheres para denunciar a violência de gênero refletida no alarmante aumento do número de feminicídios cometidos no país. O episódio acabou se tornando um dos fatos de maior destaque na mobilização social argentina ao longo de 2015.

Contudo, a implementação do choque neoliberal — e as numerosas demissões que provocou no setor público — modificaram a dinâmica da conflituosidade social, que aumentou visivelmente na primeira metade de 2016. Tal evolução permite identificar dois momentos ou “ciclos curtos” distintos com relação à natureza das reivindicações, dos sujeitos e das formas de ação. O primeiro momento vai de dezembro de 2015 a abril de 2016, e se destaca por uma maior concentração de protestos sindicais entre os setores assalariados. O segundo período se desdobra entre maio e julho de 2016, e se define pela irrupção dos protestos contra o *tarifazo* implementado pela administração de Macri.

A política social e trabalhista do novo governo foi inaugurada pela referida onda de demissões em massa no funcionalismo público, decidida mediante o Decreto 254, de 2015. Com a medida, o governo reavaliou os contratos dos trabalhadores e trabalhadoras do Estado, e também os concursos públicos ocorridos nos anos anteriores. A ofensiva contra os servidores desencadeou uma onda de conflitos, reivindicações e protestos liderada pela Associação de Servidores do Estado (ATE), filiada à Central de Trabalhadores da Argentina (CTA), que teve seu epicentro na cidade e na província de Buenos Aires, mas que repercutiu nacionalmente. As reivindicações do funcionalismo público resultaram na convocação da primeira greve nacional da ATE, em 19 de abril, momento em que o governo calculava em dez mil o número de trabalhadores dispensados — as centrais sindicais, porém, denunciavam números maiores.

Um mês depois, em 24 de maio, a ATE convocou uma nova greve, com passeata até a Praça de Maio. O movimento reivindicava a reabertura de negociações paritárias e o fim do veto presidencial à Lei de Emergência Ocupacional votada pelo Congresso. Ainda em abril, os trabalhadores da ATE da província de Buenos Aires convocaram uma greve de quarenta e oito horas, que teve a adesão de outros sindicatos — como a Associação Sindical de Profissionais da Saúde da Província de Buenos Aires (CICOP) e a Associação Judicial Bonaerense — contra o Plano de Modernização Estatal, lançado pela governadora Maria Eugênia Vidal. Mesmo assim, o sindicato apresentou um mandado de segurança sindical à Justiça questionando a constitucionalidade do Decreto 254/2015, e denunciando “a violação da estabilidade, o direito à informação e o direito humano a não ser discriminado pela filiação política, gremial ou ideológica”.

No âmbito do ciclo de negociações durante esse primeiro período, foram registradas diferentes quedas de braço por aumentos salariais, contra as demissões e o desemprego. Entre os conflitos mais importantes, cabe mencionar as paralisações dos trabalhadores do transporte e da indústria petrolífera na Patagônia, dos bancários contra as demissões no setor, dos professores e dos trabalhadores da saúde e do Judiciário, que abrangeram dez províncias. Houve ainda conflitos contra as demissões na indústria da construção e de caminhoneiros pelo enquadramento sindical. Os sindicatos de taxistas fizeram protestos e bloqueios de ruas contra a empresa multinacional Uber, que então pretendia se instalar no país. Na Terra do Fogo travou-se um intenso e prolongado conflito de mais de cem dias liderado por servidores públicos que bloquearam o prédio da sede do governo, exigindo a revogação de um pacote de leis fiscais e previdenciárias aprovado em janeiro a pedido da gestão da governadora Rosana Bertone, da Frente para la Victoria. O desenrolar do conflito no extremo sul do país foi marcado por uma violenta repressão e pela detenção de lideranças sindicais. Ainda na província de Santa Cruz, no mês de abril, ocorreram várias paralisações e piquetes de servidores públicos reivindicando aumentos salariais ao governo de Alicia Kirchner, também da Frente para la Victoria.

Desde os primórdios as negociações coletivas estiveram fortemente atreladas à política do governo de não homologar aumentos salariais superiores a 20% ou 25%, com base em projeções sobre a evolução inflacionária. No entanto, o aumento constante da inflação e a pressão sindical explicam por que diferentes acordos desbordaram as pretensões iniciais do poder público. Diferentes estimativas indicam o aumento médio em torno de 30%, com uma tendência acentuada de deterioração dos bens dos servidores — setor mais prejudicado. A maioria dos

sindicatos teve de aceitar uma maior segmentação dos aumentos, com redução pelo índice da inflação oficial, que fechou 2016 em 36%.

Este primeiro período, marcado pelo caráter predominantemente sindical dos conflitos — especialmente, como se disse, no setor público —, culmina com o massivo ato organizado pela seção da Central Geral de Trabalhadores (CGT) de Azopardo, liderada pelo caminhoneiro Hugo Moyano, pela CGT Balcarce, conduzida pelo metalúrgico Antonio Caló, de filiação kirchnerista, pela CTA Autônoma (kirchnerista) e pela CTA dos Trabalhadores (dissidentes do kirchnerismo). O ato foi realizado em 29 de abril, em comemoração ao Dia do Trabalho, e contou com a participação de diferentes organizações territoriais, desempregados, trabalhadores de empresas recuperadas, forças políticas de esquerda e entidades kirchneristas, sendo então considerada a maior manifestação sindical das duas últimas décadas.

As centrais dirigiram suas reivindicações à redução do imposto de renda (promessa de Macri durante a campanha eleitoral, que obteve o apoio declarado ou manifestação favorável de importantes lideranças sindicais peronistas), rejeição às demissões no setor público e privado, contra a inflação e pela aprovação imediata do projeto de lei de emergência ocupacional. Após essa demonstração de força, porém, as centrais sindicais da CGT foram reticentes em levar adiante o plano de luta anunciado depois que o presidente Mauricio Macri vetou a lei trabalhista aprovada previamente pelo Congresso. Dois fatores pesaram na atitude adotada pelo sindicalismo cegetista: em primeiro lugar, as tensões entre as diversas correntes do sindicalismo peronista no âmbito das negociações para a reunificação da cgt, prevista para o mês de agosto; por outro lado, depois da manifestação sindical, o governo estabeleceu pontes de

negociação com o movimento sindicalista a fim de “tirar proveito” da situação, mesmo que isso significasse colocar em discussão o rumo das políticas socioeconômicas. Para tal, o governo se comprometeu a concretizar prontamente a devolução da dívida histórica com as obras sociais dos sindicatos cegetistas.

Considerando-se que o caráter sindical dos protestos foi um sinal característico desses primeiros meses, vale registrar que nesse período também houve ações e mobilizações promovidas por organizações sociais e territoriais, muitas com origem na eliminação, no corte e na reestruturação dos projetos e programas sociais promovidos pelo governo, em especial na província de Buenos Aires.

No segundo trimestre, o forte impacto do aumento tarifário — em especial do gás — se converte em motivo relevante para a articulação das reivindicações e das demandas sociais. No entanto, também foram registrados importantes conflitos sindicais num contexto marcado pela resolução (provisória) da maioria das negociações paritárias. Em decorrência da pressão social e de diferentes setores políticos, como também após várias decisões judiciais contrárias à medida estatal, o governo teve que recuar da decisão de reajustar a tarifa do gás.

Em meados de maio, realizou-se na cidade de Buenos Aires uma grande manifestação em defesa da universidade pública, no âmbito de uma jornada de protestos e de paralisação nacional convocada por todos os sindicatos do setor (Conadu Histórica, Fedun, Fagdut, UDA etc.) reivindicando 40% de aumento salarial. A mobilização massiva de estudantes, professores, servidores e gestores de universidades contou com a adesão das federações estudantis (FUA, FUBA, entre outras) e pré-universitárias na caminhada até o ato na Praça de Maio. No ano seguinte, em 3 de junho, houve a segunda marcha #NiUnaMenos, novamente com grande mobilização, que, se comparada à anterior, porém, teve

menor participação de setores que agora haviam passado para a situação.

Durante os meses de maio e junho aconteceram marchas e protestos contra os efeitos do *tarifaço*, convocados por diferentes organizações sociais, de bairro, culturais e de pequenos comerciantes. No final de junho, a CTA Autônoma liderou um protesto na cidade de Buenos Aires, chamado de *frazadaço*⁶ em repúdio ao aumento das tarifas de serviços públicos, que replicou as ações realizadas nas semanas anteriores em Mendoza e nas cidades bonaerenses de La Plata, Azul e Tandil. A mobilização se projetou em toda a Argentina com a realização, em 14 de julho, da primeira jornada nacional de protesto contra o governo, da qual participaram organizações sociais, territoriais, de bairro, partidos de esquerda e setores kirchneristas reunidos em torno da frente multissetorial contra o *tarifaço*.⁷ O *ruidazo* contou com o apoio de segmentos importantes nas principais cidades do país, apesar de não ter conseguido a adesão dos sindicatos da CGT. Essa ação permitiu consolidar processos de convergência entre diferentes organizações sociais, que foram reforçados, ampliando a visibilidade e o efeito dessa ação de abrangência nacional. No dia 20 de julho, em Buenos Aires, realizou-se um painel convocando pelas diferentes organizações

6 Alusão a *frazadas*, cobertas, usadas no protesto em referência ao aumento do preço do gás de calefação. Os manifestantes também portavam velas em referência ao reajuste das tarifas de luz. [N.E.]

7 O presidente da Assembleia de Pequenos e Médios Empresários da cidade de Rosário definiu as “multissetoriais” como “espaços horizontais, aos que se somam os que sofrem o impacto de uma política econômica que está fazendo estragos na atividade do mercado interno e do emprego”.

que configuram a Confederação de Trabalhadores da Economia Popular (CTEP) e Bairros em Pé. Esses coletivos distribuíram sopão para pobres em cem pontos da cidade, para exigir do chefe do governo portenho maiores investimentos em programas sociais. Os protestos, acompanhados de piquetes, tinham como objetivo dar visibilidade à dura situação pela qual estão passando os desempregados e os trabalhadores informais da cidade.

O tratamento cada vez mais repressivo e judicial aos protestos é outro signo distintivo da política macrista, em sua pretensão de controlar as tensões sociais e domesticar a força de trabalho para garantir a reprodução das condições de dominação que requer o modelo de “Estado empresário” proposto pela aliança Cambiemos. Nessa dimensão, as estratégias de governabilidade neoliberal do macrismo se baseiam na combinação de diferentes ferramentas que tendem a reforçar a política de destituição dos vínculos sociais, que “se configura mediante a construção da vivência do desamparo” (Murillo, 2015).

A primeira onda de demissões de servidores públicos foi acompanhada por uma campanha governamental intensiva, invocando a tarefa inadiável referente à depuração de “funcionários-fantasma”, “vagabundos” e de “gordura militante” nas instituições públicas. A legitimidade inicial do governo lhe permitiu avançar com inúmeras demissões compulsórias. Na tentativa de validar as arbitrariedades, o discurso oficial se fixou na denúncia contra o “crescimento irracional” do funcionalismo público, na “corrupção” kirchnerista e no estigma que pesa contra os servidores públicos. Por outro lado, em fevereiro, o Conselho de Segurança Interna aprovou um novo protocolo para regular os piquetes e o fechamento de estradas, prevendo um claro endurecimento dos mecanismos de dissuasão e repressão aplicados em vinte e quatro ações contra mobilizações em nove províncias entre os meses de janeiro e

junho — ou seja, mais de um caso de dispersão violenta de protestos por semana (CTA, 2016).

Um relatório do Observatório de Direitos Sociais da CTA apresenta um levantamento das ações repressivas contra as mobilizações sindicais entre janeiro e junho de 2016: dispersão violenta de manifestações, detenções de manifestantes — que em muitos casos foram processados —, demissões de ativistas sindicais em diferentes empresas e restrições ao direito de greve. Ressalte-se a preocupante decisão da Corte Suprema de Justiça determinando que as greves poderão ser convocadas somente por organizações sindicais reconhecidas pelo Estado, seja porque foram registradas como personalidade sindical, seja por simples inscrição. Isso enfraquece a ação dos trabalhadores que estão começando a se organizar, dos trabalhadores informais e precarizados e daqueles que não estão vinculados a um sindicato ou se opõem à diretoria do sindicato de sua categoria. O relatório indica que o funcionalismo público “foi quem sofreu a maior quantidade de práticas antissindcais, principalmente repressão e criminalização dos protestos”, e relata a detenção de trinta e cinco lideranças sindicais desde o início do ano.

A evolução de alguns indicadores socioeconômicos expressa a amplitude das consequências sociais da política econômica macrista. De acordo com o relatório do Observatório da Dívida Social Argentina, “a proporção da população abaixo da linha da pobreza teria aumentado de 29% para 32,6% entre o quarto semestre de 2015 e o começo de abril de 2016, gerando um aumento aproximado de 1,4 milhão de pobres, chegando ao redor dos 13 milhões de pessoas em situação de pobreza na atualidade” (UCA-ODSA, 2016). Com relação às demissões, o Centro de Economia Política Argentina (CEPA) informa que, entre dezembro de 2015 e março de 2016,

houve 141.542 demissões. Desse total, 52% correspondem a trabalhadores do setor privado e os 48% restantes a funcionários públicos (CEPA, 2016). De acordo com o “índice de inflação do movimento operário”, calculado pelo Centro de Inovação dos Trabalhadores (CITRA) da Universidade Metropolitana para a Educação e o Trabalho (UMET), a inflação média que afetou a classe trabalhadora chegou a 44,1% em maio (Scaletta, 2016). Nesse contexto, vários sindicatos do setor público e privado solicitaram a abertura de novas negociações e prepararam ações para reivindicar melhorias salariais, em particular os sindicatos do setor público bonaerense.

Estes anúncios preveem um cenário de disputa acirrada das classes populares na Argentina. Esta situação renova o desafio de consolidar os processos de convergência contra o ajuste sobre as bases de recriar práticas democráticas que permitam potencializar a politização das demandas das classes subalternas e contrapor os efeitos das políticas neoliberais de mercantilização e privatização em diversos aspectos da vida social. As recentes experiências das multissetoriais contra o *tarifaço* e a confluência das lutas de diferentes movimentos territoriais emergem como horizonte de práticas de convergência que, sem dúvida, deverá se nutrir da capacidade de resistência do movimento operário e de sua tradição combativa e democrática.

3 A modo de conclusão

Os fatos e as características mais importantes da conflitualidade social não apenas nos primeiros momentos do governo de Mauricio Macri na Argentina, mas também em outros países da América Latina, nos permitem observar sua complexa evolução num contexto marcado pela

adversidade e pelo fortalecimento das políticas repressivas. No entanto, isso não é um obstáculo insuperável para a proliferação de intensas ações reivindicativas das classes populares. A legitimidade do modelo de dominação neoliberal, sem dúvida, conquistou um terreno importante na América do Sul sem que isso se traduzisse necessariamente em um freio para as reivindicações populares. Essa constatação é importante para delimitarmos, com precisão, a abrangência e os efeitos do esgotamento de um período ou ciclo político de transformações democráticas que se solidificou na experiência dos governos “progressistas”. Certamente o eclipse desse ciclo não supõe o fim das resistências. Acreditamos que as promessas ainda não cumpridas do “progressismo” e as resistências à dominação neoliberal podem se condensar na recriação de uma potência popular que ainda está adormecida, mas que se vê presente em uma série de movimentos de resistência às políticas neoliberais.

A reativação das perspectivas emancipatórias não pode ser pensada à parte da materialidade das lutas. É nelas que prioritariamente podem ser processados os balanços das experiências recentes, seus limites e suas potencialidades. Neste terreno, os debates, as contribuições e as controvérsias sobre o rumo das experiências governamentais e os processos sociais nutrem o horizonte de reflexão e constituem valiosas ferramentas para a ação. As reflexões sobre os limites políticos, ecológicos, econômicos e sociais dos atuais modelos de desenvolvimento são um emblemático exemplo desses avanços conceituais. Da mesma forma, devem ser mencionadas questões relativas às formas de trabalho e produção comum para o Bem Viver, um novo conceito de democracia, a crítica ao produtivismo capitalista e ao patriarcado, a revalorização do multiculturalismo,

entre tantas outras questões. Mas também é no terreno das lutas — como mostrou o caminho percorrido desde finais dos anos 1990, quando se criaram novas e originais formas de sociabilidade e de relações intersubjetivas antissistêmicas — que se permite recriar a dimensão emancipatória das resistências e que se prenunciam os contornos dos novos projetos de sociedade.

A crise das experiências progressistas indica que os projetos de transformação social não podem se limitar à tarefa de distribuir mais justamente a riqueza — embora a experiência histórica latino-americana mostre que qualquer programa nesse sentido, por mais modesto que seja, requer um enorme processo de politização das classes populares. A crise ecológica, diante do sistema de poder dominante, já torna incompatível a reprodução da vida no planeta com as formas de produção e distribuição de riquezas associadas ao padrão hegemônico de consumo. Precisamos, então, (re)construir outro mundo sobre as bases de novas racionalidades que promovam o fim da racionalidade neoliberal de mercado como horizonte comum.

Os movimentos sociais e populares de Nossa América detêm uma enorme experiência e uma memória coletiva que deve ser ressignificada e potencializada nas atuais circunstâncias, que são adversas. A reconstrução dos processos de convergência em torno da luta contra a mercantilização da vida e da natureza, contra o ajuste neoliberal e a liberalização comercial, contra a precarização, a flexibilização trabalhista e o empobrecimento, contra o patriarcado e a opressão de gênero, contra a repressão e a militarização, contra a dívida externa e as múltiplas formas de colonialismo cultural, são aspectos decisivos da batalha pela revitalização do internacionalismo rebelde e solidário.

Referências bibliográficas

- GARCÍA LINERA, Álvaro. *Restauración conservadora y nuevas resistencias en Latinoamérica en 2016*. IDEAL-Izquierda Democrática en América Latina. Disponível em <<https://www.facebook.com/Izquierda-Democr%C3%A1tica-En-América-Latina-IDEAL-1650346348535005/>>.
- LANDER, Edgardo. *La implosión de la Venezuela rentista*. Caracas, 2016.
- MURILLO, Susana. *Colonizar el dolor. La interpelación ideológica del Banco Mundial en América Latina. El caso argentino desde Blumberg a Cromañón*. Buenos Aires: Clacso, 2008.
- . “Biopolítica y procesos de subjetivación en la cultura neoliberal”, em MURILLO, Susana (org). *Neoliberalismo y gobiernos de la vida. Diagrama global y sus configuraciones en la Argentina y América Latina*. Buenos Aires: Biblos, 2015.
- SEOANE, José; TADDEI, Emilio; ALGRANATI, Clara. *Extractivismo, despojo y crisis climática. Desafíos para los movimientos sociales y los proyectos emancipatorios de Nuestra América*. Buenos Aires: Herramienta-El Colectivo-GEAL, 2013.
- SEOANE, José. “El sabor amargo del crecimiento económico: la expansión del modelo extractivo entre 2003 y 2008”, em SEOANE, José; TADDEI, Emilio; ALGRANATI, Clara. *Extractivismo,*

despojo y crisis climática. Desafíos para los movimientos sociales y los proyectos emancipatorios de Nuestra América. Buenos Aires: Herramienta-El Colectivo-GEAL, 2013.

_____. “La reformulación neoliberal de la cuestión ambiental: una genealogía del paradigma de capitalización de la naturaleza”, em MURILLO, Susana (org). *Neoliberalismo y gobiernos de la vida. Diagrama global y sus configuraciones en la Argentina y América Latina*. Buenos Aires: Biblos, 2015.

TADDEI, Emilio. “Sudamérica: crisis y tentativas de recomposición del consenso neoliberal”, em Colóquio Internacional Marx e Engels, 8 fev. 2015. Campinas: Unicamp, 2015.

_____. “Fin du gouvernement kirchneriste et tournant néolibéral”, em COMPAGNON, Olivier & GEOFFRAY, Marie Laure. *Amérique Latine: Annuaire 2015–2016*. Paris: La Documentation Française, 2016.

Relatórios e pesquisas

CEPAL. *Análisis sobre la evolución del empleo durante la gestión de Cambiemos. Los cambios en la medición del SIPA 2016*. Disponível em <<http://centrocepa.com.ar/analisis-sobre-la-evolucion-del-empleo-durante-la-gestion-de-cambemos-los-cambios-en-la-medicion-del-sipa/>>.

_____. *Estudio Económico de América Latina y el Caribe*. Disponível em <<http://www.cepal.org/es/publicaciones/38713-estudio-economico-america-latina-caribe-2015-desafios-impulsar-ciclo-inversion>>.

_____. *Panorama de la Inserción Internacional de América Latina y el Caribe 2015. La crisis del comercio regional: diagnóstico y perspectivas*. Disponível em <<http://www.cepal.org/es/publicaciones/39010-panorama-la-insercion-internacional-america-latina-caribe-2015-la-tesis>>.

CIFRA-FLACSO. *La naturaleza política y económica de la Alianza Cambiemos*. Disponível em <<https://www.cta.org.ar/IMG/pdf/>

[la_naturaleza_politica_y_economica_de_la_alianza_c.pdf](#)>.

HAGMAN, Itai; HARRACÁ, Martín & WAHREN, Pablo. *Transfiriendo al capital. Transferencia de ingresos al sector empresario*. Disponível em <<http://itai.com.ar/wp-content/uploads/2016/05/Transfiriendo-al-capital-Mayo-2016.pdf>>.

MINISTERIO DE TRABAJO. *Empleo y Seguridad Social. Base de datos sobre conflictos laborales*. Disponível em <<http://www.trabajo.gob.ar/left/estadisticas/ConLab/>>.

OBSERVATORIO del Derecho Social. *Informe sobre prácticas antisindicales*. Disponível em <<http://www.obderechosocial.org.ar/>>.

UNIVERSIDAD Católica Argentina. *Observatorio de la Deuda Social Argentina Pobreza y desigualdad por ingresos en la Argentina urbana. Tiempos de balance 2010–2015*. Disponível em <<http://www.uca.edu.ar/uca/common/grupo68/files/2016-Obs-Informe-n1-Pobreza-Desigualdad-Ingresos-Argentina-Urbana.pdf>>.

SCALETTA, Claudio. “Desmadre y costos”, em *Página 12*, 13 jul. 2016. Disponível em <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-304130-2016-07-13.html>>.

Algumas reflexões, autocríticas e propostas sobre o processo de mudança na Bolívia

Pablo Solón

O que aconteceu? Como chegamos até aqui? O que foi feito do processo de mudança que há mais de quinze anos conquistou sua primeira vitória com a Guerra da Água em Cochabamba? Por que o conglomerado de movimentos que queriam mudar a Bolívia acabou preso num referendo para que duas pessoas pudessem se reeleger mais uma vez em 2019? Reflexões que consideram tudo isso uma obra de conspiração imperialista são um despropósito. A ideia do referendo para a reeleição não partiu da Casa Branca, mas do Palácio Quemado. Agora, porém, é óbvio que o imperialismo e toda a extrema direita boliviana se aproveitaram desse grande erro. O referendo não é a causa do problema, mas um de seus trágicos episódios. O processo de mudança vai pelo mau caminho, e se torna necessário refletir além dos escândalos de corrupção e mentiras que, mesmo sendo importantes, são apenas a ponta do iceberg.

Em 2011, deixei o governo do presidente Evo Morales e durante esse tempo procurei entender os recentes acontecimentos.⁸ O que ocorre na Bolívia não é um fato isolado. Desde o início do século passado,

8 Pablo Solón foi embaixador da Bolívia nas Nações Unidas entre 2009 e 2011. [N.E.]

diferentes movimentos revolucionários, fossem de esquerda ou progressistas, chegaram ao governo em diferentes países do mundo. Apesar de vários terem impulsionado importantes transformações, praticamente todos acabaram sendo cooptados pelas lógicas do capitalismo e do poder.

De maneira bem resumida, compartilho aqui ideias, autocríticas e propostas, esperando que contribuam para resgatar o sonho de um processo de mudança que é muito complexo, e não é propriedade de nenhum partido ou dirigente.

A lógica do poder capturou o processo de mudança

Os ativistas de esquerda no governo boliviano geralmente falam do perigo da direita, do imperialismo e da contrarrevolução, mas quase nunca mencionam o perigo que representa o poder em si mesmo. Tais dirigentes acreditam que, uma vez no poder, poderão transformar a realidade do país, mas não estão cientes de que eles próprios acabam sendo transformados por esse poder.

Nos primeiros momentos de um processo de mudança, o novo governo geralmente promove — pela via institucional ou insurrecional — a reforma ou a transformação das velhas estruturas de poder do Estado. Essas mudanças, mesmo quando radicais, nunca serão suficientes para evitar que os novos governantes sejam cooptados pela lógica que está presente tanto nas estruturas de poder reacionárias quanto nas estruturas revolucionárias. A única opção para evitar que um processo de mudança sucumba está fora do Estado: na fortaleza, na independência, na autodeterminação e na mobilização criativa das organizações, dos movimentos e dos diferentes atores

sociais que deram vida a essas transformações.

No caso boliviano — que, se comparado a outros processos de mudança, foi muito privilegiado pela forte presença de vigorosas organizações sociais —, um dos erros mais graves foi enfraquecer essas organizações ao incorporar às estruturas de Estado grande parte de seus dirigentes, que então acabaram expostos às tentações e à lógica do poder. Antes de cooptar toda uma geração de lideranças, seria necessário formar verdadeiras equipes para gerenciar as instituições-chave do Estado. Entregar sedes sindicais e benefícios às organizações sociais que promoveram o processo de mudança incentivou o clientelismo e o nepotismo. Contrariamente, deveríamos ter potencializado a independência e a capacidade de autodeterminação das organizações sociais, para que se tornassem um verdadeiro contrapoder que propusesse e controlasse as pessoas que, como eu, haviam passado a trabalhar na burocracia estatal. O verdadeiro governo do povo não está — nem nunca estará — nas estruturas de Estado.

Continuamos com uma estrutura hierárquica estatal do passado e não promovemos uma estrutura mais horizontal. Sem dúvida, o conceito de “chefe” ou “chefão” foi um gravíssimo erro desde o começo. O culto à personalidade jamais deveria ter sido alimentado. No princípio, muitos desses equívocos foram cometidos sob a pressão das circunstâncias e devido ao próprio desconhecimento de como gerenciar o aparelho do Estado de uma maneira distinta. À nossa inexperiência somaram-se a conspiração e a sabotagem da direita e do imperialismo, que obrigaram a mostrar coesão, muitas vezes de forma acrítica, como no caso da violência ocorrida em El Porvenir e na negociação de artigos da Constituição,

por exemplo.⁹ Os acertos e as vitórias contra a direita, longe de abrirem uma nova etapa para reconduzir o processo e identificar nossos erros, acentuaram tendências caudilhescas e centralistas.

A lógica do poder é muito similar à lógica do capital. O capital não é senão um processo que existe enquanto gera mais capital; capital que não é investido e não dá lucros é um capital que dá prejuízo ao mercado; o capital, para existir, deve estar em permanente crescimento. Da mesma forma opera a lógica do poder: sem que você perceba, o mais importante para o governo e seus membros passa a ser sua perpetuação no poder e como adquirir mais poder para garantir sua continuidade no poder. Os argumentos para a lógica que prioriza a permanência no poder e sua expansão a qualquer custo são extremamente convincentes e nobres: “se não tivermos maioria absoluta no Congresso, a direita voltará a boicotar o governo”, “quanto maior a quantidade de estados e municípios sob nosso controle, melhor poderemos executar nossos planos e projetos”, “a Justiça e outras repartições do Estado devem estar a serviço do processo de mudança”, “se por acaso você quer que a direita volte...”, “o que vai acontecer com o povo se perdermos o poder?”.

Se o erro primordial do processo de mudança foi nos considerarmos “o governo do povo”, o momento de inflexão começou com o segundo mandato. Em 2010, se

9 O episódio de violência conhecido como “massacre de Porvenir” ou “massacre de Pando” ocorreu em 11 de setembro 2008 na localidade de El Porvenir, próxima à cidade de Cobija, capital do departamento de Pando, no contexto do referendo revogatório do mandato de Evo Morales, quando alguns governantes regionais e lideranças políticas da oposição não aceitaram o resultado das urnas — que ratificaram a permanência do presidente no cargo. Os conflitos vitimaram treze camponeses e dois funcionários do governo de Pando. [N.E.]

obtivemos mais de dois terços no parlamento e havia energia suficiente para avançar na direção de uma transformação de fundo na linha do Bem Viver, era o momento de fortalecer, mais do que nunca, o contrapoder das organizações sociais e da sociedade civil para limitar o poder dos que estavam no governo, no parlamento, nos governos dos estados e dos municípios. Era o momento de concentrar esforços para incentivar novas lideranças e ativistas criativos que nos substituíssem, porque as dinâmicas do poder iriam nos triturar.

No entanto, o que se fez foi exatamente o contrário. Centralizou-se ainda mais o poder nas mãos dos “chefes”, transformou-se o parlamento num apêndice do Executivo, continuou-se fomentando o clientelismo das organizações sociais, chegou-se ao extremo de dividir algumas organizações indígenas e tentou-se controlar o Judiciário mediante manobras grosseiras que acabaram frustrando o projeto de contar com uma Corte Suprema de Justiça idônea, independente e eleita pela primeira vez na história.

Ao invés de incentivar livres pensadores para que estimulassem o debate em todos os espaços da sociedade civil e do Estado, censurou-se e perseguiu-se quem discordava das posições oficiais. Caiu-se na teimosia absurda de querer justificar o injustificável, como em Chaparina,¹⁰ e de tentar reverter a qualquer custo a vitória dos indígenas e cidadãos que tinham conseguido cancelar o projeto de rodovia que cruzava a Terra Indígena Parque Nacional Isiboro Sécuré (Tipnis).

10 Em 25 de setembro de 2011, forças policiais reprimiram violentamente uma marcha de indígenas e camponeses do Tipnis que se dirigia a La Paz. Os manifestantes protestavam contra as intenções do governo de Evo Morales de construir uma estrada que cruzaria seu território. [N.E.]

Nesse contexto — em que a bajulação era premiada, e a crítica, tratada como uma peste — incentivou-se o controle dos meios de comunicação por diferentes vias, minou-se o surgimento de novas lideranças e fortaleceu-se a falácia de que o processo de mudança de vida de milhões de pessoas dependia de um grupinho. A lógica do poder tinha suplantado o processo de mudança, e o mais importante passou a ser a primeira reeleição e, depois, a segunda reeleição.

As parcerias que minaram o processo

Qualquer processo de transformação social desloca certos setores, alavanca outros e produz novos setores sociais. No caso boliviano, o processo de mudança significou inicialmente o deslocamento de uma classe média tecnocrática e uma burguesia parasitária do Estado, que durante décadas havia se revezado no governo e que sempre mantinha familiares nas estruturas de poder para obter licitações, consultorias, concessões, contratos, terras e outros benefícios. Em 2006, apesar de vários membros dessa elite continuarem ocupando funções estatais, não tinham mais o poder de outrora para fazer negócios e negociatas com o Estado.

O país passou a assistir então a uma luta acirrada entre segmentos sociais: por um lado, as classes anteriormente dominantes que foram deslocadas ou que temiam perder seus privilégios (fazendeiros, agroindustriais e empresários) e, por outro, setores sociais emergentes, indígenas, camponeses, trabalhadores e uma classe média popular muito diversa. As oligarquias do Oriente habilmente elaboraram um discurso de “autonomias” para ganhar o apoio de setores da população, e a confrontação nos levou à beira de uma guerra civil. Ao final, graças à mobilização social

e ao referendo revogatório, os setores mais reacionários ficaram encurralados. No entanto, apesar da derrota, essa oligarquia obteve algumas vitórias parciais com alterações no texto constitucional, que então pareceram pequenas diante do fato de que, por fim, teríamos a Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia.

Essa disputa, porém, deu início à nefasta política de alianças, que foi drenando o espírito do processo de mudança. Os dirigentes sociais no governo, que começavam a ser cooptados pela lógica do poder, optaram pela estratégia de pactuar acordos com os representantes econômicos da oposição enquanto perseguiam suas lideranças políticas. Assim, pouco a pouco, as bandeiras da revolução agrária foram esvaziadas de conteúdo. A grande maioria dos fazendeiros não foi afetada. Enfatizou-se o saneamento e a titulação das terras, o que favoreceu majoritariamente os indígenas e os camponeses, mas não se deu continuidade ao desmonte do poder dos latifundiários. Nesse contexto, estabeleceu-se uma aliança com o setor mais importante do agronegócio: os exportadores de soja — aos quais foi permitido continuar e incrementar a produção de transgênicos. A soja transgênica, que em 2005 representava apenas 21% da produção na Bolívia, atingiu 92% em 2012. Adiou-se o cumprimento da função econômica e social das grandes propriedades, o que teria implicado a expropriação e a reversão de terras. Em vez disso, perdeu-se o desmatamento ilegal de florestas, incentivando a expansão do desflorestamento em benefício dos agroexportadores. Essas alianças, que antes de 2006 seriam impensáveis, foram justificadas pela alegação de que, assim, fraturava-se a oposição instalada em Santa Cruz de la Sierra e viabilizava-se o acesso do governo a essa parcela da população, evitando-se uma polarização como a ocorrida na

Venezuela, pois os setores econômicos de oposição ou de direita veriam que seria melhor não prejudicar a estabilidade do governo.

Essa política de alianças para estabilizar e consolidar “o governo do povo” foi abrangendo quase todos os setores do poder econômico. A burguesia financeira, que desde o início foi tratada com luvas de pelica para evitar o risco de uma corrida aos bancos, como nos tempos da Unidad Democrática Popular (UDP),¹¹ foi uma das mais beneficiadas. O lucro do setor financeiro na Bolívia passou de US\$ 43 milhões em 2005 a US\$ 283 milhões em 2014. Algo similar aconteceu com a mineração privada transnacional, que, apesar de algumas nacionalizações, manteve uma participação de 70% nas exportações ao longo dos últimos dez anos. Segundo o próprio ministro das Finanças, os lucros do setor privado chegaram aos US\$ 4,1 bilhões em 2013.¹²

Não é que o processo de mudança havia sido capturado pela lógica do poder: os interesses de setores empresariais de direita tinham começado a miná-lo por dentro.

11 A UDP foi uma aliança formada em 1977 por três agremiações políticas bolivianas: o Movimento Nacionalista Revolucionário de Esquerda, o Movimento de Esquerda Revolucionária e o Partido Comunista da Bolívia. Chegou à presidência da república após a vitória eleitoral de Hernán Siles Zuazo, que já havia governado o país entre 1956 e 1960, mas que com a UDP exerceu o poder entre 1982 e 1985. Seu governo foi marcado por uma grave crise econômica e pela hiperinflação, motivo pelo qual seu mandato foi encurtado em um ano com a convocação de novas eleições. [N.E.]

12 Para efeito de comparação, o PIB da Bolívia no mesmo ano era de US\$ 30,6 bilhões, segundo dados do Banco Mundial.

Os novos ricos

Essas políticas de aliança com o inimigo não teriam sido possíveis sem uma transformação na base social do processo de mudança. Em quase todos os governos revolucionários instituídos no século passado, após o processo de confrontação com segmentos da elite hegemônica deslocados do poder, surgem dentro do próprio processo revolucionário grupos de novos ricos e burocratas desejosos de desfrutar de seu novo status e que, para alcançar esse objetivo, fazem alianças com setores do poder econômico da classe burguesa. A melhoria das condições de vida de alguns segmentos e, em particular, de algumas lideranças não implica necessariamente uma maior consciência política. Pelo contrário. A única maneira de neutralizar os novos ricos e as novas classes médias de origem popular é, novamente, a existência de organizações sociais fortes. No entanto, quando elas são enfraquecidas e cooptadas pelo Estado, não há como contrapor esses novos grupos do poder econômico, que então começam a influir de forma determinante na tomada de decisões do governo.

No começo do segundo mandato do presidente Evo Morales, em 2010, ficou claro que o grande perigo para o processo de mudança não se encontrava fora, mas dentro do círculo de lideranças e novos grupos de poder que estavam se formando nos municípios, nos estados, nas empresas estatais, nas repartições públicas, nas forças armadas e nos ministérios. A distribuição do lucro do gás entre essas entidades abriu uma oportunidade incrível para fazer todos os tipos de grandes e pequenos negócios. Nas altas esferas havia consciência do perigo, mas não se tomaram oportunamente medidas eficientes de controle interno e externo ao aparelho do Estado. A lógica dominante passou a ser a de obras e mais obras

para ganhar mais popularidade e, assim, obter a reeleição. Foram surgindo novos grupos de poder econômico entre lideranças políticas, sindicais e empreiteiras, que começaram a ascender socialmente graças ao Estado. A estes se somaram grupos de comerciantes, contrabandistas, cooperativas de mineração, produtores de folha de coca, rodoviários e outros, que conseguiram uma série de concessões e benefícios por gozarem de importante representação junto às massas eleitorais.

O problema do processo de mudança é mais profundo do que parece. Não se trata somente de graves erros individuais ou de escândalos de corrupção dignos de telenovela: existe agora uma burguesia emergente e uma classe média popular, *chola*, aymara e quéchua que pretende dar continuidade a sua trajetória de acumulação econômica.

Para reconduzir o processo de mudança torna-se necessário revigorar as antigas e criar novas organizações sociais. Não dá para afirmar, hoje, que os atores-chave de uma década atrás o sejam no futuro. É um grande engano acreditar que mudando as pessoas é possível reconduzir o processo de mudança, pois esse processo é altamente complexo e requer a reconstrução do tecido social que lhe deu origem.

Do Bem Viver ao extrativismo

Para revitalizar e reconduzir o processo de mudança é fundamental saber que país estamos construindo, e fazê-lo com muita sinceridade e autocrítica. Os avanços destes dez anos são inegáveis em muitos aspectos, e têm origem no aumento das receitas do Estado após a renegociação dos contratos com as transnacionais petrolíferas em um momento de preços altos dos hidrocarbonetos. A rigor, não podemos afirmar que houve uma nacionalização, pois atualmente

as empresas transnacionais, como Petrobras e Repsol, abocanham 75% da produção de gás natural na Bolívia. O que houve efetivamente foi uma renegociação dos contratos, fazendo com que, devido aos custos reembolsáveis e aos ganhos, os lucros das empresas transnacionais caíssem de 43% a 22% em 2013. É inegável que as transnacionais do petróleo continuam operando na Bolívia, e ganhando o triplo do que ganhavam dez anos atrás, mas, por outro lado, o Estado tem oito vezes mais receitas, que passaram de US\$ 673 milhões, em 2005, a US\$ 5,45 bilhões, em 2013 (Vargas, 2016). Tal crescimento possibilitou um salto no investimento público, a aplicação em uma série de políticas sociais, o desenvolvimento de obras de infraestrutura, a ampliação de serviços básicos e o aumento das reservas internacionais, entre outras medidas. Em comparação com as décadas anteriores, é inegável que houve uma melhoria nas condições de vida da população, e isso em grande parte explica o apoio com que o governo ainda conta.

Contudo, aonde este modelo está nos conduzindo? Ao Bem Viver? Ao socialismo comunitário? Ou, pelo contrário, nos tornamos dependentes do extrativismo e do rentismo típicos de uma economia capitalista exportadora?

A ideia original era nacionalizar o petróleo e o gás para redistribuir a riqueza e sair do extrativismo, avançando na diversificação da economia. Dez anos depois, apesar de alguns projetos de diversificação econômica, não superamos essa tendência: ao contrário, somos mais dependentes das exportações de matérias-primas. Por que ficamos no meio do caminho e nos tornamos quase dependentes do extrativismo e das exportações? Porque essa era a forma mais viável de obter recursos para permanecer no poder. É evidente que havia outras fontes de recursos, mas obviamente nem todas elas iriam gerar

valores tão expressivos no mesmo prazo, para investimento imediato visando a ampliar a popularidade do governo. O avanço em direção a uma Bolívia agroecológica teria representado um caminho muito mais coerente com o Bem Viver e o cuidado da Mãe Terra, mas isso não teria garantido, de imediato, recursos econômicos substanciais — e teria significado um confronto com a grande agroindústria da soja transgênica.

De maneira autocrítica, devemos dizer que a visão da substituição das importações que tínhamos há dez anos não é factível na escala que imaginamos pela concorrência de produtos muito mais baratos no mercado internacional, e pelo tamanho reduzido do nosso mercado interno. Isso se torna bem mais viável quando se estabelece uma política de certo monopólio do comércio exterior e de controle do contrabando. Medidas acertadas, como reverter o Tratado de Livre-Comércio com o México e abandonar o Centro Internacional para a Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (CIADI) do Banco Mundial, não foram acompanhadas de medidas de controle efetivo do comércio exterior.

O Bem Viver e os direitos da Mãe Terra ganharam notoriedade internacionalmente, mas foram perdendo cada vez mais valor dentro da Bolívia porque se limitavam a um discurso que jamais se colocou em prática. O Tipnis foi a gota d'água, e desnudou a incongruência entre o discurso e a prática do governo.

Outra Bolívia é possível

Dias antes do referendo pela segunda reeleição presidencial divulgou-se a notícia de que se construiria em Oruro uma usina de energia solar capaz de gerar 50 MW,

e que iria abastecer a metade da demanda elétrica da região, com um investimento de quase US\$ 100 milhões. Apesar de ser uma pequena amostra de que outra Bolívia é possível, a notícia passou despercebida.

A Bolívia pode abandonar paulatinamente o extrativismo e se posicionar na vanguarda de uma verdadeira revolução energética solar comunitária. Com um investimento de US\$ 1 bilhão, a Bolívia poderia gerar 500 MW de energia solar, o que atualmente representa quase um terço da demanda nacional. A transformação pode ser muito mais profunda se levarmos em consideração que o governo anuncia um investimento total de US\$ 47 bilhões no setor até 2020.

Além disso, a Bolívia poderia incentivar uma energia solar comunitária, municipal e familiar que transformasse o consumidor de eletricidade também em produtor de energia. Ao invés de subsidiar o diesel para a agroindústria, poderia investir esse recurso para que os bolivianos de mais baixa renda gerassem energia solar em seus telhados. Dessa forma se democratizaria e descentralizaria a geração de energia elétrica. O Bem Viver começará a se tornar realidade quando a sociedade se empoderar economicamente (como produtores e não apenas consumidores e receptores de serviços sociais) e desenvolver atividades para recuperar o equilíbrio perdido com a natureza.

A verdadeira alternativa à privatização não é a estatização, mas a socialização dos meios de produção. Muitas vezes, quando não há uma efetiva participação e controle social, as empresas estatais se comportam como empresas privadas. Apostar na geração de energia solar comunitária e familiar contribuiria para empoderar a sociedade — e não apenas o Estado —, e ajudaria a reduzir as emissões dos gases de efeito estufa que provocam as mudanças climáticas.

O assunto da energia solar comunitária e familiar é apenas um pequeno exemplo para que pensemos fora dos padrões tradicionais do “desenvolvimento”. Devemos recuperar ainda a proposta de uma Bolívia agroecológica e agroflorestal, porque a verdadeira riqueza das nações daqui a algumas décadas não estará no extrativismo destrutivo de matérias-primas, mas na preservação da biodiversidade, na produção de produtos ecológicos e na convivência com a natureza, temas em que contamos com o grande legado dos povos indígenas.

A Bolívia não deve cometer os mesmos erros dos países chamados “desenvolvidos”. Podemos pular etapas se soubermos identificar as verdadeiras possibilidades e os perigos do século XXI, e se abandonarmos o velho desenvolvimentismo do século XX.

Ninguém pensa em deixar de extrair e exportar gás imediatamente. Mas não é concebível seguir com planos para aprofundar o extrativismo quando há alternativas que talvez sejam mais complicadas no curto prazo, mas que em médio prazo são muito mais benéficas para a humanidade e a Mãe Terra.

Ao invés de promover referendos sobre mais uma reeleição para duas pessoas, deveríamos apoiar referendos sobre os transgênicos, a energia nuclear, as grandes usinas hidrelétricas, o desmatamento, o investimento público e tantos outros assuntos que são cruciais para o processo de mudança. Só será possível reconduzir o processo de mudança com um exercício de democracia mais efetivo.

Uma leitura equivocada do que ocorreu no país nos últimos anos pode levar a formas mais autoritárias de governo e ao surgimento de uma direita neoliberal, como acontece na Argentina. Não há dúvida de que setores da direita operam tanto na oposição quanto dentro do governo. Também não podemos fechar os olhos e deixar de reconhecer que, como já dissemos, setores da esquerda

e dos movimentos sociais se deixaram cooptar pelo poder, e que não fomos capazes de articular uma clara proposta alternativa.

A recondução do processo de mudança passa por: i) discutir crítica e propositivamente os problemas do desenvolvimentismo tardio capitalista, inviável, que subjaz na agenda patriótica para 2025; ii) avaliar, explicitar e assumir ações dentro e fora do Estado para encarar os problemas e os perigos acarretados pela lógica do poder — autoritarismo, clientelismo, continuísmo, novos ricos, alianças pragmáticas espúrias, corrupção etc.; iii) superar a contradição entre discurso e prática, e tornar realidade a aplicação dos direitos da Mãe Terra e a execução de projetos que realmente contribuam para a harmonia com a natureza; e iv) ser autocríticos com nós mesmos e com as próprias organizações e movimentos sociais que, em alguns casos, reproduzem práticas perniciosas ditatoriais e nepotistas.

Assim, o Bem Viver será possível.

Referências bibliográficas

VARGAS, Carlos Arce. *Una década de gobierno. ¿Construyendo el Vivir Bien o el capitalismo salvaje?* La Paz: CEDLA, 2016. Disponível em <http://cedla.org/sites/default/files/una_decada_de_gobierno._construyendo_el_vivir_bien_o_un_capitalismo_salvaje.pdf>.

O PT e a construção de uma sociedade neoliberal no Brasil

José Correa Leite

O Senado Federal aprovou em 31 de agosto de 2016 o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, do PT, afastada do cargo desde 12 de maio. Seu ex-vice-presidente, Michel Temer, do MDB, assumiu após articular um amplo bloco de forças conservadoras, comprometidas com uma política econômica “ortodoxa” (focada na preservação dos ganhos do capital financeiro) e com a aplicação de medidas de austeridade no combate à grave crise econômica que atravessa o país: corte dos gastos sociais, modificações na Previdência para ampliar a idade de aposentadoria, desmonte da legislação de direitos trabalhistas, ampliação da mercantilização de serviços fundamentais etc. Em 15 de dezembro foi aprovada a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 95, que limita por vinte anos os gastos públicos e, em 22 de março de 2017, a lei que libera o trabalho terceirizado em todas as atividades das empresas e em várias atividades do Estado. Trata-se de um governo ultraliberal, de caráter nitidamente antipopular.

A deposição da presidente petista em meio a uma vasta ofensiva conservadora é parte da crônica sobre como o Brasil foi se transformando em uma sociedade neoliberal, que redefiniu e reforçou traços regressivos de nossa formação. Esse processo de mudança foi conduzido pelo PT entre 2003 e 2015, deslocando as relações de força em detrimento dos explorados e

oprimidos, e retroalimentando a política, em uma espiral de reforço mútuo. Elementos estruturais e conjunturais externos e internos, objetivos perseguidos e resultados não intencionais levaram ao *impeachment*, afetando toda a esquerda.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu dizia que a essência do neoliberalismo consiste não nesta ou naquela política econômica, mas em “um programa de destruição das estruturas coletivas capazes de barrar a lógica do mercado puro”. Em outubro de 2014 foi eleito no Brasil — no mesmo pleito que deu a reeleição a Dilma e Temer — o Congresso com a composição mais conservadora desde a ditadura militar, dominado pela coalizão entre as bancadas do boi (os ruralistas), da bíblia (representantes das igrejas fundamentalistas neopentecostas) e da bala (oficiais das polícias militares e delegados das polícias civis dos estados), tutelados pelo grande capital financeiro nacional e internacional. Apelidada de BBB, essa representação política reacionária expressa a vontade de setores empenhados em romper com as lógicas de direitos, solidariedade e justiça social, que Temer agora encabeça em Brasília. Trata-se da afirmação de uma sociedade neoliberal, em que o mercado e a lógica empresarial transbordam da economia para a vida social e política, para a subjetividade e para a relação com a natureza.

Em um país com um passivo secular de exclusão, violência e barbárie, em que mesmo o direito mais básico, o direito ao voto, só foi efetivado para todo o povo em 1985, esta regressão atinge a vasta maioria dos brasileiros — da população negra aos povos indígenas, das mulheres aos LGBT, do trabalhador assalariado ao precário.

1 A Nova República: um regime político oligárquico

A política brasileira se move no terreno definido pela Constituição de 1988. Ela não representou uma ruptura com as estruturas oligárquicas de poder que vêm moldando a política brasileira e acomodando os interesses de suas classes dominantes desde a independência; o Estado brasileiro continuou sendo, nas últimas décadas, uma república oligárquica, avessa ao controle popular. A crise da ditadura militar resultou do impacto combinado da reestruturação do capitalismo global (passagem do capitalismo fordista para a globalização neoliberal) e da retomada da luta de classes no interior do país (a luta democrática pela anistia, a luta popular contra a carestia e as lutas sindicais por aumento de salários) sobre a economia e a política brasileiras. A forte recessão de 1980 erodiu a legitimidade do regime militar, uma onda de greves varreu o país e as mobilizações populares tornaram sua queda inevitável. Mas os setores dissidentes do regime não apenas elegeram o governo civil de José Sarney (1985–1989) como determinaram a correlação de forças que resultou na eleição dos deputados constituintes em 1986. A Assembleia Constituinte teve, assim, uma sólida maioria conservadora das forças que se acomodavam no governo Sarney, o chamado Centro Democrático ou “Centrão”, antecedente da bancada BBB.

A Constituição de 1988 foi qualificada por Ulysses Guimarães, então presidente do MDB (o partido da oposição consentida pelos militares), como “Cidadã”, já que garantiu formalmente direitos políticos e sociais básicos para toda a população, colocando objetivos como a universalização da educação, da saúde e da previdência pública e gratuita. Refletia uma década de intensas mobilizações sociais, aberta pelas greves operárias de

1978. Mas, no terreno político, o que prevaleceu foram elementos muito retrógrados, o chamado “entulho autoritário” — medidas que reforçavam o peso dos setores conservadores, como o sistema de representação, a estrutura sindical, a organização do Judiciário, a manutenção da militarização da segurança pública, o controle corporativo da mídia etc. —, e um forte federalismo, com a tutela do poder Executivo pelas oligarquias regionais conservadoras — como ocorria na República Velha, entre 1889 e 1930, desmontada por Getúlio Vargas, que recentralizou o Estado, modernizou-o e deu-lhe um caráter nacional.

Nascia, com a nova Constituição, o “presidencialismo de coalizão”, em que o presidente eleito tem de compor com um Legislativo que desfigura a representação popular até torná-la irreconhecível, transformando-se em um pântano de arcaísmos e interesses reacionários sobrerrepresentados. Sob o pretexto de uma democratização do sistema político, o federativismo e o empoderamento das elites locais frustra a soberania do povo. A representação popular é solenemente ignorada no Senado, composto de três senadores por estado, cujas populações variam de 44 milhões a 500 mil habitantes, eleitos com mandatos de oito anos: Senado de 81 membros que funciona como câmara revisora de todas as medidas da Câmara dos Deputados e das iniciativas do Executivo. E na Câmara dos Deputados a cláusula que estabelece que cada estado deve ter no mínimo oito e no máximo 70 parlamentares amplia o peso do ruralismo na política brasileira. A única eleição onde todos os votos têm o mesmo peso é para a Presidência da República. O Brasil é uma república federativa oligárquica e não um regime democrático — como parecem descobrir agora os petistas apeados do poder — em que as representações da classe dominante têm um poder de veto formal, através de seus 81 oligarcas e do Judiciário, sobre as eventuais mudanças promovidas pela única instância política que expressa a soberania popular.

O tema do centralismo e do federalismo é crucial na história do Brasil, que manteve sua unidade territorial com um Estado central muito forte, o único império da América do Sul, numa secessão da monarquia absoluta portuguesa. O federalismo e a república foram as bandeiras das classes dominantes agrárias contra a “tirania” do poder central. Empoderadas, elas eliminaram, em 1881, o direito de voto aos analfabetos, ampla maioria da população, formalizando sua adesão a uma concepção liberal e elitista da política, intacta até hoje. A República, proclamada em 1889 como vingança dos cafeicultores contra a abolição da escravidão pelo Império, nada representou de progressista para o povo brasileiro. O direito de voto para os analfabetos só foi restabelecido em 1985. Há uma contínua e sistemática demofobia arraigada nas elites agrárias e nas classes dominantes do país, que tratam a população brasileira como a de um país conquistado, num processo que o historiador norte-americano Benjamin Moser chamou de “autoimperialismo”.

A formação de um Estado nacional, sob Vargas, rompeu com a elite cafeeira e alavancou o desenvolvimento industrial, mas sem romper com o domínio despótico dos latifundiários sobre as populações rurais. Oligarquias agrárias de natureza pré-capitalista puderam, ao longo do nacional-desenvolvimentismo, se aburguesar, mantendo a força política e uma ascendência sobre o Estado muito maior do que seu peso cada vez menor na sociedade. Isso determina a forte tradição repressiva do Estado brasileiro, fundado e mantido pela violência e por uma série de preconceitos e valores conservadores — como o racismo, o machismo, a homofobia e a demofobia — que sempre transbordaram para as classes médias, exceto em conjunturas em que se viveu um forte contraponto popular. A luta contra o

conservadorismo social e ideológico — que desde o século XIX se apresentou aqui com o nome de liberalismo — é inseparável da luta democrática e por direitos no país.

A natureza oligárquica do poder no Brasil se alimentou e foi alimentada, depois de 1984, também pela corrupção endêmica nas relações Estado-sociedade. Como o poder político é essencial para a manutenção dos negócios das elites, estas envolvem o Estado em redes de corrupção, nepotismo e privatização da esfera pública — ao mesmo tempo em que se mantêm impunes pelo controle simultâneo do poder político, do Judiciário e da mídia. E a promiscuidade entre o poder político e o empresariado foi reforçada, nas últimas décadas, pela hegemonia das finanças no capitalismo globalizado: o neoliberalismo representou, nesse sentido, face à retirada dos Estados de bem-estar (*New Deal*, social-democracia etc.), uma brasileirização do mundo.

O progressismo e a esquerda brasileiras foram forjados, no século XX, com uma visão economicista e estatista da política. A grande experiência de ruptura com o agrarismo e com a tirania das oligarquias regionais foi, depois de 1930, o getulismo e seu projeto industrialista, urbano e nacional-desenvolvimentista, mantido, depois de 1964, pela ditadura militar. A esquerda que cresceu no Brasil em meio à crise do populismo e que se opôs ao regime militar era, como em boa parte do continente, nacionalista, desenvolvimentista, pragmática e instrumental na relação com o Estado, no mais das vezes ignorando o que se passava nas esferas agrária, camponesa, indígena e quilombola. Essa visão de mundo foi transmitida para a nova esquerda do final dos anos 1970. Assim, a esquerda brasileira estava, na saída da ditadura, pouco capacitada a tematizar de maneira nuançada os problemas formais da democracia e da organização do poder no país — para além de uma contraposição abstrata entre capitalismo e socialismo — e a impulsionar e empoderar os processos de auto-organização popular. A

natureza da Nova República foi, depois dos anos 1990, ignorada pela esquerda partidária, que se adaptou às suas estruturas políticas, gerindo-as, naturalizando-as, acrescentando a elas conselhos não deliberativos, corrompendo-se — até o impeachment de Dilma evidenciar o caráter do regime estabelecido em 1988.

2 O PT: das greves à governabilidade conservadora

A nova esquerda que reemergiu no Brasil no final dos anos 1970 tinha três componentes essenciais: o novo sindicalismo, os grupos socialistas remanescentes na clandestinidade e a esquerda cristã, que organizava os setores mais conscientes da população pobre. Eles impulsionaram a formação do PT em 1980, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 1984, entre outras organizações, inicialmente com uma inserção institucional muito pequena. O PT teve, na Assembleia Constituinte de 1987 e 1988, apenas dezesseis deputados em um total de 559. Mas, considerando que o nível de atividades dos movimentos de massa — e, antes de tudo, do movimento sindical — foi, durante a década de 1980, um dos mais elevados da história mundial, existia um forte lastro social ancorando a pequena representação parlamentar.

Porém, com a derrota da candidatura presidencial de Lula em 1989, a abertura da economia, a aplicação das políticas neoliberais e a nova inserção do capitalismo brasileiro no capitalismo globalizado, as lutas sociais refluíram. O crescimento do PT foi marcado, nos anos 1990, pela reorientação das lideranças dos movimentos

sociais para dentro das esferas do Estado (com mandatos parlamentares, assessorias destes mandatos, eleições de prefeitos e governadores, indicações de milhares de cargos de confiança) ou espaços paraestatais (os fundos de pensão). O petismo mergulhou no labirinto institucional de uma república federativa oligárquica, tornada neoliberal, que o partido não compreendia bem e nem demonstrou, desde então, empenho em modificar. Se nos anos 1980 o PT, sob a influência de setores marxistas, insistia, lembrando a derrota da experiência de Salvador Allende no Chile, que “conquistar governos não é conquistar o poder”, depois da derrota eleitoral de 1989 e do colapso da União Soviética foi afirmando, na medida em que ampliava sua força parlamentar e institucional, uma visão beatífica do Estado. Seu programa democrático e popular foi engolido pelos mecanismos institucionais de freios e contrapesos do regime oligárquico, e as grandes lutas de massa do fim da ditadura acabaram esquecidas.

Isso foi transformando o PT, na oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso, em sócio da estabilização da Nova República como regime político. Olhando retrospectivamente, tanto o PT como o PSDB de FHC contribuíram, por sua ação ou inação, para dar uma feição mais moderna e aprofundar a manutenção do sistema político oligárquico que sedimentou um novo liberalismo no país. Se o PSDB representa a burguesia globalizada e financeirizada, o PT surgiu de uma aristocracia da classe trabalhadora que utilizou fundos estatais para ascender socialmente e, depois, legitimar-se com os votos de setores pauperizados, historicamente excluídos e politicamente conservadores da população — como bem analisaram Chico de Oliveira e André Singer. Nenhum dos dois partidos buscou uma ruptura com o poder arcaico e secular das elites de origem agrária sempre sobrerrepresentadas (luta restrita ao MST e aos movimentos sociais a ele vinculados). Ambos

compraram, no Palácio do Planalto, a governabilidade, aproveitando-se dos recursos que o governo central geria (entre os quais 80 mil cargos de confiança), de um lado, e do fisiologismo das representações dos setores conservadores, de outro. Isso é atestado pelas votações para alterar a Constituição permitindo a reeleição no governo FHC, em 1997, pelo chamado “mensalão” no governo Lula, em 2005, pela revelação das relações com a Petrobras trazida pela Operação Lava Jato a partir de 2014 e pela delação à Justiça dos executivos da empreiteira Odebrecht em 2017.

A opção do PT pela governabilidade pactuada significava governar com a direita fisiológica, inclusive com seus setores mais reacionários, entregando-lhe cargos, gestão de recursos e parcelas de poder, sem questionar as estruturas políticas. Isso permitia, argumentava-se, desenvolver políticas progressistas no terreno social (elevação do salário mínimo, Bolsa Família, política de cotas etc.) e afirmar os interesses nacionais, isolando a direita expressa no PSDB, aquela que teria projeto de poder, já que vinculada ao capital financeiro globalizado. Em contrapartida, alimentava-se ou ignorava-se a corrupção estrutural do Estado brasileiro e o caráter regressivo das classes dominantes tradicionais. Isso funcionou enquanto a economia crescia, alimentada pelo *boom* chinês das *commodities*, nos dois governos Lula. O lulismo resistiu às denúncias de corrupção do “mensalão”, que decapitou alguns dos principais dirigentes petistas, mas preservou Lula e o PT no governo.

Entrementes, com as rendas das exportações de produtos primários irrigando o agronegócio e o grande capital financeiro, as políticas do governo permitiam a expansão do mercado de consumo de massa interno (pelo Bolsa Família, mas principalmente pela expansão do salário mínimo), incorporando dezenas de milhões

de pessoas antes dele marginalizadas, e o crescimento de uma nova classe de pequenos “empreendedores” e camadas médias afluentes: 7,5 milhões de pessoas entraram nos estratos de renda A e B das pesquisas de mercado. O maior nível de renda e informação, na ausência de avanços nas estruturas associativas, cooperativas e políticas, bem como da aquisição daquilo que Bourdieu chama de “capital cultural”, não representou ganhos de consciência e cidadania: significou, ao revés, um crescimento do individualismo possessivo, do consumismo (expresso no “funk ostentação”) e das identidades religiosas conservadoras (“teologia da prosperidade”).

A mesma sociedade que respaldou Lula no “mensalão” passou a ver com desconfiança a política parlamentar quando o quadro recessivo global chegou ao país no primeiro governo Dilma: a prosperidade dos políticos que enriqueceram nos cargos contrastava com as dificuldades do povo frente à crise. O ruralismo e a bancada evangélica cresceram, não como oposição, mas na condição de “base aliada” do governo do PT, e o MDB foi ganhando mais e mais espaço no interior da administração. O crescimento do conservadorismo era evidente na primeira eleição de Dilma, em 2010. O PSDB já mobilizava os preconceitos da classe média e o conservadorismo evangélico contra o PT e a esquerda, e a campanha petista respondeu a isso moderando suas propostas para os setores oprimidos da sociedade, como mulheres, negros, LGBT, à medida que adulava “seus” evangélicos. Parlamentares conservadores se uniram para fazer avançar diversos projetos retrógrados, emblemáticos para a bancada BBB: a flexibilização do Estatuto do Desarmamento (e a apologia da cultura da violência que acompanha a linha de tratamento da criminalidade como um problema de repressão); o Estatuto do Nascituro, uma ameaça aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres que inviabilizaria, inclusive, os casos de aborto previstos

no Código Penal; a instituição do Estatuto da Família, uma ameaça aos direitos LGBT; a redução da maioridade penal; e o aumento do tempo de internação de adolescentes no sistema socioeducativo, dentre muitos outros. Orientada por Lula, o estrategista mais consistente da conciliação, que sempre recomendava fazer concessões aos “aliados”, Dilma recuou em quase todas as oportunidades.

A presidente, uma tecnocrata com pouca habilidade política, enfrentou dificuldades crescentes tanto na economia quanto com “aliados” cada vez mais intratáveis. Mantendo as premissas da política econômica anterior, em que recursos provindos das exportações propiciavam medidas redistributivas de apelo popular, ela assistiu a um gradativo estreitamento de sua margem de manobra pela deterioração das finanças públicas, redução dos níveis de crescimento, aumento do desemprego e retomada da inflação. Tentou, sem sucesso, reduzir de forma administrativa as taxas de juros e os ganhos do capital financeiro, despertando sua animosidade. Foi neste marco que ocorreram, em junho de 2013, as maiores manifestações da história brasileira, já no âmbito da preparação do país para a Copa do Mundo de 2014.

3 Junho de 2013, prova de fogo do petismo

Em junho de 2013, milhões de pessoas, principalmente jovens, foram às ruas de centenas de cidades brasileiras movidas por reivindicações progressistas, como melhores serviços de transporte, educação e saúde, e contra o corrupto sistema político vigente. Articulando-se nas redes sociais, estavam confiantes de

que valia a pena ocupar o espaço público para dizer que as coisas tinham de mudar. Os protestos configuravam uma adesão dos setores progressistas da sociedade brasileira à onda global de reações tardias à crise econômica de 2008 — Primavera Árabe, Indignados, Occupy Wall Street —, emulados por seus exemplos, partilhando suas reivindicações, seus métodos de ação e seu rechaço ao sistema político estabelecido.

As manifestações de junho de 2013 tiveram como pano de fundo, no período anterior, lutas de mulheres e LGBT contra a ofensiva conservadora em curso no Congresso, protestos contra as obras relacionadas com a Copa do Mundo de 2014 (que, prometia-se, ajudariam a enfrentar os problemas de infraestrutura de mobilidade urbana, mas se limitaram à construção de estádios faraônicos e superfaturados) e a luta contra iniciativas de predação da natureza e em defesa dos povos indígenas — contra o novo Código Florestal e a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, em solidariedade aos Guarani Kaiowá etc. Mas cresceram também mobilizações pela tarifa zero nos transportes públicos em várias capitais do país por grupos autonomistas identificados com o Movimento Passe Livre, em especial na capital paulista, núcleo do movimento.

A forte repressão do governo do estado de São Paulo a um ato contra o aumento dos transportes públicos de R\$ 3,00 para R\$ 3,20, em 13 de junho, desencadeou manifestações de solidariedade em que trezentas mil pessoas saíram às ruas por todo o país. Nos dias seguintes, elas se sucederam em várias cidades, com os governos dos estados e das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro anunciando conjuntamente o recuo no aumento das tarifas dos transportes. As manifestações tomam outro caráter, porém, com a ampliação da pauta: contra as PECs 37 e 33, a “cura” gay, o “ato médico”, a violência policial, gastos com a Copa das Confederações de 2013 e com a Copa do Mundo de

2014, má qualidade dos serviços públicos e indignação geral com a corrupção. Nas manifestações do dia 20 de junho, milhões de pessoas saem às ruas em mais de 120 cidades. Em Brasília, os manifestantes ocuparam a área externa do Congresso. Segundo cálculos do Ibope, mais de 10% da população saiu às ruas nesses protestos, conformando um grande consenso nacional por fora das instituições e contra elas em torno de dois temas: a crítica ao sistema de representação e a defesa de direitos (transporte, educação e saúde).

Se o cientista político André Singer vê o lulismo como o deslocamento da base social do PT dos setores organizados da classe trabalhadora e das classes médias progressistas para as massas pauperizadas e excluídas até então ausentes da cena política, 2013 foi uma mobilização de amplas camadas da população urbana, incluindo os beneficiados das políticas dos governos Lula e Dilma. 2013 é o resultado de uma década de políticas bem-sucedidas, conduzidas pelo PT, de integração da maioria da classe trabalhadora brasileira ao mercado de consumo de massas, mas agora demandando direitos, serviços públicos e moralização da vida política.

A magnitude das mobilizações aterrorizou os políticos de quase todos os partidos: no governo, na oposição de direita e mesmo na extrema esquerda, como o PSTU. O PT inicialmente viu nos protestos uma mobilização da direita e só lentamente se moveu para disputar as ruas; as organizações sociais ligadas a ele, como CUT e MST, nunca entenderam o que aconteceu e trabalharam para construir protestos “verdadeiros”, liderados pela “classe trabalhadora organizada”, que fracassaram. O PSTU apostou na entrada em cena do “verdadeiro” sujeito revolucionário — a classe operária —, e terminou em uma fracassada mobilização unitária com os pelegos. Mas os políticos no poder entenderam rapidamente o

que acontecia e se moveram para esvaziar os movimentos, encaminhando recuos e promessas mirabolantes de medidas que pudessem tirar as pessoas das ruas — embora o então ministro do Esporte, Aldo Rebelo, defendesse a atuação das polícias e o rechaço de manifestações que atrapalhassem os jogos da Copa das Confederações. Esse foi o momento em que o PSOL se tornou, de fato, um partido de esquerda de oposição ao petismo com identificação mais ampla.

Em um pronunciamento à nação em 21 de junho, Dilma prometeu um pacto pela melhoria dos serviços públicos, em especial de mobilidade urbana, e a destinação de 100% dos royalties do petróleo à educação, além de uma ampla reforma política. No dia 24, ela se reuniu com prefeitos de capitais e governadores para apresentar cinco pactos nacionais sobre transporte público, reforma política e combate à corrupção, saúde, educação e responsabilidade fiscal. Mas sua proposta de convocar uma Assembleia Constituinte exclusiva foi descartada, após ser rejeitada pelo vice, Michel Temer, pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e pela oposição.

Retrospectivamente, este foi o último momento em que o PT — e, em especial, Dilma — poderiam ter virado a mesa e mudado os rumos da política institucional brasileira. Mas isso significaria ter subvertido as regras da governabilidade conservadora e introduzido no jogo político a carta da radicalização das mobilizações de massa contra a direita e o sistema político. Foi o que fizeram, em diferentes níveis, Hugo Chávez, Evo Morales, Rafael Correa e, até mesmo, Cristina Kirchner. Se essa atitude “bolivariana” algum dia esteve no horizonte de setores petistas, desapareceu no primeiro governo Lula, que encabeçou os “governos cor-de-rosa” no continente. Mas ela estava colocada no leque de possibilidades de ação. As manifestações se dirigiram contra as instituições políticas do Estado e os políticos, demandando uma vasta reforma do sistema de representação. Uma proposta sintética, apresentada pela Coalizão pela

Reforma Política Democrática e por Eleições Limpas, dialogava diretamente com os anseios dos movimentos — em especial na proibição da doação empresarial para as campanhas eleitorais, que, depois, foi o coração da Operação Lava Jato —, além da discussão acumulada pela Plataforma pela Reforma do Sistema Político.

O PT, porém, dividiu-se sobre como enfrentar as demandas, com o setor vinculado a Lula rechaçando o movimento e Dilma recuando, temerosa de perder o apoio do MDB na disputa presidencial de outubro do ano seguinte.

4 Dilma: da reeleição ao golpe

Nas eleições de 2014, embora desgastada, Dilma foi reeleita, derrotando Aécio Neves, do PSDB, no segundo turno, por uma margem estreita de votos. A presidente foi capaz de vencer não apenas por ter Lula como cabo eleitoral, mas porque forçou uma polarização entre seu perfil de compromisso com as políticas sociais e uma trajetória de esquerda (os cartazes com a foto da jovem guerrilheira Dilma durante julgamento pela ditadura foram uma marca da campanha) e a caracterização de seu adversário como um *playboy*, candidato dos banqueiros.

Ao tomar posse em janeiro de 2015, porém, Dilma implementa a política econômica recessiva que havia combatido na campanha, com a indicação de Joaquim Levy como ministro da Fazenda, jogando a economia em uma grande recessão. Seu governo era também prisioneiro da bancada BBB no Congresso em uma escala até então inédita, evidente na escolha de Eduardo Cunha para presidente da Câmara dos Deputados. Essa

orientação termina de frustrar e alienar os movimentos sociais que apoiam o governo.

Enquanto isso, começavam a repercutir as investigações da Operação Lava Jato, deflagrada em março de 2014 para apurar um esquema de corrupção e lavagem de dinheiro na Petrobras que envolvia as maiores empreiteiras do país e estava no centro da adesão de setores conservadores ao governo — o MDB, mas também o PP — e do *modus operandi* do PT. Os peemedebistas pressionavam Dilma a bloquear o avanço das investigações, que rapidamente envolveram Eduardo Cunha e o presidente do Senado, Renan Calheiros. O vazamento seletivo de informações, com a delação premiada dos presidentes e dos donos das grandes empreiteiras — sentenciados pelo juiz Sérgio Moro a longas penas de prisão — foi transformando a Lava Jato não apenas no desmonte de redes de corrupção e punição dos culpados, mas também em uma enorme operação política de combate a Lula, a Dilma e ao PT.

Há um envolvimento de grande parte dos políticos de MDB, PT, PP, PSDB e outros partidos com doações empresariais ilegais, que representam uma comercialização da coisa pública incompatível com qualquer forma de democracia, no Brasil e em vários outros países — envolvimento que deve ser apurado, com a condenação dos culpados a partir do devido processo legal. Mas o Judiciário nunca foi uma instituição neutra e, no último período, se colocou no centro da luta político-partidária, ao lado do bloco reacionário no poder: a destituição de Dilma em um processo político e não jurídico (quando o argumento era um “crime de responsabilidade”), o indiciamento de Lula a partir da premissa de ser responsável pelo “conjunto da obra” (como apresentado por procuradores da Operação Lava Jato), e a blindagem, até o momento, dos políticos do PSDB são algumas evidências dessa deriva — ou explicitação — do posicionamento oligárquico do Judiciário. Nada disso

isenta os políticos petistas de responsabilidades, nem faz deles vítimas inocentes, mas exige que o processo seja monitorado por toda a sociedade, e não entregue ao arbítrio de uns poucos juízes.

A direita capitalizou o tema do combate à corrupção e aprendeu, em 2013, a usar as redes sociais e a levar para as ruas pilares sociais do BBB. A mídia conservadora, setores da Polícia Federal e da Justiça Federal foram, com o apoio de partidos conservadores, montando uma ofensiva política que se desdobrou também em manifestações de rua importantes em 15 de março, 12 de abril, 16 de agosto e 13 de dezembro, em 2015, e em 13 de março de 2016. Foram as primeiras mobilizações em décadas de uma base social conservadora até então passiva. Mobilizou-se uma extrema direita regressiva, marcada por fundamentalismos religiosos, homofóbica, misógina e racista, que funciona mediante uma lógica punitiva e violenta, enfatizando o papel da repressão policial na segurança pública e respaldando a ação de grupos de extermínio. Os “coxinhas” eram sobretudo setores das classes médias reacionárias que expressavam abertamente posições de ódio a Lula e Dilma, ao PT, à esquerda e aos pobres. Em um momento em que o petismo consolidava a perda de sua capacidade de mobilização, estas manifestações desequilibraram decisivamente o jogo parlamentar.

Sob o pretexto de um suposto crime de responsabilidade de Dilma — uma ficção jurídica —, uma grande parte da base aliada conservadora do governo, envolvida nos esquemas de corrupção, deslocou-se para uma aliança com a oposição conservadora, partidariamente representada sobretudo pelo PSDB e pelo DEM. O processo de *impeachment* está, dessa forma, em sintonia com o casuísmo e o pouco caso pela democracia política que sempre marcou a vida institucional do Brasil, com

a involução da “base aliada” e com a evolução da base eleitoral do lulismo — na qual mais capacidade de consumo representou, concretamente, menos consciência política.

O *impeachment* expressou as novas tendências políticas das classes dominantes do continente: golpes de Estado não são mais executados pela intervenção das Forças Armadas contra governos que preocupam os interesses hegemônicos no seio do capital, mas por outras instituições, como Legislativo e Judiciário, que depõem governos democraticamente eleitos, em processo que já tínhamos visto em Honduras e no Paraguai, e que viria a se repetir no Brasil.

Por fim, com a crise de legitimidade dos partidos e das instituições políticas, é a mídia que passou a ocupar parte desse vácuo e pautar a conduta dos partidos do sistema e de suas bases sociais, inclusive buscando mobilizar setores conservadores da sociedade, em processos já vistos na Argentina e na Venezuela. E, no Brasil, diferente do que ocorreu em outros países do continente, o PT e seus governos não fizeram esforço algum para enfrentar o problema do monopólio corporativo da mídia, além de terem bloqueado iniciativas independentes nesse sentido — um recente relatório da ONG Repórteres Sem Fronteiras chamou o Brasil de “o país dos 30 Berlusconi”.

O *impeachment* foi um golpe institucional que atacou a democracia não pelo fato de o governo Dilma implementar políticas particularmente progressistas, mas porque, como já dissemos, a Presidência da República é o único cargo eleito através de um processo democrático no Brasil, com uma votação em que todos os eleitores têm um voto de igual peso, em contraposição à Câmara dos Deputados, instituição que deforma a representação popular, e ao Senado Federal, um mero teatro oligárquico farsesco. A substituição de Dilma pelo vice afasta um governo eleito pelo voto popular em benefício de uma administração de oligarcas sem a legitimidade do processo eleitoral,

oportunisticamente constituído para aplicar políticas antipopulares em um marco de crise econômica, num processo que catalisou todas as expressões do conservadorismo atávico presente na sociedade brasileira. O regime político brasileiro é presidencialista, e não está previsto na Constituição a figura jurídica do “voto de confiança”, que derruba governos em sistemas parlamentaristas.

As manifestações em defesa de Dilma e da democracia em 16 de dezembro de 2015, 18 e 31 de março de 2016, foram menores e não conseguiram reverter o clima político de desgaste do governo. No final, compreendendo a natureza da polarização política e que o que estava em jogo era um golpe institucional, quase toda a esquerda — inclusive muitos setores críticos ao PT — aderiu a um movimento sob a palavra de ordem “Não vai ter golpe”, que abarcou tanto os movimentos governistas ligados à Frente Brasil Popular quanto os setores mais críticos ligados à Frente Povo Sem Medo. As massas populares, porém, fazendo o balanço prático de junho de 2013 e do estelionato eleitoral de 2014, não compareceram.

5 O fim do desenvolvimentismo como interrupção da construção nacional

O economista Celso Furtado constatou, em 1992, que a construção do Brasil foi interrompida pela rendição ao neoliberalismo. A construção nacional identificou-se, em grande parte do século XX, com a modernização e o desenvolvimento econômico, e estes com a industrialização e a autonomia frente ao mercado mundial, sobretudo depois de 1930, com a

orientação estratégica do Estado brasileiro. Ora, se analisarmos o quarto de século neoliberal que se seguiu à posse de Fernando Collor, em 1990, em conjunto com a década perdida da crise do desenvolvimentismo, entre 1980 e 1990, chegamos a um balanço estrutural deprimente da evolução da economia e da sociedade brasileiras, oculto nas análises que destacam os ganhos na capacidade de consumo da população sob Lula.

A economia brasileira vem regredindo em complexidade, se desindustrializando, tornando-se cada vez mais dependente e está, há mais de três décadas, estagnada. Em 1985, a população do país era de 136 milhões de habitantes e o PIB foi de US\$ 223 bilhões, equivalentes a R\$ 2,452 trilhões, atualizado pelos valores de 2014. Trinta anos depois, em 2015, a população era de 204 milhões de habitantes e o PIB foi, no ano anterior, de US\$ 2,345 trilhões em valores correntes, equivalente a R\$ 5,521 trilhões. Um quadro de muito pouco crescimento e dinamismo comparado com outras partes do mundo.

Isso contrasta fortemente com o período anterior, em que o Estado nacional brasileiro impulsionou, entre 1930 e 1980, um crescimento centrado na expansão industrial e na substituição de importações, com taxas médias de quase 6% ao ano. Suas instituições compuseram, então, não apenas as clássicas estruturas de dominação — mecanismos de articulação política, Judiciário, Forças Armadas e órgãos de segurança, burocracia das relações exteriores etc. —, mas também mecanismos de concentração e gestão de recursos econômicos para objetivos comuns, alguns dos quais permanecem públicos até hoje, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Petrobras, ou foram privatizados, como a Companhia Vale do Rio Doce e a Embraer. Meio século de crescimento acelerado, acompanhado de forte urbanização, perseguido ao longo de quatro regimes políticos — o varguismo

inicial, a ditadura do Estado Novo, o populismo e a ditadura militar —, atingiu seu apogeu no governo do ditador Ernesto Geisel (1974–1979), cujo segundo Plano Nacional de Desenvolvimento tinha por objetivo transformar o Brasil em uma potência industrial. Nesse momento, o país não só tinha estabelecido um vasto parque de indústrias de consumo de massa, mas também internalizado o conjunto dos ramos característicos da segunda revolução industrial (indústria pesada, siderurgia, química, petroquímica, construção naval, aeronáutica e bélica, geração de energia hidrelétrica), além de ter realizado grandes investimentos em obras de infraestrutura econômica moderna — embora não na infraestrutura de serviços urbanos, como transportes públicos e saneamento. A ditadura concluiu um longo processo de modernização conservadora.

Quando o país foi atingido, em 1980, pelo “segundo choque do petróleo”, respondido nos países centrais com as políticas neoliberais, a manutenção de políticas desenvolvimentistas de corte keynesiano produziu uma versão local da estagflação. Frente à pressão dos países centrais e das instituições de governança do capitalismo global, o desenvolvimentismo foi refluindo, até a eleição de Collor, em 1989. Durante seu governo e os de Itamar Franco e FHC, o Brasil abandonou a prioridade dada ao nacional-desenvolvimentismo, retirou a proteção que oferecia a seu parque industrial e iniciou o sucateamento da indústria, que se acelerou sob Lula e Dilma. Abertura econômica, privatização e desnacionalização produziram a desindustrialização e a hegemonia do grande capital financeiro, estrangeiro e nacional. Argumenta-se que foram as condições internacionais que produziram tal cenário, mas países em condições mais desfavoráveis que o Brasil, como a Índia, foram capazes de preservar o parque industrial.

O auge qualitativo da economia brasileira foi atingido em 1980, quando ela representou 3,2% do PIB mundial, caindo para 2,67% em 1992, depois da abertura da economia por Collor. Esta participação estava em 2,43% em 2007 e caiu para 2,3% em 2015. O Brasil, desde 1980, tem retrocedido para o tamanho relativo na economia mundial que tinha sido atingido há sessenta anos.

Nas últimas três décadas, a globalização neoliberal destruiu boa parte do parque industrial e internacionalizou as cadeias produtivas dos setores que resistiram à abertura da economia. A participação da indústria de transformação no PIB, excluindo mineração e construção civil, que era de 21,6% em 1985, caiu para 17,88% em 2004 e para apenas 9% em 2015, valor mais baixo da série histórica iniciada em 1947. Ou seja, foi durante os governos Lula e Dilma que a indústria mais regrediu e a economia se reprimarizou de forma mais acentuada. Ao mesmo tempo, a participação do estoque de capital estrangeiro na economia brasileira passou de 5% do PIB (cerca de US\$ 40 bilhões) em 1995 para 30% em 2015 (cerca de US\$ 670 bilhões).

A política econômica de FHC foi preservada com a chegada de Lula à Presidência da República. De fato, ele foi eleito comprometendo-se a preservar o tripé macroeconômico neoliberal estabelecido por FHC: metas de inflação, taxas de câmbio flutuante e austeridade fiscal com metas de superávit fiscal primário. A manutenção do real sobrevalorizado, beneficiando antes de tudo o capital financeiro, foi central para a continuidade da desindustrialização do país: no primeiro governo Dilma, cerca de um quarto dos bens industriais já era suprido por importações — um contraponto à China, que manteve o yuan desvalorizado por décadas, estimulando suas exportações industriais.

A alteração mais importante que o PT promoveu à frente do governo foi a elevação contínua, por quase uma década, do salário mínimo e a expansão dos programas

sociais de apoio aos setores mais pauperizados da população, o Bolsa Família, que integraram ao mercado de consumo dezenas de milhões de pessoas e melhoraram a correlação de forças dos trabalhadores nas negociações salariais. Isso permitiu, no *boom* das *commodities*, um crescimento econômico quantitativo com redução da pobreza, ao custo da desindustrialização do Brasil. Assim, frente às corporações que dominam a economia mundial e centralizam o comando do processo produtivo, os processos de trabalho são descentralizados, fragmentando a classe trabalhadora, que não dispõe mais de uma coluna vertebral socialmente articulada. A classe operária fordista de antes deu lugar a uma enorme massa urbana proletarizada, qualificada por alguns como “precariado”, que no Brasil foi perdendo sua identidade de classe forjada nos anos 1980 na mesma medida em que o PT galgava postos no Estado.

O contexto político-econômico que favoreceu o governo de Lula não foi privilégio do Brasil. Segundo a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (Cepal), com o *boom* das matérias-primas, as economias latino-americanas cresceram acima de 4% ao ano entre 2003 e 2012 — o que não se verificava desde a década de 1960. Os governos progressistas da região puderam utilizar recursos originários desses rendimentos para promover programas redistributivos que não comprometiam os lucros do grande capital. Nesse período, os níveis de pobreza no continente caíram de 44% para 29%, e os de pobreza extrema diminuíram de 19,5% para 11,5%. Já sob o governo Dilma a desaceleração global da economia e uma política desastrosa de incentivos a setores industriais insustentáveis, como petróleo e automóveis, acabou com o período de bonança da economia brasileira. Intensificou-se o processo de desindustrialização

e financeirização, aprofundando a tendência à reprimarização da pauta exportadora.

Na atual divisão internacional do trabalho, a economia brasileira reassumiu o papel de fornecedora de matérias-primas que lhe coube até 1930. Com Lula e Dilma, o volume de crédito para o setor do agronegócio cresceu cinco vezes: o agronegócio responde hoje por 41,28% das exportações. A China se tornou o principal destino das exportações do agronegócio brasileiro. Com a expansão do cultivo de soja, milho, cana, eucalipto, café, cana-de-açúcar e laranja, bem como da pecuária e da mineração, vastas regiões antes não exploradas em termos capitalistas tornaram-se parte do mercado de terras. Essa inserção no mercado mundial representa uma regressão qualitativa da participação do Brasil no comércio internacional, e torna a economia vulnerável às oscilações nos preços das *commodities*, reduzindo sua autonomia.

A aceitação pelos governos petistas da hegemonia do agronegócio — Lula chegou a chamar os usineiros de “heróis” — é plena de consequências em todos os sentidos. Pouco se avançou na reforma agrária, e as famílias beneficiárias não obtiveram condições para uma vida digna no campo, espremidas pelas terras e processos do agronegócio, como contaminação das águas e solos por agrotóxicos, mercado de sementes transgênicas etc. Temos um padrão de agricultura que destrói a biodiversidade e é intensiva em capital e energia, que destrói e contamina o meio ambiente, um modelo que produz muita *commodity* para exportação, pouca comida para os brasileiros e menos autonomia para os agricultores que resistem e permanecem no campo. E que volta a alavancar o poder político de latifundiários predadores de vidas humanas — ainda hoje promovendo o genocídio de povos indígenas — e biomas, que são os mais comprometidos com o desmonte do embrião de nação constituído no século xx. É significativo que quando a

Polícia Federal desencadeou a Operação Carne Fraca contra os frigoríficos, atingindo políticos do PSDB ao PT, passando pelo MDB e pelo PP, denunciou-se não só a irresponsabilidade das investigações para com a economia nacional, mas também o envolvimento de interesses imperialistas no processo.

As empresas “campeãs nacionais” do agronegócio apoiadas pelo BNDES com dezenas de bilhões de dólares, como a JBS (dona da Friboi e da Seara) e a BRF (dona da Perdigão e da Sadia), e as da mineração, como a Vale, criaram enclaves altamente lucrativos, com ações negociadas nas bolsas globais, remunerando rentistas e estimulando a concentração de renda, sem irradiar qualquer influxo progressista para o conjunto do tecido social. Uma sociedade que antes elencava entre seus objetivos produzir técnicos e operários qualificados, engenheiros, professores, médicos e cientistas, agora cria caixas de supermercado, motoristas de táxi (ou Uber), *personal trainers* e assalariados que têm de se terceirizar como empreendedores para sobreviver. E importa médicos cubanos — 11.400 dos 18.240 atuando no Programa Mais Médicos em 2016. A involução do Brasil no sentido de uma economia primário-exportadora, produzida sob os governos FHC, Lula e Dilma, transforma potenciais cidadãos em consumidores pobres competindo uns contra os outros, e desagrega as teias de sociabilidade, produzindo a desolação em que crescem o narcotráfico e as igrejas pentecostais.

A situação brasileira parece, assim, exemplar do que o sociólogo uruguaio Eduardo Gudynas chamou, referindo-se ao processo equatoriano, de “progressismo canibal”. “Os progressismos tiveram êxitos eleitorais iniciais, especialmente por tomarem algumas medidas próprias de esquerda e por adotarem uma retórica que também aproveita imagens da esquerda. Mas os

componentes centrais de suas estratégias de desenvolvimento são convencionais e impõem políticas públicas que, por exemplo, aceitam todo tipo de impactos sociais e ambientais, ao mesmo tempo que redesenham a compreensão da democracia, voltando-se para práticas cada vez mais verticalistas e menos participativas, e são esses tipos de fatores os que resultam em seu esgotamento [...] [Isso] gera condições políticas que fazem com que muitas bases de apoio, em lugar de buscar alternativas à esquerda, se voltem para setores conservadores. É como se o progresso tivesse uma veia canibal. De fato, o progressismo devora aqueles componentes de esquerda em suas próprias estratégias de desenvolvimento na obsessão com o crescimento econômico e com as exportações. Devora suas bases políticas e, quando estas o abandonam, muitas delas correm para a direita.”¹³

6 Deslocamentos do registro de esquerda

Esquerda e direita são posições historicamente condicionadas, remetendo sempre para formações sociais em que se determinam reciprocamente. Pobres e ricos, camponeses e latifundiários, proletários e burgueses, a nação e seus opressores são situações relacionais que se organizaram e reorganizaram, frequentemente se somando, para definir o lugar político denominado de esquerda. No caso brasileiro, a esquerda que depois dos anos 1920 teve no

13 GUDYNAS, Eduardo. “El progresismo caníbal: algunas lecciones de las elecciones en Ecuador”, em *Democracia Sur*, 3 mar. 2017. Disponível em <<http://democraciasur.com/2017/03/03/el-progresismo-canibal-las-lecciones-de-las-elecciones-en-ecuador/>>.

PCB sua coluna vertebral identificou-se também com o industrialismo desenvolvimentista contra o agrarismo constitutivo do país, ideal retomado pela nova esquerda dos anos 1970.

Mas, na medida em que a sociedade brasileira se tornou essencialmente urbana, integralmente capitalista e fortemente conectada e globalizada, de um lado, e em que o neoliberalismo efetuou sua obra desagregadora das formas de sociabilidade anteriores, incluindo as solidariedades de classe recentes, de outro, questões que antes não estavam colocadas ou eram ignoradas pela esquerda tornaram-se centrais para as lutas sociais e de emancipação das novas gerações.

Três delas parecem ser muito evidentes.

6.1 A questão ambiental

Uma das transformações mais expressivas das últimas décadas foi, frente à escalada da crise ecológica, o crescimento da consciência ambiental. Esse despertar foi registrado pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, e se fortaleceu entre a população brasileira mais informada. Há um abismo entre a crescente sensibilidade ambiental de nossa época e o produtivismo predador tanto das classes dominantes do país — em especial suas frações agrárias e mineradoras —, quanto da esquerda prisioneira de uma visão produtivista e nacionalista do marxismo. O episódio da Operação Carne Fraca, em que amplos setores da esquerda se posicionaram em defesa das empresas e da “economia nacional”, é uma ilustração grotesca dessa cegueira, já que se trata do setor mais social e

ambientalmente predatório do país, principal responsável pelo desmatamento da Amazônia e frequentemente acusado de empregar trabalho escravo.

Parte importante daquilo que se designa no Brasil como desenvolvimento resultou da predação e do saque descomunais da majestosa fauna, flora e biomas existentes no território nacional. Isso se deu não apenas para a acumulação primitiva de capitais na Europa, mas também como uma escolha consciente das gananciosas e arrogantes classes dominantes locais, com uma colossal destruição de vidas humanas, modos de vida e riquezas não mercantis pela imposição de formas de trabalho compulsório, recurso generalizado à violência, hierarquias excludentes e expropriação das populações de seus territórios.

A predação da natureza — marca existencial das elites agrárias no Brasil — segue vigente no saque dos territórios e na destruição da vida. A busca da modernidade acelerou enormemente esta devastação, com a capitalização da grande agricultura exportadora e da mineração, a construção de usinas e estradas, a expansão urbana descontrolada e inúmeras atividades manufatureiras, como as da indústria do petróleo, química, do papel e da celulose. Trata-se de reconhecer, sem idealizar uma inexistente “natureza intocada”, que grande parte do que é apresentado como progresso tem, a partir dessa ótica, um caráter profundamente regressivo. Com a agricultura de exportação e a mineração no centro da expansão recente da economia, estes problemas escalam, atingindo dimensões paradoxais.

Eduardo Gudynas e o economista equatoriano Alberto Acosta chamam a atenção para a limitação de políticas sociais de redução da pobreza e redistribuição que dependam dos recursos decorrentes da reprimarização da economia, ou seja, do “novo extrativismo”. Manteve-se uma modalidade de acumulação de origem e natureza colonial no trânsito do extrativismo tradicional ao neoextrativismo redistributivo

ou progressista. É um modelo focado no crescimento mediante a apropriação ampla de recursos naturais, em redes produtivas pouco diversificadas, voltadas à exportação. Os centros urbanos, inseridos nas lógicas de consumo capitalista, não sofrem diretamente os impactos do extrativismo. Enquanto isso, os territórios onde se realizam as atividades extrativistas assistem à degradação ambiental e dos modos de vida locais, com a violência atrelada a uma estratégia de criminalização do protesto social que se coloca contra o extrativismo.

Como já dissemos, houve ganhos para a população mais pobre do continente com o neoextrativismo redistributivo, e a desigualdade no acesso ao consumo foi reduzida. Mas esse processo estancou-se, indicando que o modelo atingiu seu teto e que serão necessárias transformações estruturais para seguir avançando. Grupos historicamente marginalizados por sua dupla condição — étnica e de classe — seguem sendo alvo de formas de racismo e segregação que os consideram um resquício a ser eliminado. Os territórios dos povos indígenas e as paisagens naturais que colidem com os locais de avanço do extrativismo são sacrificados em prol de uma bonança nacional referenciada a um modelo consumista de vida urbana. Mas os povos indígenas não são mais vistos por setores progressistas como sobrevivências do passado pré-capitalista fadadas ao desaparecimento, e sim como populações com direito a preservarem seus modos de vida e seus territórios e, muitas vezes, como os únicos defensores das florestas.

Durante Lula, a presença de Marina Silva no Ministério do Meio Ambiente mitigou um pouco a predação dos ecossistemas nacionais. A ministra não conteve a exploração do pré-sal, anunciada em 2008 como o motor de um novo surto de industrialização, nem a transposição do Rio São Francisco — decidida

em 2007, com a primeira fase inaugurada em 2017 —, mas condicionou a construção das hidrelétricas na Amazônia: as usinas de Santo Antonio e Jirau, no Rio Madeira, leiloadas em 2007 e 2008, e a grande Usina de Belo Monte, no Rio Xingu, afinal leiloadas em 2010. Derrotada em seus pleitos dentro do governo, Marina Silva abandonou o PT, em 2009, para ser candidata pelo PV contra Dilma em 2010. Obteve 19,4% dos votos no primeiro turno, em boa parte vindos de setores progressistas urbanos identificados com as lutas ambientais, e repetiu esse desempenho em 2014, quando obteve 21% dos votos como candidata do PSB.

Já o primeiro governo Dilma foi o mais insensível às temáticas ambientais desde a ditadura. A disputa em torno de Belo Monte escalou e se tornou o centro de uma campanha internacional. A oposição à obra pela população local indígena e ribeirinha, igreja católica, ambientalistas e classe média progressista foi muito forte, atrasando e encarecendo a usina, além de cobrar um alto custo político ao governo. Mas uma campanha igualmente marcante se deu, em 2010 e 2011, em torno da reforma do Código Florestal, projeto que consolidava a devastação promovida pelo agronegócio nas últimas décadas, autorizava mais desmatamento e fragilizava ainda mais as matas ciliares essenciais à preservação dos sistemas hídricos. As pesquisas de opinião mostravam uma ampla maioria da população contra o projeto, que, ainda assim, foi conduzido pelos parlamentares governistas e ruralistas surdos à sua impopularidade — tendo o deputado Aldo Rebelo, então no PCDOB, como um de seus maiores defensores. Essas foram disputas políticas que afastaram de Dilma parcelas progressistas da população.

Mas os exemplos podem ser multiplicados. A alteração no Código Penal que dificulta a caracterização e a fiscalização do trabalho escravo, um problema recorrente no Brasil, que os ruralistas se recusam a enfrentar. O Decreto 7957, de 2013, que regulamenta o emprego de

forças federais em conflitos ambientais, basicamente destinado a reprimir os povos indígenas que resistem às grandes obras em seus territórios. Em novembro de 2015, ocorreu o maior desastre ambiental da história do país, o rompimento da barragem da mineradora Samarco, uma associação entre as gigantes Vale e BHP Billiton, na cidade de Mariana, em Minas Gerais, que levou à destruição do ecossistema do vale do Rio Doce. No mesmo ano, o Sudeste e o Nordeste foram atingidos por grandes secas, que produziram uma grave crise no abastecimento hídrico de cidades como São Paulo — neste caso, gerido de forma temerária e privatista pelo governo estadual do PSDB. A relação de Dilma com as populações indígenas, péssima por conta de Belo Monte, deteriorou-se ainda mais pela decisão de levar adiante um conjunto de hidrelétricas na Amazônia, como Telles Pires e São Luiz do Tapajós — é interessante que uma das medidas que Temer encaminhou foi “repensar” as usinas no Rio Tapajós devido ao impacto nas terras indígenas e pelo contencioso ambiental. O Instituto Nacional de Câncer também associou o alto consumo de pesticidas no país, mais de cinco litros por ano por habitante, ao crescimento da incidência da doença, tema ignorado pelo governo (o Brasil é o maior consumidor de pesticidas do mundo e autoriza a pulverização aérea sobre áreas urbanas).

A combinação de um “desenvolvimentismo” tacanho com a subordinação ao ruralismo gerou, sob Dilma, um círculo vicioso de problemas ambientais inaceitáveis para uma parcela do povo politicamente ativo do Brasil, o que consolidou um deslocamento do registro do que é ser esquerda. Esse não é um problema só do país, mas de quase todas as nações com governos de esquerda em nosso continente — sendo o caso venezuelano descrito pelo sociólogo Edgardo Lander o mais extremo.

6.2 A luta contra as opressões

O deslocamento da percepção do que é ser esquerda também é forte no terreno das identidades. O corte de classe foi o elemento constitutivo do PT, que, apoiado em uma década de gigantescas mobilizações sindicais (1978–1988), se contrapunha aos partidos dos patrões. Essa dinâmica foi sendo corroída ao longo da década de 1990, com o refluxo das lutas sociais — em especial depois da derrota da greve dos petroleiros em maio de 1995. As alianças passavam a ter composições de ocasião, abarcando o “centro” político, na medida em que o PT avançava na disputa de governos. De início, as memórias ainda frescas das lutas contestavam a diluição da identidade de classe — cada vez mais definida em termos de pobres e ricos —, porém a eleição de Lula em 2002 já se deu nos marcos de um pacto com o grande capital financeiro. A aliança com o MDB passou a ser a base da coalizão de governo no segundo mandato de Lula, em 2006, e foi incorporado ao esquema de governabilidade todo tipo de partidos fisiológicos conservadores. A CUT tornou-se tão domesticada como as centrais sindicais antes chamadas de pelegas, e o movimento sindical perdeu o protagonismo que teve nos anos 1970 e 1980. A identidade de classe independente do proletariado brasileiro, esboçada nos anos 1980, foi perdendo vigência prática.

Ao mesmo tempo, a “integração produtiva” de amplas parcelas da população e a extensão das políticas de proteção social durante os governos Lula, com a elevação lenta mas constante do salário mínimo, propiciaram a incorporação ao mercado de consumo de massas de dezenas de milhões de pessoas em um processo redistributivo importante na base da sociedade — mas que não mexeu no topo da pirâmide. Os parâmetros usados para avaliar essa incorporação variam de 21 milhões de novos empregos formais criados a 36 milhões de pessoas que “saíram da pobreza” entre 2003 e 2013,

de 50 milhões de brasileiros que passaram a ter acesso ao crédito a 120 milhões de pessoas que agora podem contrair dívidas bancárias. Mas, com o aumento da heterogeneidade social das posições de classe, o único laço social objetivo que abarcou todos estes setores foi o mercado.

A fragmentação e o enfraquecimento do movimento sindical e a diluição da identidade política de classe nos anos do petismo no governo abriram um vácuo de pertencimento político-ideológico na base social da esquerda. E, como qualquer vácuo, ele foi preenchido.

Uma primeira linha de força, que beneficiou a direita na sociedade, foi o crescimento das igrejas evangélicas, em especial as neopentecostais. A contrarreforma conduzida pelo Vaticano sob João Paulo II e Bento XVI fez com que a igreja católica — que tinha atuado muito próxima dos movimentos progressistas dos anos 1970 e 1980 — perdesse protagonismo como espaço de organização de setores de esquerda da sociedade brasileira. O lugar antes preenchido pelas Comunidades Eclesiais de Base foi parcialmente apropriado por igrejas protestantes, cujo número de fiéis passou de 9% da população em 1991 para 22,2% em 2010. Uma análise mais refinada evidenciaria processos de diferenciação no interior dessas denominações, inclusive com atuação de setores da Teologia da Libertação, e, no catolicismo, o crescimento do movimento carismático; mas o efeito de conjunto foi um reforço importante do conservadorismo de base religiosa na sociedade. Para amplos setores das camadas pobres, as melhorias em sua situação de vida se deveram à “vontade de Deus”.

Uma segunda linha de força foi a expansão do autonomismo e do anarquismo na juventude, que cresceu nos anos 2000 e ficou evidente em 2013 e 2014 — inclusive pela presença de adeptos da tática *black bloc* nas manifestações. Uma nova geração de ativistas cresceu sob o

governo Lula, sem que as organizações formadas nos anos 1980 — e, em especial, o PT e a CUT — encontrassem espaço para a expressão de suas aspirações. Esses movimentos não conseguiram firmar-se com peso como, por exemplo, o fizeram na Argentina na sequência da crise de 2000, mas se enraizaram em alguns setores da juventude. Essa é a manifestação no Brasil de uma tendência global que emerge com o zapatismo e se expressa já nos movimentos altermundialistas entre 1999 e 2003, mantendo-se nos movimentos tardios de resposta à crise de 2008, como Occupy e Indignados. Revela uma corrosão ampla das instituições políticas sob o neoliberalismo, em especial a captura e esvaziamento dos mecanismos de representação política (governos, legislativos, partidos políticos) pelo poder das finanças. Daí o peso da palavra de ordem “não me representam”.

Os dois processos estão ligados às transformações em curso no tecido da sociedade brasileira: desindustrialização, crescimento do consumismo, corrosão dos laços associativos e antigas identidades, aumento do individualismo, obsolescência de parte dos movimentos sociais e de entidades do ciclo anterior. O sistema universitário se expandiu, o que não é irrelevante, mas desmontando o tripé ensino-pesquisa-extensão das universidades públicas, e com o ProUni (um subsídio às universidades privadas para incorporarem alunos pobres) se transformando em uma fábrica de diplomas pouco valorizados. Mas o ensino básico público continua se deteriorando sem perspectivas de que esse processo seja revertido. O Sistema Único de Saúde (SUS), uma grande conquista da Constituição de 1988, continuou sendo importante, mas cada vez mais acossado e corroído pela expansão dos planos privados de saúde que parasitam o Estado. Um dos cartazes mais comuns em 2013 reivindicava “escolas e hospitais padrão Fifa”.

Assim, embora parcelas importantes das populações trabalhadoras tenham sido integradas ao mercado de

consumo, elas continuaram com inserções precárias no mercado de trabalho, tiveram poucos ganhos de direitos e não tiveram nenhum avanço em termos de consciência e participação cidadã — pelo contrário. O Lula eleito em 2002 vetou, antes da instalação de seu governo, iniciativas de orçamento participativo em âmbito federal. Todos os conselhos e seus planos foram consultivos e bastante manipulativos no sentido de incorporar e neutralizar lideranças dos movimentos sociais. O povo trabalhador continuou carecendo de serviços fundamentais de educação, saúde, assistência, transporte, habitação, saneamento, cultura e comunicação. Com o novo perfil da sociedade brasileira, muito disso foi se identificando com a demanda de direito à cidade, evidente nos protestos de 2013.

A consequência foi a emergência de uma terceira linha de força, o crescimento e a valorização dos processos e dos movimentos de luta contra as opressões: a luta das mulheres contra o machismo, dos negros contra o racismo, dos gays, lésbicas e transexuais contra a homofobia. Não que esses temas antes estivessem fora da agenda progressista, mas não tinham uma centralidade prática nem eram vistos como estratégicos — essa era (e para a maioria da esquerda continua sendo) dada à luta operária, sindical e camponesa. O decisivo era a luta redistributiva e não a dimensão do reconhecimento, que agora, porém, tornou-se central, como registram muitos debates contemporâneos da filosofia política e a atividade política no Brasil e no mundo — mais evidente que nunca com a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos.

O racismo, o machismo e a homofobia são traços marcantes da formação histórica brasileira. Eles vinham refluindo desde os anos 1980 com um certo consenso “liberal”. Mas, na esteira da crise de 2008, deu-se um recrudescimento do conservadorismo, não somente

em setores das classes médias, mas difuso no tecido social mais desagregado, que retoma e aprofunda preconceitos e desqualificações racistas, machistas e homofóbicas, tendo como ponta de lança as igrejas neopentecostais. Na campanha eleitoral de 2010 isso já estava, com certeza, avançado.

O conflito se tornou mais evidente com o estabelecimento da política de cotas raciais, lançadas pela Lei Federal 10.558, de 2002, conhecida como Lei de Cotas, que criou o Programa Diversidade na Universidade, depois consolidado, em 2010, pelo Estatuto da Igualdade Racial. Em 2012, foi sancionada uma lei que garante cota de 20% para negros em concursos públicos federais da administração direta e autarquias. Mas isso se deu sobre uma base bastante degradada: a precarização da condição de vida da população negra das grandes cidades. Ela é perceptível, por exemplo, no crescimento de assassinatos entre a população negra, em especial entre os jovens das periferias das grandes cidades. O número de mortos por armas de fogo no país, segundo o *Mapa da Violência* publicado em 2015, atingiu, em 2012, 10.632 brancos e 28.946 negros, o que representa 11,8 óbitos para cada 100 mil brancos e 28,5 para cada 100 mil negros. Entre 2003 e 2012, enquanto as taxas de homicídio de brancos por armas de fogo caem de 14,5 para 11,8 a cada 100 mil brancos, as taxas de homicídios de negros aumentam de 24,9 para 28,5 em 100 mil negros — ou seja, as taxas brancas caem 18,7% e as negras aumentam 14,1%. As desigualdades étnicas e a discriminação da população negra, em especial de suas parcelas mais pobres, são dados inquestionáveis da vida social brasileira.

Em parte alguma o caráter excludente e violento da sociedade brasileira é mais visível do que na continuidade da militarização da política de segurança pública, na enorme expansão e degradação das condições do sistema prisional e no extermínio da juventude negra, executada por policiais (e grupos paramilitares) nas periferias das grandes

cidades com o aval do Estado. Parte importante da população brasileira — não apenas a população negra, mas também a indígena — continua privada do direito civil mais fundamental: o direito à vida.

Um quadro análogo pode ser traçado para a situação da mulher. Para além das desigualdades no mercado de trabalho, da dupla jornada e da legislação patriarcal que as impede de controlar o próprio corpo, o machismo alimenta uma violência generalizada. Uma pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública revelou que 37% da população (sendo 42% dos homens) considera que a vítima é culpada em casos de estupro: uma situação ultrajante para qualquer parâmetro de civilidade. Além disso, 90% das mulheres da região Nordeste têm medo de ser vítimas de violência sexual. Os governos petistas promoveram políticas de ação afirmativa, mas sem firmeza, sempre recuando frente às críticas conservadoras da “base aliada”. Face a episódios recorrentes de violência sexual e à completa insuficiência das políticas governamentais, protestos de massa — especialmente de mulheres jovens — têm ocupado as ruas.

E o mesmo se dá com o movimento LGBT. Desde que uma primeira pequena Parada do Orgulho LGBT foi realizada em São Paulo, em 1997, o tema ganhou projeção, até que o evento se transformasse na maior manifestação de massa da cidade. Protestos que em 2013 exigiam “Fora Feliciano” — parlamentar evangélico que, à frente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, externava posições homofóbicas e preconceituosas — prepararam o terreno para as manifestações de junho.

Também presenciamos no Brasil, em 2015 e 2016, um multifacetado movimento de estudantes do ensino médio das escolas públicas em luta por melhores condições de ensino, ocupando escolas e dialogando com pais

e professores. Por vezes muito radicalizados, esses movimentos bloqueiam ruas, ocupam praças e pressionam governos estaduais que querem cortar gastos com educação.

Em todos os casos, parte-se, na ação política, não diretamente das demandas da classe trabalhadora como tal, mas de um grande número de questões democráticas e de direitos fundamentais não resolvidos. As mobilizações são essencialmente de trabalhadores e setores populares. São, quase sempre, mobilizações contra os setores conservadores, mas por vezes chocam-se simplesmente com os governos de plantão, de direita ou de esquerda. O espaço de manifestação é a cidade — embora tenhamos também as reivindicações indígenas, quilombolas e caiçaras —, e a ocupação de espaços públicos é o método fundamental de protesto. Por vezes, como no caso da violência policial contra a juventude das periferias, cujas vítimas são majoritariamente negras, os protestos envolvem incêndio de ônibus, construção de barricadas e enfrentamento aberto com as forças de segurança.

Em uma sociedade de mercado em que os indivíduos estão desenraizados e fragilizados pela precariedade dos serviços públicos e pela concorrência de todos contra todos, a busca de identidades se torna muito mais plural, e quem quer que tenha a pretensão de alterar as relações de poder precisa catalisar e confederar uma série de demandas que supõem a ruptura com relações profundamente arraigadas na formação social brasileira. O acerto de contas com a questão racial é consubstancial com a organização de classe do proletariado no país. Além disso, uma parcela importante da classe trabalhadora é composta de mulheres. As demandas de reconhecimento de igual direito para as distintas orientações sexuais são candentes, antes de tudo, nos setores mais vulneráveis da sociedade.

O tema das identidades ganhou um papel central na luta política. A esquerda institucionalizada não soube abarcar

uma parcela importante das demandas populares — ou por incompreensão da centralidade dessas temáticas, ou porque as alianças de governabilidade com setores conservadores ou abertamente reacionários paralisaram sua ação nas questões em que esses partidos tenderiam a propor posicionamentos e políticas progressistas, como é o caso das demandas de gênero e orientação sexual, sempre sacrificadas nas negociações com os pastores neopentecostais da bancada da Bíblia. Elas se avolumaram e assumiram centralidade na luta política, contribuindo para deslocar ainda mais o registro do que é ser esquerda, em especial para as juventudes urbanas.

6.3 A relação democrática com o poder político e a coisa pública

O balanço prático feito pelas populações latino-americanas das experiências de governos progressistas em seus países aponta para a necessidade de se romper com uma visão meramente instrumental do poder de Estado, que hoje aparece como simplista, ingênua e perigosa. De um lado, porque as estruturas de poder do Estado são amarras para mudanças mais profundas, e mesmo processos constituintes como os da Venezuela, da Bolívia e do Equador não criaram estruturas de auto-organização e poder popular autônomas, preferindo simplesmente reformar o que antes era chamado de Estado burguês. No caso do Brasil, como já vimos, houve apenas uma adaptação do novo governo às estruturas oligárquicas de poder existentes. De outro lado, porque ignora o problema da corrupção e da burocratização, seja nos Estados estabelecidos, seja nos Estados reformados por processos constituintes. Falta

um pensamento político democrático para que a esquerda estabelecida consiga enfrentar esses problemas, e isso é nitidamente percebido pela população, abrindo uma avenida pela qual avança a contraofensiva conservadora em curso.

Estamos tratando de um tema distinto do debate antigo, que opôs anarquistas e marxistas (a necessidade ou não de um Estado, ainda que de natureza nova), e diferente também da oposição de esquerda na União Soviética à burocratização stalinista (no qual soviets fundaram um novo poder sequestrado pela autonomização do partido frente à sua base social). O tecido de instituições do Estado capitalista foi se ampliando com as conquistas sociais das décadas prévias ao neoliberalismo e, em nosso continente, nos últimos quinze anos, com as políticas redistributivas progressivas. Mas, ao mesmo tempo, o horizonte de ruptura com o capitalismo refluía e as políticas de esquerda passavam a se mover dentro da ordem geopolítica estabelecida. A globalização neoliberal alimentou a fusão orgânica entre o exercício do poder de Estado e o capital financeiro, alcançando a promiscuidade entre política e negócios a um patamar inédito — um câncer que está corroendo os mecanismos da democracia liberal e dos Estados de bem-estar em todas as partes do mundo —, e isso também impulsionou o crescimento mais recente do espontaneísmo e do autonomismo como horizonte político de uma parcela dos ativistas que rechaçam a política estabelecida.

Isso significa que governos comprometidos com políticas socialistas tendem hoje a ter sua ação condicionada pelos mercados financeiros e pelo financiamento eleitoral que lhes é provido pelas corporações. Vemos também, observando a experiência latino-americana, que a governabilidade conservadora é inseparável da corrupção em grande escala: é necessário comprar — no sentido literal da palavra — o apoio dos representantes da direita. A quantidade de fenômenos envolvendo “corrupção” indica

que estamos enfrentando um problema tão grave como o das resistências das formas de propriedade privada à mudança social.

O balanço do petismo não pode ser reduzido a uma crítica do “deixa roubar” para fazer em favor do povo (alterando um pouco o lema do ademarismo, uma das correntes conservadoras do populismo pós-Guerra no Brasil), em função da “compra” da governabilidade conservadora. Trata-se, de um lado, no caso do Brasil, de esquecer a natureza do Estado e suas instituições políticas, como já discutimos. De outro, de ignorar que os governantes que não estão submetidos ao controle social direto e imediato dos governados tendem a se autonomizar e a buscar se reproduzir no poder, transformando o que deveria ser a gestão da coisa pública em benefício do bem comum em fonte privada de enriquecimento, prestígio e poder. Isso significa também criticar projetos políticos alicerçados na figura de líderes carismáticos, que dificilmente coadunam com processos amplos de democratização e abrem espaço para claque normalmente propensas à corrupção. Por fim, diz respeito ainda a uma crítica à adesão a ideologias tecnocráticas que substituem os processos democráticos de participação e deliberação por decisões supostamente técnicas, mas igualmente políticas, que terminam se tornando, mesmo com a melhor das intenções, antipopulares. Depois de 2013, ficou evidente para o governo que a situação era insustentável e que uma democratização na forma de se fazer política era necessária, mesmo que ao preço de um confronto aberto com os conservadores da “base aliada”.

A complexidade dos processos sociais, a desigualdade de participação e os fluxos e refluxos da vida social fazem com que seja necessário, no horizonte que podemos visualizar, manter processos de eleição

democrática de representantes. Mas o único antídoto conhecido para “os perigos profissionais do poder” — na formula lapidar do revolucionário búlgaro Christian Rakovski — é que as decisões políticas importantes sejam tomadas em processos de democracia participativa ou direta, isto é, que os governantes, mesmo de esquerda, sejam expropriados de parte de seu problema político em benefício de seu exercício direto pelo povo. Isso é agora facilitado pelas possibilidades abertas pelas novas tecnologias digitais e pela popularização do *smartphone* (o que enfatiza a centralidade das políticas de software livre e inclusão digital, defendidas pelos petistas ligados ao tema, mas abandonadas no final do primeiro governo Lula, ainda que um bastião ligado à cultura livre permanecesse ativo depois). Esse problema destaca também a importância da capacitação da população, se não para gerir sistemas técnicos, ao menos para supervisioná-los e ser capaz de tomar as decisões políticas supostamente técnicas que condicionam seu uso e prioridades. Isso significa se chocar com os interesses e as reações das mais variadas corporações de especialistas.

Uma estratégia de difusão do poder político pela população auto-organizada amplia em muito o terreno da disputa e, sem dúvida, dificulta sua resolução. Entretanto, uma questão como o avanço do conservadorismo religioso — problema hoje crítico para a esquerda brasileira — só pode ser respondida com iniciativas culturais, políticas e sociais que favoreçam visões de mundo alicerçadas em bases distintas da competição mercantil e da convivência não conflituosa com o exercício do poder orgânico do capital, espreado pela sociedade civil. A democratização do poder político não se resolve só com uma reforma política do Estado, mas principalmente com avanços na construção de auto-organização e poder popular que voltem a inserir a tomada das decisões fundamentais no tecido social.

7 Era possível ser diferente?

O curso da história do Brasil nas últimas três décadas poderia ter sido diferente? Essa pergunta levanta questões filosóficas e respostas distintas, quer enfatizando visões deterministas, quer destacando o espaço de liberdade humana na história. A resposta a ela é também um juízo político da ação dos atores presentes nos processos que se sucederam. Mas levantar esse problema é dar conta da dimensão reflexiva que a atividade humana pode ter: podemos aprender com a história?, atores políticos podem se aperfeiçoar e ser mais eficazes na consecução de seus objetivos?, que erros não podem voltar a ser cometidos?

Olhando retrospectivamente, três momentos são decisivos. O primeiro foi o da constituição das grandes organizações de esquerda entre 1980 e 1982. Elas se moldaram pelo peso da industrialização e por processos fortemente classistas, um exemplo paradigmático do papel que a classe operária industrial poderia assumir na luta política em uma economia industrial. Não tivesse a reestruturação neoliberal prevalecido no terreno global e se imposto no Brasil uma década depois, provavelmente as expectativas da esquerda dos anos 1980 poderiam ter sido cumpridas. De qualquer forma, sua existência adiou por décadas um debate renovado sobre o caráter da formação social brasileira.

Mas isso não era inevitável. Uma crítica radical da formação nacional brasileira esboçou-se, na década de 1970, no terreno das ideias, combinada com uma prática resistente ao cenário conservador. Foi quando surgiram os ensaios de Roberto Schwarz. Florestan Fernandes publicou *A revolução burguesa no Brasil*, reunindo as consequências de questões que pontuara em livros sobre a questão racial. Abdias Nascimento, em seu exílio nos

Estados Unidos, radicalizou-se e desenvolveu as ideias de genocídio dos negros e de quilombismo, referências para o Movimento Negro Unificado. Mas esse pensamento que apontava para a necessidade de a esquerda promover um acerto de contas com o Brasil profundo, colonial, conservador, racista, excludente, violento — pretérito, porém ativo — foi subsumido pelas lutas sindicais do Brasil industrial e fordista que eclodiram entre 1978 e 1989. Esse acerto de contas talvez tivesse permitido que a esquerda apreendesse desde cedo a natureza do sistema político montado em 1988, e assim, quem sabe, o petismo tivesse sido uma coisa diferente do que foi.

De fato, a esquerda brasileira que se constitui no ciclo petista foi marcada por uma visão eurocêntrica da política socialista, que parecia confirmada pela industrialização e pela urbanização do país, e por sua própria experiência nas lutas operárias e sindicais. Ela não desenvolveu nenhuma reflexão mais profunda sobre a formação do Brasil, assumindo para si o que se tornou o senso comum das elites. Na crise da ditadura militar, nos anos 1970 e 1980, formou-se um consenso muito amplo em torno da interpretação da formação nacional construída nos anos 1930. Então, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior formularam o que viria a ser a narrativa da formação do Brasil que permitiria às elites se apresentarem como parte de um mesmo povo com o conjunto da população, e proporem seus interesses como os da nação, agora vista como viável — o que antes, com a visão eugenista, era impraticável. Estes intelectuais construíram a narrativa básica que seria enriquecida por inúmeros outros intérpretes (de Roberto Simonsen a Celso Furtado, de Victor Nunes Leal a Darcy Ribeiro, de Raymundo Faoro a Fernando Novaes), e que seria assumida por petistas e peessedebistas, passando por todo o espectro intermediário. Leituras específicas a inflexionaram para a direita (com tons mais culturalistas

e weberianos) ou para a esquerda (com tons marxistas), mas compartilhando categorias comuns, como progresso, desenvolvimento, nação, cidadania e inclusão. Conceitos oriundos do marxismo, como capitalismo, imperialismo, classes sociais, hegemonia e até mesmo modo de produção também se tornaram lugar comum.

Esta narrativa — disputada, até o regime militar, contra as visões conservadoras, religiosas e abertamente racistas — se tornou o senso comum do Brasil sobre si mesmo a partir das alianças que, na oposição ao governo dos generais, foram estabelecidas entre liberais e progressistas. Os conservadores radicais, até então bastante ativos na defesa de suas posições, praticamente sumiram do novo sistema universitário, e os neoliberais, que reemergiram nos anos 1990, não retomaram posições conservadoras mais caricatas — só recentemente resgataram o liberalismo antidesenvolvimentista. Apenas uma hermenêutica detida localizaria as diferenças entre as visões da formação nacional de Fernando Henrique Cardoso e de destacados intelectuais petistas. Ainda que tivessem sensibilidades diferentes para o papel do Estado na economia, as políticas que prescreviam para a sociedade eram semelhantes — como, em especial, a atribuição de um papel civilizador à dinâmica de classes e ao mercado.

Um segundo momento de ruptura ocorreu com a chegada ao país do neoliberalismo e da globalização financeira, nos anos 1990. Aqui os problemas escalam para um patamar de qualidade superior, agravando todos aqueles do primeiro momento. O conjunto da esquerda mundial fracassou na busca de respostas: o comunismo soviético, a socialdemocracia, os nacionalismos terceiro-mundistas. O destino da União Soviética e da China, que diziam ter rompido com o capitalismo, é emblemático das dificuldades que a nova fase do

capitalismo colocou para os movimentos antissistêmicos. O zapatismo e o autonomismo radical também fracassaram como respostas ao neoliberalismo nos anos 1990 e 2000, embora tenham influenciado experiências posteriores que ainda não se encerraram. A onda altermundialista de 1999 a 2003 retomou um diálogo entre a geração política que emergiu e a tradição clássica da esquerda, contestando o pensamento neoliberal, recompondo espaços de troca de experiência e um internacionalismo ativo, mas sua única instituição duradoura — o Fórum Social Mundial — não tinha como objetivo a disputa do poder de Estado. Foi necessário chegarmos à crise de 2008 para vermos nascer partidos políticos de natureza nova, que ainda têm de demonstrar sua efetividade.

O balanço de conjunto que podemos fazer é o de que a esquerda, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo, até agora não conseguiu forjar uma alternativa capaz de disputar com o neoliberalismo um horizonte histórico e galvanizar as imaginações e as aspirações emancipatórias. Nesse ponto, os deslocamentos de referências que apontamos se tornam decisivos e globais: a centralidade da questão ambiental — e, em nosso continente, indígena — e a pluralidade de atores que terão de ser envolvidos nos processos de mudança radical da sociedade. Mas esse segundo momento se combina com um ulterior, que o traduz e especifica em termos regionais.

O terceiro momento, que é latino-americano e que se inicia com a chegada de Hugo Chávez à presidência da Venezuela, em 1998, corresponde no Brasil à eleição de Lula em 2002. Trata-se da tentativa de efetuar reformas redistributivas no marco da globalização neoliberal, convivendo com o capital financeiro internacional e com o papel que a nova divisão internacional do trabalho atribuiu à economia latino-americana e brasileira. Em retrospecto, seu fundamento foi o *boom* das *commodities* puxado pela

demanda chinesa. Outros países latino-americanos fizeram reformas comparativamente mais profundas do que o Brasil sob o PT e, em nosso caso, a ruptura com o horizonte de construção nacional também parece ter sido decisiva para um balanço estrutural do país tão frágil depois de treze anos de petismo. A governabilidade conservadora limitou a mobilização popular em apoio a medidas mais contundentes, e a expansão do consumo como vetor fundamental de redistribuição da renda aprofundou a dinâmica neoliberal da sociedade.

Neste terreno, muita coisa poderia ter sido diferente, embora a fragilidade da construção da esquerda e a crise mundial do socialismo nos anos 1990 já condicionassem fortemente as opções. Mas podemos cotejar a experiência brasileira com as demais experiências de governo no continente, em especial com a dos integrantes da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (Alba), e dizer quais erros foram cometidos e onde o processo petista poderia ter sido diferente: pela manutenção de um compromisso com a construção nacional sob bases que preservassem o parque industrial (como fez a Índia); encarando de outra maneira o problema da governabilidade, sem compromissos estruturais com os setores conservadores e enfrentando-os na disputa social e ideológica; impulsionando uma ampla mobilização política e cidadã, que projetasse para o terreno nacional as experiências mais avançadas de transparência e controle social dos governantes (quem fala hoje de orçamento participativo?); aprofundando, em diálogo com as organizações da sociedade civil, a consciência política, a participação cidadã na gestão da coisa pública e as novas formas de democracia... Muita coisa poderia, assim, ser diferente do que foi, criando uma correlação de forças melhor para a esquerda e evitando o destino que teve o governo Dilma Rousseff.

Mas isso implicaria ter existido uma experiência formadora de toda uma geração política distinta daquela que levou Lula, como direção carismática, e o PT, como partido, ao governo em 2002.

O Brasil transita agora para uma nova etapa de sua história, tendo como pano de fundo uma longa onda depressiva do capitalismo global, cheia de fenômenos regressivos que carregam fantasmas muito perigosos, recordando os monstros dos anos 1930 em seus momentos iniciais. É improvável que tenhamos uma etapa de estabilidade política no país. O déficit democrático vivido pelos regimes liberais é uma experiência global da esquerda que exige uma resposta que também será, ao menos em parte, comum. E dispomos agora, pela história recente compartilhada no continente, de elementos para projetar a disputa por outra sociedade em um patamar superior no que concerne à integração regional.

Mas essas alavancas só serão efetivas se formos capazes de aprender com os erros cometidos na experiência petista e repensarmos premissas centrais que orientam a ação política emancipadora. Repensarmos o desenvolvimento, escapando de suas dimensões produtivistas, quantitativas, consumistas e predatórias, rompendo com o extrativismo (e eliminando a histórica sobre-representação política do agronegócio) e com as utopias tecnológicas e tecnocráticas ainda hoje difusas no imaginário progressista. Questionarmos a globalização como destino inelutável e compreendermos que ela acarreta retrocessos brutais, sendo aceitável somente se for capaz de se contrapor à dominância financeira, modulada por cláusulas sociais e ambientais draconianas. Rejeitarmos as concepções deterministas da história em que mais capital representa um mundo melhor, e em que a esquerda nada a favor da corrente do progresso, porque a barbárie vem se mostrando sua companheira inseparável nos últimos séculos. E

construirmos práticas e concepções democráticas de política e governo em que as massas deixem de ser massas, superem visões paternalistas e tecnocráticas e se tornem cidadãs, sujeitos conscientes de seus interesses e capazes de forjar a unidade no respeito à pluralidade dos atores antissistêmicos e à perspectiva de outro mundo onde caibam muitos mundos.

Chile: antigas perguntas, novos contextos

Uma visão do trânsito entre a rua e as instituições

Giovanna Roa

A América do Sul vive uma recessão política. Uma amostra disso é que o convite que todos recebemos para este seminário¹⁴ contém um diagnóstico triste e desesperançado: “O golpe de Estado institucional que depôs Lugo no Paraguai, a substituição da administração Kirchner por Macri na Argentina, a ascensão da direita no Peru, os protestos de 2013 e o processo de julgamento político de Dilma no Brasil e a profunda crise que vive a Venezuela são apenas algumas das manifestações mais visíveis da deterioração da correlação de forças na região. [...] Elas não foram capazes de construir um horizonte de futuro para os seus países. Uma crise de projeto que se faz presente entre o progressismo sul-americano.”

A profunda estrutura neoliberal em que nos baseamos e a rearticulação das forças da direita não são capazes de explicar, sozinhas, a dificuldade que os projetos

¹⁴ Trata-se do seminário “América Latina hoje: uma avaliação crítica sobre a esquerda e os governos progressistas”, realizado durante o Fórum Social Mundial de 2016, em Montreal, no Canadá. Uma continuidade do debate ocorreu em Porto Alegre, em janeiro de 2017, durante o Fórum Social das Resistências. [N.E.]

de esquerda enfrentaram para levar a cabo seus programas.

Escrevo este texto a partir da minha experiência pessoal como liderança do movimento social pela educação que derivou nos protestos que tomaram o Chile em 2011. Além disso, desde 2009 contribuí para a formação de um movimento político estudantil chamado Nova Ação Universitária. Após o ano mais agudo do movimento, estive junto daqueles que criaram um movimento político nacional chamado Revolução Democrática, que após cinco anos tornou-se um partido político no Chile. Continuo sendo uma liderança do partido, e estive durante três anos como chefe de gabinete do sistema público de seguro de saúde do país.

Todas estas experiências me levaram a refletir sobre o desafio — que atinge a todos nós que participamos em projetos de esquerda — de realizar uma profunda transformação social que erradique, de maneira permanente, a hegemonia da sociedade consumista sobre uma sociedade de direitos. Nos diferentes espaços em que militei, pude vivenciar complexidades similares e barreiras bastante comuns.

Por um lado, as questões da esquerda continuam sendo mais ou menos as mesmas, e se baseiam no grande questionamento de como obter uma justiça *realmente* social, que equipare as oportunidades de desenvolvimento de todos os cidadãos, preservando o respeito e o cuidado pela sociedade que construímos, e administrando a tensão entre os interesses particulares e os coletivos. Este aspecto é fundamental, pois a América Latina deve lidar com a acumulação de riqueza e influência de um pequeno grupo de famílias, e com a tensão entre os projetos que pretendem resistir à penetração do mercado no terreno dos direitos sociais, enquanto é cada vez mais evidente que geramos uma sociedade que majoritariamente acredita no consumo como um alicerce da vida. Esta luta histórica da esquerda

deve adaptar-se a um mundo globalizado e vertiginoso, que se transforma de geração em geração: uma rapidez nunca experimentada pelas sociedades humanas.

No Chile continuamos imersos em uma sociedade consumista onde todos os direitos básicos estão regulados pelo mercado. Empresas dominam os mercados da educação, da saúde, da moradia, das aposentadorias. Existe um bem-estar social para os ricos, baseado em sua capacidade de pagamento por direitos, e outro bem-estar para os pobres, baseado na escassa capacidade do Estado em garantir os direitos básicos.

Mas a história chilena nem sempre trilhou este caminho: também foi marcada por uma forte tradição de luta por justiça social que, para minha geração, materializou-se simbolicamente no presidente Salvador Allende e no governo da Unidade Popular que dirigiu o país entre 1970 e 1973. Allende não foi apenas o primeiro presidente socialista eleito democraticamente no mundo, mas também o primeiro a tentar levar a cabo mudanças sociais, econômicas e políticas de forma pacífica. Esse projeto ficou conhecido como “Via chilena ao socialismo”. Nos apenas três anos de seu mandato, estabeleceu-se a construção de um Estado Popular, promovendo uma economia planificada.

Aprovou-se a lei de nacionalização do cobre, sem oposição no Congresso, além de se aprofundar a reforma agrária promovida pelos governos precedentes. Em parceria com trabalhadores agrícolas autônomos, expropriaram-se mais de quatro mil lotes de terra e estatizou-se uma grande quantidade de empresas consideradas estratégicas para o desenvolvimento nacional. Através da apropriação de indústrias por seus trabalhadores e da compra de ações de empresas pelo Estado, o governo da Unidade Popular chegou a ter o controle de mais de 80% das indústrias e de vários bancos.

Em relação à cultura, trabalhou-se com afinco junto aos sindicatos e às associações de artistas, ampliando a capacidade de divulgação de seus trabalhos. Criou-se a Editora Quimantú, com apoio do Estado. No que tange aos direitos sociais, fortaleceu-se a cobertura de saúde graças à construção de hospitais, e foram tomadas medidas de saúde pública para o combate à desnutrição. Na educação, ampliou-se o acesso à universidade e se fortaleceu o ensino pré-escolar, básico e técnico.

Em contraposição aos avanços do governo da Unidade Popular, em 11 de setembro de 1973 as Forças Armadas deram um golpe de Estado que inaugurou com violência a época mais sombria da história do Chile. Além das violações aos direitos humanos cometidas pela ditadura militar que se instalou após a deposição de Allende, a enorme quantidade de presos e executados políticos, as longas listas de desaparecidos e os milhares de chilenos que foram exiliados, o general Augusto Pinochet instaurou uma sociedade de ordem que permeou absolutamente todas as camadas da existência no Chile. Os toques de recolher que regularam a vida privada e o trânsito noturno em todo o território, a operação limpeza que desterrou qualquer manifestação cultural em via pública e a obrigatoriedade de uma estética militar no cotidiano dos cidadãos construíram um país triste, violento e abertamente oprimido até 1990. Ao longo desses quase vinte anos, Pinochet aplicou, com a ajuda do norte-americano Milton Friedman, uma política econômica e social que levou uma geração de jovens economistas a fazer do Chile um laboratório do neoliberalismo — cujos princípios foram esculpidos na Constituição de 1980, vigente até hoje.

Em 1988, após dezessete anos de ditadura, um referendo nacional convocou os chilenos a votarem *sim* ou *não* à possibilidade de Augusto Pinochet permanecer no governo até março de 1997. A campanha articulada pela

esquerda foi enorme. Com o slogan *Chile, la alegría ya viene* [Chile, a alegria está chegando], o movimento pelo *não* venceu a eleição com 54,71% dos votos. Como consequência, foram convocadas eleições em 1989 e o democrata-cristão Patricio Aylwin tornou-se presidente, dando início à transição para a democracia.

A transição avançou na medida do possível. Já não havia, oficialmente, uma ditadura, mas as Forças Armadas e os setores conservadores continuavam exercendo o poder de maneira subterrânea, em um clima de suposta democracia. E, assim, graças a uma aliança entre a centro-esquerda e a esquerda — batizada como Concertación —, representantes de uma e outra corrente política se revezaram na presidência, com Patricio Aylwin, Eduardo Frei, Ricardo Lagos e Michelle Bachelet. Apesar de não compactuarem com Pinochet, os presidentes da Concertación aprofundaram o modelo neoliberal instaurado pela ditadura: nenhum dos governos conseguiu modificar o sistema estabelecido pelo general — pelo contrário, ressaltaram o papel das empresas e dos empresários na governança do país. A principal consequência foi a nula participação política dos cidadãos e seu desligamento do debate público.

Em 2006, durante o primeiro governo de Michelle Bachelet, gestou-se a primeira grande manifestação social após o retorno da democracia: os estudantes secundaristas — chamados de “pinguins” em referência ao terninho azul-marinho e branco do uniforme escolar — ganharam as ruas e ocuparam escolas reclamando a revogação da Lei Orgânica Constitucional do Ensino (LOCE). O texto fora assinado por Pinochet um dia antes de deixar o cargo, determinando que a função do Estado na educação seria apenas de regulador e protetor, e colocando explicitamente a responsabilidade de educar nas mãos de corporações privadas cujas

decisões, por lei, não precisavam incluir as associações de estudantes. A LOCE deu plena autonomia aos donos das escolas para a elaboração e o exercício de projetos educacionais, sem nenhuma intervenção regulatória por parte do Estado ou participação da comunidade escolar. Tal “liberdade de ensino” permitiu que particulares abrissem estabelecimentos escolares e universitários com uma regulamentação mínima.

A chamada Revolução dos Pinguins teve início em maio de 2006 com mais de 100 mil estudantes articulando mobilizações e ocupações. Em 30 de maio, uma terça-feira, mais de 600 mil estudantes estavam em greve, o que transformou o movimento no maior protesto estudantil da história chilena. Além de pedirem a revogação da LOCE, os “pinguins” queriam ainda a revogação do Decreto 524, que regula os centros acadêmicos; o fim da municipalização do ensino; a realização de estudos para a reformulação da chamada jornada escolar completa [ensino em tempo integral]; a gratuidade da Prova de Seleção Universitária [vestibular]; a exigência de um passe escolar gratuito e unificado e tarifa zero no transporte escolar para alunos do ensino médio.

Foi o começo de um movimento pela educação que mudou o senso comum no Chile. Ainda em 2006, milhares de estudantes universitários se mobilizaram em solidariedade aos companheiros secundaristas. Com isso, o Chile mudou para sempre: a geração que estava aparentemente alheia ao debate público se transformou na grande mobilizadora de uma agenda comum sobre a educação, e a necessidade de uma reforma no ensino se tornou evidente para todos os cidadãos e todas as autoridades. Como resultado do movimento, a LOCE foi substituída pelo direito constitucional à educação gratuita e de qualidade. Diante das prolongadas manifestações, a classe política recuou, mas ainda assim conseguiu

estabelecer restrições ao verdadeiro espírito de revogação da LOCE.

Os vínculos gerados entre os secundaristas em 2006 foram mantidos quando chegaram ao ensino superior, e os universitários começaram a se articular. Em 2008, fiz parte de uma pequena rede de estudantes que tinham interesse em mudar o regimento democrático interno das universidades. Reunindo representantes de cursos historicamente excluídos do ativismo político, fundamos a Nova Ação Universitária, com o intuito de disputar os espaços de poder da representação estudantil com vistas a alavancar o papel da comunidade como peça-chave na tomada de decisões, e de lutar para que trabalhadores, professores e estudantes tivessem uma voz ativa no projeto de universidade que desde a ditadura esteve exclusivamente em mãos das autoridades. Nossa busca por influência pretendia fortalecer a pluralidade e a equidade dentro da universidade — e, sobretudo, fazer com que a universidade assumisse sua função pública. O projeto foi um sucesso. A partir de 2009, esse pequeno grupo foi crescendo e chegou a ganhar seis eleições de federações estudantis.

Em 2009, com as novas eleições presidenciais no Chile, pela primeira vez após vinte anos de governos “progressistas e de esquerda” a direita venceu sob a liderança de Sebastián Piñera. A cidadania estava começando a acordar e, ao observar criticamente os anos da transição, não encontrou motivos para acreditar que a Concertación, que governara durante todo o período, pudesse produzir estabilidade e crescimento. Depois das mobilizações dos “pinguins” e com o país passando por uma situação econômica ruim, os chilenos elegeram Piñera, um conhecido empresário milionário, movidos por um desejo de mudança, mesmo que não fosse possível saber em detalhes para onde apontava esta

mudança — em processo parecido ao que ocorreu com a campanha e a eleição de Mauricio Macri na Argentina.

A mudança proposta por Piñera limitou-se a uma alteração na lista de autoridades para ministérios e serviços públicos, dado que as políticas públicas herdadas dos governos da Concertación já contemplavam os postulados neoliberais propostos pelo presidente milionário. Assim, transcorreram-se quatro anos marcados por um matiz empresarial e conservador, sem que houvesse ruptura com o passado. Dessa forma, o governo de Piñera teve de lidar com a segunda investida do movimento estudantil, que retornaria com força em 2011.

Em 2010 fui eleita vice-presidente da Federação de Estudantes da Universidade Católica, e nesta posição continuamos lutando por uma universidade mais inclusiva, pluralista e, sobretudo, democrática. Foi um ano de diagnóstico e trabalho coletivo. A ideia de que era um problema que o ensino chileno estivesse totalmente entregue ao mercado já estava consolidada entre a população, mas a força dos protestos estudantis de 2006 tinha decrescido devido ao desgaste natural de qualquer mobilização prolongada.

Em janeiro de 2010, houve um enorme terremoto que afetou grande parte do Chile. O Estado se viu superado pelo estado de emergência e, mais uma vez, os estudantes se prontificaram a conduzir essa reconstrução: foi um marco, pois as federações de estudantes de todo o país se articularam para organizar redes de apoio, e cada comunidade estudantil se sentiu na obrigação de trabalhar de forma organizada. A partir daí, gerou-se uma rede que percorreu do interior das universidades até a Confederação de Estudantes do Chile (Confech). Dessa forma, o trabalho reflexivo que começamos em 2009 foi retomado com todas as comunidades universitárias: era o momento de acentuar as demandas de participação democrática, de valorizar a opinião, não

apenas dos estudantes, mas também dos trabalhadores, dos professores e dos servidores administrativos para pensarmos conjuntamente o futuro da educação chilena.

Com mais força do que nunca, secundaristas e universitários se apropriaram da agenda do país. O movimento estudantil de 2011 conseguiu ser o mais articulado da história. Aos milhares de jovens já mobilizados somaram-se professores, pais, funcionários, artistas, idosos, ricos e pobres à transversalidade do apoio à “educação pública, gratuita e de qualidade”. Foi o despertar de um país que há anos estava adormecido. Pela primeira vez houve consenso: a educação não pode permanecer em mãos privadas, pois é tarefa do Estado regular o direito ao ensino de qualidade.

Não tenho a pretensão de fazer uma cronologia exaustiva do que ocorreu em 2011, mas quero apresentar alguns dados que ilustram o caráter massivo do movimento: mais de seiscentas escolas primárias e secundárias foram “ocupadas” pelos estudantes; a aprovação popular do presidente Piñera despencou de 44% em novembro/dezembro de 2010 para 26% em junho/julho de 2011, até então a mais baixa desde o retorno da democracia, segundo os levantamentos do Centro de Pesquisas Públicas (CEP); quase dois mil estudantes acabaram presos pelos *carabineros* [polícia] (*The fraught politics of the classroom*, 2011) e um jovem foi morto pela polícia; mais de 180 editoriais sobre os assuntos foram publicados pelos jornais *La Tercera* e *El Mercurio*, os principais periódicos relacionados com a educação (Cabalin, 2013); e a realização de uma paralisação nacional entre 24 e 25 de agosto convocada pela Central Unitária de Trabajadores (CUT). Nessas jornadas os chilenos voltaram a ouvir “panelaços” como protesto pela repressão policial — fato inédito desde o fim da ditadura.

O profundo convencimento popular, a ação pacífica

e organizada e as propostas do movimento estudantil de 2011 mudaram o mapa político sobre o debate da educação no Chile. O discurso da privatização deixou de ser politicamente aceitável, e até mesmo a direita teve de ceder em seu tradicional discurso em defesa do mercado. A educação como direito social a ser garantido passou a ser um acordo transversal comum a todos os setores políticos.

Em dezembro de 2011, junto a alguns companheiros do movimento estudantil e a outros concidadãos de maior idade, fundamos um movimento político chamado Revolução Democrática. A ideia era ampliar o horizonte de luta para além do espaço universitário, vislumbrando seguir nesse caminho de ação política a partir e com a cidadania, para influir de forma efetiva nos processos políticos que o país começava a vivenciar: um Chile que buscasse transformações profundas de seu sistema e não apenas a administração das políticas públicas existentes, que reproduziam desigualdade.

O desafio não foi simples: o espaço para a construção de um referencial político de esquerda a partir da cidadania mal começava a se abrir. O Chile finalmente conseguia entender a lógica da organização social e da articulação cidadã como meio de pressão a favor de demandas históricas. Mas, para ser, de fato, uma opção que pudesse disputar o poder formal com a intenção de devolver à cidadania o poder que havia perdido, tornava-se necessário pensar na construção de uma organização interna realmente participativa e democrática. Deveríamos construir tal espaço a partir de uma idealização, pois não havia muitos referenciais prévios aos quais pudéssemos recorrer. As gerações políticas que nos antecederam tinham embarcado somente em projetos políticos tradicionais, e não foram capazes de autocritica, desvinculando-se da cidadania. Tinham sido espectadores e cúmplices do projeto de outros, mas nunca protagonistas inovadores. Desde os anos 1990, como

dissemos, o Chile havia recuperado a democracia formal, mas não era uma democracia real.

Para que nosso projeto político fosse realmente de esquerda, deveríamos conciliar as formas e as vitórias do movimento social que nos viu nascer, e, além disso, observar as formas de viabilização real do nosso projeto transformador. Em 2013, nossa principal liderança estudantil, Giorgio Jackson, concorreu às eleições parlamentares junto com outros três dirigentes emblemáticos de 2011 e 2012: Camila Vallejo, Karol Cariola e Gabriel Boric. Em 2014, os quatro conseguiram cadeiras no Congresso, e pela primeira vez nos submetemos ao exercício ativo da participação dentro das estruturas de poder formal. Lentamente percebemos que o desafio da esquerda é elaborar projetos que pensem em um modelo inovador. Caso contrário, caímos no erro de limitar nossas ações a um remendo defeituoso do modelo — uma vez que está profundamente arraigado na maneira como interagimos como cidadãos. Para construirmos justiça social, devemos promover mudanças reais e radicais, além de planejar uma realidade diferente e sem precedentes.

Nas mesmas eleições, Michelle Bachelet voltou a se candidatar, desta vez com um programa de governo marcadamente reformista, cuja principal promessa consistia na reforma do ensino e, junto com ela, uma reforma tributária que permitisse financiar a qualidade e a gratuidade do ensino mediante o aumento da arrecadação de impostos. O programa surgiu das demandas cidadãs como resposta às reivindicações de 2011, e congregou o novo pacto para a condução do governo, chamado Nova Maioria, que era o antigo pacto da Concertación, mas com a adesão do Partido Comunista.

Logo no início do segundo governo de Bachelet, porém, começou a surgir uma série de casos de corrupção

ligados aos dirigentes da coligação de Piñera e a vários políticos em exercício da Concertación. Isso causou uma indignação que cresceu rapidamente, chegando ao seu momento mais grave no final de 2013, quando o filho da presidente, que exercia o cargo equivalente ao de primeira-dama, foi flagrado em negociações nas quais tirou proveito da influência e posição da mãe para assinar um negócio milionário.

Diante desses fatos, a crise de legitimidade política aprofundou-se e o programa de governo de Michelle Bachelet se viu fortemente abalado. Ficou claro que os políticos apoiaram sua campanha não eram realmente favoráveis às reformas: utilizaram o capital político de Bachelet para serem eleitos e, à medida que este desapareceu, também desapareceram suas intenções de cumprir o programa de governo apresentado em campanha. Evidencia-se, assim, o oportunismo de grande parte das lideranças dos partidos da Nova Maioria, que haviam usado o apoio e as demandas do movimento social, e, assim que lograram retomar o Estado, voltaram a administrá-lo da mesma maneira que nos anos da transição. Quando tiveram a oportunidade de implantar as reformas, fizeram-no de maneira explícita, inclusive boicotando vários desses projetos no âmbito da administração.

A Revolução Democrática — partido ao qual pertencço — é uma espécie de laboratório de tudo que dissemos que a nossa geração deveria transformar e como devemos agir. Formulamos uma proposta que pudesse representar a legítima indignação dos cidadãos diante dos abusos do poder econômico e político e os conflitos de interesse em que nossas autoridades têm incorrido. Tudo isso propomos com a convicção de que os cidadãos, como protagonistas, devem tomar as rédeas da indignação e canalizá-la de maneira construtiva para conseguirmos mudar nosso país de uma vez por todas. Em 2016 decidimos dar um passo à frente e passar de movimento a um partido legalmente

inscrito. Para tal, tivemos de conclamar a cidadania e perder o medo de militar. Sob o lema de campanha “Mudemos a história”, convocamos o Chile para se juntar a este projeto político que nasceu da organização social. Em três meses conseguimos recolher a assinatura de mais de 100 mil eleitores, o que nos permitiu inscrever como partido político em quatro das quinze regiões do Chile.

Nossa origem na sociedade civil nos ajuda a não perder a noção da importância da participação real e da implementação de práticas democráticas que nos permitam incorporar os anseios e os pensamentos da sociedade. Mas não é fácil abrir os processos deliberativos internos — todas as nossas decisões estratégicas são tomadas em votações universais —, pois isso leva igualmente a uma abertura de poder. Todos os que somos lideranças perdemos parte do poder quando abrimos o debate. Essa abertura é gratificante, porém torna mais demorada a condução dos processos. Fizemos a promessa de agir através da participação democrática e hoje devemos buscar formas de conectar essa ação com o exercício do poder nos espaços representativos formais que conquistamos e, além disso, incorporar temáticas que pressionem a sociedade com a urgência que requerem para a transformação do cotidiano.

Parte do desafio da construção de um novo referencial de esquerda consiste em assumir as dívidas históricas das gerações passadas em termos de direitos fundamentais, como saúde, educação, moradia, condições de trabalho, aposentadoria etc., mais presentes do que nunca, com maior evidência em períodos de crise, como o atual. Podemos acreditar que avançamos em muitos desses temas, mas no dia a dia dos cidadãos do nosso continente a falta de acesso a esses direitos básicos provoca uma profunda violência dissimulada, que

acaba excluindo a grande maioria da sociedade por falta de proteção social e gera profundas desigualdades em relação às condições financeiras das elites por conta da concentração de poder econômico.

Além das dívidas históricas, a incorporação do meio ambiente como fator-chave nas possibilidades de sobrevivência da espécie humana e, conseqüentemente, a extração dos recursos naturais e a soberania sobre o território em disputa entre empresas e comunidades são tensões relativamente novas para a esquerda, e seus desdobramentos são essenciais para um modelo de desenvolvimento que promova a igualdade social.

A igualdade de gênero tem sido tratada, mais do que nunca, como uma luta de todos os cidadãos em defesa da justiça social. Embora seja uma causa emblemática do feminismo, pela primeira vez o papel da mulher tem sido colocado na dimensão que merece: uma luta de toda a sociedade e não especificamente de uma minoria — o que seria descabido, uma vez que as mulheres representam a metade da população mundial. Para estabelecer paridade e igualdade social de fato, devemos repensar absolutamente toda a estrutura heteronormativa e patriarcal ultrapassada, propondo uma reestruturação radical e inovadora, e deixando para trás as restrições e a superficialidade com que tem sido tratada esta reivindicação. Eu mesma fui testemunha do enraizamento da cultura machista em mim e nos demais membros do partido. Todos acreditamos que devemos abrir nossas estruturas à participação das mulheres, mas, para isso, tivemos de lutar contra nossa própria mentalidade. Afortunadamente, hoje estamos conscientes de nossas limitações, mas no dia a dia é difícil lidar com situações tão simples como colaborar com as companheiras que têm filhos na realização de reuniões e assembleias, por exemplo.

Além da luta pela igualdade entre os gêneros, devemos levar em conta a diversidade sexual em todas as suas

variações. Hoje, os conceitos tradicionais de gênero, família e reprodução são diferentes: os jovens nos mostraram que as amarras às quais o ser humano foi submetido em termos de construção de gênero são restritivas e não permitem o desenvolvimento harmonioso e satisfatório dos cidadãos.

Para combater a concentração e a centralização de poder político não basta abrir novos espaços de poder àqueles territórios que não detêm o desenvolvimento histórico das principais urbes, mas repensar nossa distribuição territorial e democratizar a influência de seus habitantes. Como partido, tivemos um trabalho árduo com vistas a solucionar os problemas de nossa descentralização interna. Fizemos um esforço para expandir atividades para outras regiões e utilizar ferramentas tecnológicas para conectar em rede os militantes de zonas longínquas, mas ainda temos muito a fazer. Desconcentrar o poder significa, igualmente, confiar no outro e dar autonomia aos territórios para que promovam suas agendas locais.

Também é de fundamental importância considerar dentro das dívidas da esquerda chilena a histórica demanda dos Mapuche. Esse povo indígena, que resistiu à colonização espanhola, hoje sofre com a invasão das suas terras e a assimilação cultural. Fizemos bem pouco para enfrentar esta injustiça e propor um marco institucional que reconheça a soberania da nação mapuche.

A convergência das causas aqui expostas se reflete nas demandas por uma Assembleia Constituinte em que os cidadãos e cidadãs do país possam pensar sua Carta com ampla participação política, sem os limites impostos pela ditadura. Dessa forma, as reivindicações dos partidos políticos, movimentos sindicais, feministas, ambientalistas e estudantis chilenos encontram na Assembleia Constituinte um ponto de encontro.

Tudo que podemos refletir em relação a essas temáticas — e a novas que poderão surgir com a mudança de paradigmas — será insuficiente caso nossa geração seja incapaz de se adaptar aos códigos das futuras gerações. A tecnologia e o acesso à informação provocaram uma fissura geracional, possivelmente a maior e mais drástica da história. A informação, hoje, flui mais rápido, e os códigos de comunicação são absolutamente diferentes. As novas gerações estão mudando paradigmas. Devemos propormos a construção de um novo projeto político a partir de suas lógicas, uma vez que serão elas a dominar o conhecimento no futuro.

A fraternidade e a empatia são valores que perdemos ao longo do tempo, e o desafio de reincorporá-las em nossa ação política deve ser a chave para uma prática política participativa, que é a única forma possível de estabelecer uma relação de convivência entre grupos políticos distintos.

Na maioria dos casos, a classe política da esquerda latino-americana estabelece sua plataforma política na resolução prioritária de problemas estruturais e de programas sociais. Quando pensamos na manutenção e no fortalecimento da democracia, inevitavelmente dirigimos nossa atenção às estruturas de representação formal e, de maneira reducionista, estabelecemos os termos da disputa como um conjunto de melhorias do funcionamento das instituições na estrutura organizacional do Estado.

Nesse ponto específico, gera-se um dos maiores problemas do nosso exercício político: acreditamos na participação e defendemos a democracia, mas não sabemos como ampliar a participação, pois parece que o conceito de democracia ficou restrito em relação ao desafio a que nos propomos. O contexto atual é completamente diferente daquele que viu nascer as respostas clássicas à luta da esquerda: hoje a participação exigida pelos cidadãos é mais profunda e requer uma velocidade vertiginosa. O acesso

e a disseminação da informação são um desafio para a representação política tradicional, pois a distância que havia entre o representante e seus representados é agora uma versão antiga e estanque do fazer político. É preciso reincorporar ativamente a cidadania em um processo permanente de co-construção de um novo projeto político, mas ainda não conseguimos assimilar essa nova concepção de democracia nem a necessidade de apresentar soluções no ritmo exigido pela nova sociedade.

A única forma de gerar as transformações condizentes com a ideologia de esquerda é a partir da configuração de um novo mundo onde outras normas, leis e dinâmicas de relacionamento possam se tornar reais, superando a estrutura atual. A esquerda hoje está preparada para construir estes mundos novos?

Referências bibliográficas

- CENTRO de Estudios Públicos. *Encuesta CEP Junio-Julio 2011. Estudio Nacional de Opinión Pública*, nº 64. Chile: Centro de Estudios Públicos, 2011.
- “THE FRAUGHT POLITICS of the classroom”, em *The Economist*, 29 out. 2011. Disponível em <<http://www.economist.com/node/21534785>>.
- CABALIN, Cristian. “‘Framing’ y políticas educacionales: Los medios como actores políticos en educación”, em *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, vol.19, nº 2, pp. 635-47, 2013. Disponível em <<http://revistas.ucm.es/index.php/ESMP/article/view/43463>>.

Estruturas incertas após uma falsa revolução: o Equador legado pela “década correísta”

Alberto Acosta
John Cajas Guijarro

*Os homens fazem a sua própria história;
contudo, não a fazem de livre e espontânea
vontade, pois não são eles que escolhem
as circunstâncias sob as quais ela é feita,
mas estas lhes foram transmitidas
assim como se encontram.*

Karl Marx, *O 18 de brumário de
Luís Bonaparte* [2011 [1852], p. 25]

O caudilho substitui as estruturas

Em 15 de janeiro de 2017 Rafael Correa completou dez anos como presidente do Equador. Muitas coisas aconteceram no período. Para alguns, o Equador “deixado” por Correa a Lenin Moreno em 24 de maio do mesmo ano é bem melhor que aquele que recebeu em 2007: tivemos uma “década ganha”.¹⁵ Para outros, o presidente entrega um país com os mesmos — e

¹⁵ MANCILLA, Alfredo Serrano. “Rafael Correa y su década ganada”, em *Rebelión*, 18 jan. 2016. Disponível em <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=207900>>.

velhos — *problemas estruturais*, sem haver implementado transformações profundas.¹⁶ Muitos, inclusive internacionalmente, consideram Correa um “socialista” moderno, para quem “o trabalho humano prevalece sobre o capital, mas, diferentemente do socialismo tradicional, [...] utiliza instrumentos para eliminar as tensões entre o trabalho e o capital”.¹⁷ Para outros, ainda, Correa não é nada mais que um modernizador do capitalismo equatoriano.¹⁸

Para além das múltiplas visões, a maneira correísta de governar transformou a imagem e a personalidade de sua “liderança” em objeto de análise: os holofotes, as críticas e as vozes se dedicaram à compreensão do “líder” da chamada “revolução cidadã” e ao debate sobre a natureza dessa “liderança”: socialista, reformista, autoritária, carismática, prepotente, desenvolvimentista, populista, entre muitos outros qualificativos.

Talvez esta seja uma das primeiras incertezas e, inclusive, um dos primeiros fetiches¹⁹ deixados pela década da “revolução cidadã”: em muitos casos, preferiu-se a análise profunda das estruturas sociais que estão por trás do correísmo para tentar compreender o

16 ACOSTA, Alberto & GUIJARRO, John Cajas. “La herencia económica del correísmo: una lectura frente a la crisis”, em *Rebelión*, 6 out. 2015. Disponível em <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=204109>>.

17 “Rafael Correa: los logros sociales de Ecuador se deben a la estabilidad política”, em *América Economía*, 24 out. 2014. Disponível em <<http://www.americaeconomia.com/politica-sociedad/politica/rafael-correa-los-logros-sociales-de-ecuador-se-deben-la-estabilidad-poli>>.

18 SIERRA, Natalia. “Hasta que por fin confesó su sueño modernizador”, em *Plan V*, 21 jun. 2015. Disponível em <<http://www.planv.com.ec/ideas/ideas/que-fin-confeso-su-sueno-modernizador/pagina/o/1>>.

19 GUIJARRO, John Cajas. “Una introducción al fetichismo del progresismo ecuatoriano”, em *Rebelión*, 2 jan. 2015. Disponível em <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=193842>>.

caudillo — caminho incerto, já que, dez anos depois, sabemos que Correa é contraditório: por um lado, profere discursos pesados contra o capitalismo internacional, e até proclama que “a ordem mundial não é apenas injusta, é também imoral”;²⁰ por outro, lança mão da violência de Estado para entregar os recursos naturais do país ao capital transnacional,²¹ e até transforma o Estado em ferramenta para a acumulação de grandes grupos econômicos.²²

Sem dúvida nenhuma, a construção desta figura — messiânica para uns, catastrófica para outros — é um dos maiores sucessos estratégicos das forças que usufruíram do governo de Rafael Correa. Como resultado desse processo, surgiu o correísmo,

uma forma de dominação burguesa (também burocrática e oligárquica) que utiliza a figura e o poder concentrados em Correa — como um fetiche — para consolidar um “capitalismo progressista”, diferente (?) do “capitalismo neoliberal” convencional. Esse capitalismo, sob a sombra do “progresso” (e até mesmo do discurso “socialista”), moderniza a exploração da força de trabalho e da Natureza. Essa modernização inclui uma gestão

20 “Rafael Correa: el orden mundial no es solo injusto, es inmoral”, em *Telesur*, 13 jan. 2017. Disponível em <<http://www.telesurtv.net/news/Rafael-Correa-El-orden-mundial-no-es-solo-injusto-es-inmoral-20170113-0045.html>>.

21 ACOSTA, Alberto & CAICEDO, Francisco Hurtado. “De la violación del Mandato Minero al festín minero del siglo XXI”, em *Rebelión*, 30 jul. 2016. Disponível em <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=215028>>.

22 “Grandes grupos económicos: la década ganada”, em *Plan V*, 6 fev. 2017. Disponível em <<http://www.planv.com.ec/historias/sociedad/grandes-grupos-economicos-la-decada-ganada>>.

econômica “permissiva” e encorajadora do “consumismo” (exacerbado quando a acumulação está em crescimento).²³

Apoiando-se sobre a figura do presidente, o correísmo tornou menos visível o interesse de novos grupos dominantes acobertados pelo chamado “progressismo”. Longe dos holofotes, tais facções de classe tiveram maior facilidade para se movimentar, para acumular riqueza e para se impor aos velhos grupos de poder ou, simplesmente, pactuar com eles.

Em total oposição à construção estratégica de uma imagem caudilhista, tentaremos avaliar a década “progressista”, mas deixando de lado a figura de Rafael Correa. Analisaremos, antes, algumas *estruturas* e *incertezas* que a última década deixa para o Equador. Isso se mostra necessário, uma vez que o país apresenta uma combinação de situações — valorização do dólar, queda do preço do petróleo e aumento da dívida externa — que, graças à ausência de mudanças estruturais, poderiam derivar em um colapso social. As reflexões sobre o futuro mostram-se, pois, cruciais, ainda mais em meio a uma nova realidade mundial que já revelou um caso desalentador: a Grécia, um país incapaz de emitir moeda própria, que se pronunciou democraticamente — via referendo popular — contra os ajustes neoliberais, mas que, com o tempo, cedeu a esses ajustes.²⁴ E tudo isso nas mãos do

23 ACOSTA, Alberto & GUIJARRO, John Cajas. “Dialéctica de una década desperdiciada. Estridencias, orígenes y contradicciones del correísmo”, em *Rescatar la esperanza: más allá del neoliberalismo y del progresismo*. Barcelona: Entrepueblos, 2016, pp. 114-60. Disponível em <http://www.entrepueblos.org/files/RE_Acosta_Cajas.pdf>.

24 Ressaltamos particularmente o caso da Grécia, pois houve vozes que compararam o problema equatoriano à crise grega. Ver, por exemplo, “Ecuador, ¿camino a la recesión?”, em *Vistazo*, 17 out. 2015. Disponível em <<http://vistazo.com/seccion/pais/ecuador-camino-la-recesion>>.

mesmo governo que, em suas origens, se definiu como de “esquerda”...²⁵

A partir da análise estrutural que faremos a seguir, pretendemos também romper com a lógica dualista “progressismo *versus* neoliberalismo”. Não poderia, por acaso, acontecer que “progressistas” e “neoliberais” tenham interesses *estruturais* comuns? Possivelmente, uma reflexão crítica e estrutural sobre a interação entre ambas as forças políticas ofereça várias lições aos verdadeiros processos revolucionários que algum dia deverão nascer não apenas no Equador, mas em toda a América Latina.

Estruturas sociais e revolução: uma brevíssima digressão teórica

Quando falamos em *mudanças estruturais*, parece necessário entendermos o que são as *estruturas sociais*, e quando se *transformam*. Portanto, vamos pressupor que

as estruturas sociais resultam da interação humana, adquirem estabilidade com o tempo, sua existência torna-se independente de seus criadores e tendem a limitar a ação das pessoas. Essas estruturas sociais se dividem em muitos tipos, conforme a diversidade de resultados gerados pela interação humana (estruturas econômicas, políticas, culturais, ideológicas etc.).

A partir dessa definição, *podemos estabelecer quando há mudanças estruturais*. Assim, podemos pressupor que:

25 “La izquierda radical después de Syriza”, em *Viento Sur*, 18 fev. 2017. Disponível em <<http://vientosur.info/spip.php?article12233>>.

Uma mudança estrutural existe somente se forem preenchidas, simultaneamente, pelo menos as seguintes condições: i) transformam-se as limitações sobre a vida da sociedade; ii) as transformações são sustentáveis, independentemente da vontade dos indivíduos isoladamente.

Conforme o tipo de estrutura social, teremos um determinado tipo de mudança estrutural. Por exemplo, se as *estruturas econômicas* são afetadas, então teremos uma *mudança econômico-estrutural*; se, ao invés disso, as *estruturas políticas* são modificadas, teremos uma *mudança político-estrutural*, e assim sucessivamente.

Isso não significa que as mudanças estruturais sejam independentes umas das outras. Pelo contrário, todas as estruturas sociais estão interligadas, de modo que as alterações em uma estrutura provocam reações sobre as outras. E o resultado final das mudanças estruturais dependerá das condições históricas concretas de uma sociedade, sem que necessariamente uma estrutura se imponha às demais — como, de forma recalcitrante, pressupunha o marxismo ortodoxo ao se apoiar sobre os conceitos de estrutura e superestrutura.

Da mesma forma, isso não significa que uma *mudança estrutural* será por si mesma boa ou ruim. Ou seja, pode haver mudanças estruturais com resultados nefastos. Um exemplo disso é a burocratização da antiga União Soviética após as mudanças estruturais do bolchevismo, processo que teve como consequência a deslegitimação do “socialismo real” em “socialismo científico”. Do mesmo modo, as *mudanças estruturais* não necessariamente implicam uma *mudança revolucionária*. Para efetuar essa distinção é necessário definir o que é revolução: tarefa problemática, pois, conforme assinala o filósofo tcheco-austriaco Karl Kautsky, existem poucos conceitos sobre os quais haja tanta controvérsia quanto o de “revolução”. Tal controvérsia não é um acaso, pois o conceito de “revolução” é um dos que

mais se opõem aos interesses e preconceitos vigentes numa sociedade.²⁶

Para não complicar — e para sofisticar a análise —, apresentamos algumas reflexões de Karl Marx sobre esse tema. Concretamente, Marx, em texto de 1859, menciona que as contradições na estrutura econômica abrem espaços para o surgimento de uma “revolução social” que modifica as demais estruturas sociais. Com base nessa ideia e combinando-a com a ideia de estrutura social acima referida, pressupomos que

uma revolução é uma mudança integral das estruturas sociais que reduz as limitações da vida das pessoas — as “liberta” — e é sustentável no tempo independentemente da vontade dos indivíduos isoladamente.

Estas breves conceituações sobre estruturas sociais e revolução oferecem um instrumento teórico com o qual poderemos avaliar — muito preliminarmente — o processo “progressista” equatoriano entre 2007 e 2017, e especificamente se a “revolução cidadã” atende aos elementos que permitem compreender as noções de mudanças estruturais e de revolução. Assim teremos argumentos para afirmar que a década correísta não foi revolucionária. Além disso, soa paradoxal, mas é justamente a ausência de uma verdadeira revolução o principal motivo para que, a médio prazo, o país entre em colapso — caso não haja mudanças estruturais urgentes.

Usando os critérios que acabamos de expor, faremos uma avaliação — muito preliminar, como já frisamos — das seguintes estruturas políticas, ideológicas e

26 Karl Kaustky (1902). *The social revolution*. Disponível em <<https://www.marxists.org/archive/kautsky/1902/socrev/index.htm>>.

econômicas da sociedade equatoriana, dividindo as últimas em estruturas de produção e de distribuição. Finalmente, concluiremos revisando em conjunto o que foi alterado e o que permaneceu inalterado nessas estruturas para verificar, como já dissemos, que a década correísta não promoveu nenhuma mudança revolucionária no país.

Estruturas políticas: um Estado que criminaliza e impõe sua ordem

Nos anos 1980, 1990 e inclusive no início de 2000, o Estado no Equador foi enfraquecido tanto pelo embaite das políticas neoliberais clássicas quanto pelas lutas populares — especialmente a dos movimentos indígenas e sindicais. Basta recordar que, entre o retorno da democracia, em agosto de 1979, até antes da chegada do correísmo ao poder, em janeiro de 2007, o país chegou a ter onze presidentes (sem contar uma presidenta que permaneceu no cargo apenas algumas horas), dos quais somente três completaram o mandato de quatro anos.

Isso mostra que antes do correísmo as classes dominantes do Equador viviam uma *crise de hegemonia*, ou seja, não eram capazes de impor seu poder de forma consensual às classes dominadas. A luta social chegou a desafiar — em janeiro de 2000, sobretudo — toda a “institucionalidade” do Estado mediante uma confusa conjunção do movimento indígena com participação militar. Algo similar aconteceu em 2005, quando, ao grito de *¡que se vayan todos!*, os protestos — na ocasião impulsionados pelas classes médias, e sobretudo na cidade de Quito — passaram a não aceitar a transferência de poder do presidente deposto ao então vice-presidente.

Tamanha conflituosidade, acumulada por décadas,

possibilitou que novos aspirantes ao poder, junto com algumas facções dos velhos grupos dominantes, aproveitassem as circunstâncias. Esses grupos impuseram seu projeto político após a vitória de Rafael Correa, apropriando-se do discurso da esquerda e revestindo-o com uma suposta visão “moderna” de socialismo e “progresso”, e, inicialmente, aproveitando-se do apoio de lideranças e movimentos sociais que há anos lutavam contra o neoliberalismo e o colonialismo — ainda tão vigente em nossos dias.

A partir dessa dinâmica, e aproveitando a luta popular acumulada ao longo dos anos, o correísmo fez movimentos oportunos para consolidar uma importante mudança política: em seus primeiros anos, reconstruiu a hegemonia das novas e velhas classes dominantes instaladas no Estado e, além disso, conferiu ao aparelho estatal uma maior capacidade de exercer o poder coercitivo de forma autoritária quando fosse necessário. Os inúmeros casos de criminalização do protesto social registrados na década correísta são evidência deste “sucesso”. De acordo com Karla Calapaqui, houve mais de noventa casos de criminalização do protesto social, envolvendo mais de oitocentas pessoas. Ao menos três pessoas morreram pelas mãos de agentes do Estado: uma durante os protestos (Bosco Wizuma) e duas assassinadas no contexto da luta antimineração (Freddy Taish e José Tendetza).²⁷ A contagem inclui:

27 CALAPAQUI, Karla. *Criminalización de la protesta 2007–2017: las víctimas del correísmo*. Disponível em <<http://cedocut.org.ec/criminalizacion-de-la-protesta-2007-2017-las-victimas-del-correismo/>>.

- vinte casos registrados como “terrorismo”, “sabotagem” ou ambos;
- doze casos registrados como “ataque”, “resistência” ou ambos;
- dez casos registrados como “paralisação de serviços públicos”;
- cinco casos registrados como “rebelião”;
- quatro casos registrados como “atentado contra a segurança do Estado”;
- três casos registrados como “obstrução de vias públicas”; e
- outros casos com múltiplos registros: “injúrias”, “falsos testemunhos” e “danos morais” ao presidente; “tentativa de organização terrorista”; “aplaudir” no meio de protestos; “desacato à autoridade”; “instigação”; e até por “tráfico ilícito de armas de fogo, armas químicas, nucleares ou biológicas”.²⁸

Em meio a um conjunto de casos como esses, verificamos que a principal acusação usada pelo correísmo contra o protesto social foi de “sabotagem” ou “terrorismo”, com penas de até doze anos de prisão. Esse é o resultado das alterações legais implementadas com o Código Orgânico Integral Penal, especialmente em 2014, quando são incluídos novos delitos “contra a segurança pública”.²⁹ A esse respeito, podemos ainda mencionar as reformas constitucionais impostas pelo correísmo no final de 2015, entre as quais se incluem: restrição dos mecanismos

28 “¿El caso Sampedro, otro plato de justicia a la carta?”, em *Plan v*, 10 fev. 2016. Disponível em <<http://www.planv.com.ec/historias/politica/el-caso-sampedro-otro-plato-justicia-la-carta>>.

29 “El Código Penal tipifica nuevos delitos políticos”, em *El Comercio*, 3 set. 2014. Disponível em <<http://www.elcomercio.com/actualidad/codigo-penal-tipifica-nuevos-delitos.html>>.

de consulta popular; atribuição de tarefas de segurança interna às Forças Armadas; definição da comunicação como um serviço público, a fim de que o Estado pudesse controlá-la; retirada de direitos dos servidores públicos; reeleição indefinida; repasse de competências dos governos municipais ao governo central (centralização); e redução da função fiscalizadora da Controladoria, entre outras mudanças.³⁰ Soma-se a isso também a forte repressão contra os protestos que aconteceram em oposição a tais emendas.³¹

Além dessas mudanças legais, cabe mencionar vários casos de violação de direitos, controle e limitação da informação e até ações diretas visando ao enfraquecimento das classes trabalhadoras e dos movimentos sociais.³² Como podemos observar, o correísmo instrumentalizou várias mudanças político-legais no país, sob a lógica de um Estado que se impõe pela força. Talvez o exemplo mais dramático dessa dinâmica sejam os deslocamentos de populações inteiras em benefício de projetos extrativistas, sobretudo de grandes projetos de mineração: a megamineração.

Como resultado do interminável procedimento de conquista e colonização, “novos processos de destituição

30 “Las enmiendas a la Constitución”, em *Montecristi Vive*, 26 jan. 2015. Disponível em <<http://montecristivive.com/las-enmiendas-a-la-constitucion/>>.

31 “Protestas contra enmiendas dejan al menos 18 manifestantes detenidos y 13 policías heridos”, em *Ecuavisa*, 4 dez. 2015. Disponível em <<http://www.ecuavisa.com/articulo/noticias/nacional/123466-protestas-contras-enmiendas-dejan-al-menos-18-manifestantes>>.

32 ACOSTA, Alberto & GUIJARRO, John Cajas. “Ocaso y muerte de una revolución que al parecer nunca nació. Reflexiones a la sombra de una década desperdiciada”, em *Rebelión*, 22 set. 2016. Disponível em <<http://www.rebelion.org/docs/216525.pdf>>.

encontram-se em andamento, como na comunidade shuar de Nankintz, localizada em uma parte mais ao norte da Cordilheira do Condor, onde as empresas chinesas Tongling e CRCC pretendem implementar um megaprojeto chamado Panantza-San Carlos, duas vezes maior que o de Mirador. De fato, no dia 11 de agosto de 2016, centenas de militares e policiais entraram nessa área para desalojar famílias shuar de seu território ancestral. A maioria dessas famílias e comunidades desalojadas da Cordilheira do Condor ainda não pode achar um abrigo, encontra-se emocionalmente vulnerável e está impossibilitada de manter seu modo de vida camponês ou indígena”.³³

O correísmo também produziu mudanças nos espaços de exercício da política. Por um lado, pulverizou vários partidos tradicionais, mas nem todos — o Partido Social Cristão e a renascida Esquerda Democrática, partidos de antigamente, ainda concorrem por espaços de poder —, e alçou o movimento Aliança País como a principal força político-eleitoral por mais de dez anos. Por outro lado, o correísmo enfraqueceu as forças políticas populares ou de esquerda, que em outros tempos teriam desestabilizado o regime, como, por exemplo, o movimento indígena e os movimentos sindicais. Nesse último caso, a estratégia correísta incluiu a criação de seus próprios movimentos, a realização de contramarchas, perseguições e criminalização, apelando, inclusive, para os serviços da Secretaria Nacional de Inteligência.

Por tudo isso, parece que o correísmo conseguiria consolidar sua reconstrução hegemônica — mas há nuances. Desde 2014, o governo vem sofrendo um importante desgaste político, e já nas eleições de fevereiro

33 SACHER, William. *Ofensiva Megaminera china en los Andes: acumulación por desposesión en el Ecuador*. Quito: Fundación Rosa Luxemburg & Abya-Yala, 2017.

o regime sofreu um significativo revés ao perder a prefeitura de Quito, capital do país.³⁴ No mesmo ano, as movimentações de indígenas e trabalhadores recomeçaram com força redobrada, com a convocação de protestos de rua. Em 2015, o correísmo enfrentou uma série de marchas da oposição, incluindo a manifestação indígena que terminou com a prisão de aproximadamente duzentas pessoas.³⁵ Depois disso, em 2016, a crise econômica — sobre a qual falaremos adiante — comprometeu ainda mais a força política do governo, junto com vários casos de corrupção, como os que envolveram a estatal petrolífera equatoriana Petroequador³⁶ e a empreiteira brasileira Odebrecht.³⁷ Em 2017, após um processo eleitoral repleto de irregularidades,³⁸ o correísmo se manteve no

34 “Correa acepta revés en Quito y Guayaquil al conocer resultados extraoficiales”, em *El Tiempo*, 23 fev. 2014. Disponível em <<http://www.eltiempo.com.ec/noticias/ecuador/4/329157/correa-accepta-reves-en-quito-y-guayaquil-al-conocer-resultados-extraoficiales>>.

35 OSPINA, Pablo; MANCERO, Mónica; BURNEO, Cristina & CUVI, Juan. “Sobre el agotamiento del progresismo: el caso de Ecuador”, em *Rebelión*. Disponível em <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=204564>>.

36 “Rafael Correa: Lo sucedido en Petroecuador ‘es el hecho más grave de corrupción’”, em *El Universo*, 8 nov. 2016. Disponível em <<http://www.eluniverso.com/noticias/2016/11/06/nota/5891332/es-hecho-mas-grave-corrupcion>>.

37 “Constructora Odebrecht pagó sobornos en Ecuador, anuncia Departamento de Justicia de EE.UU.”, em *El Universo*, 21 dez. 2016. Disponível em <<http://www.eluniverso.com/noticias/2016/12/21/nota/5965135/constructora-odebrecht-pago-sobornos-ecuador-anuncia-fiscal-estados>>.

38 ACOSTA, Alberto & GUIJARRO, John Cajas. “Juego de Tronos: Lucha de derechas ecuatorianas del siglo XX y XXI”, em *Rebelión*, 22 fev. 2017. Disponível em <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=223220>>.

poder, mas a sua legitimidade — e, por conseguinte, sua hegemonia — começa a entrar em crise. Mesmo depois dos resultados “sombrios” do segundo turno eleitoral, disputado entre o candidato governista Lenín Moreno e o banqueiro Guillermo Lasso, protestos irromperam novamente,³⁹ em meio a abusos e atropelos cometidos pelo correísmo, que chegou a emitir ordens de busca contra uma empresa de pesquisas de opinião “por modificação dolosa de pesquisas”.⁴⁰

Após mencionar algumas — não todas — mudanças políticas do correísmo, bem como a instabilidade destas ao longo dos últimos anos, podemos fazer uma breve avaliação de como tais mudanças afetaram a vida social e se elas são sustentáveis.

É claro que as mudanças possibilitadas pelo correísmo aumentaram drasticamente as limitações da vida popular, especialmente no que se refere à criminalização do protesto social. Com relação aos movimentos sociais, o impacto foi drástico, ao ponto de muitas organizações terem praticamente desaparecido e outras estarem lutando para sobreviver. Configura-se no Equador um Estado repressivo.

Quanto à sustentabilidade das mudanças, podemos dizer que algumas, sobretudo as legislativas, parecem duradouras, pois dificilmente um governo que não esteja alinhado com os interesses populares conseguirá desmontar todo o aparelho coercitivo criado pelo correísmo para impor o poder do Estado. Tal sustentabilidade adquire maior sentido se levamos em consideração que os problemas

econômicos dos próximos anos possivelmente serão tratados com políticas impopulares de ajuste, que exigirão um Estado forte capaz de impô-las. No entanto, outras mudanças não serão perenes e, em muitos casos, especialmente com relação a partidos e movimentos políticos, como Aliança País, sua durabilidade é incerta e dependerá de como as correlações de forças resolverão o problema eleitoral de 2017.

Em resumo, poderíamos dizer que as mudanças políticas aplicadas pelo correísmo parecem ter sido estruturais em termos de uma legalidade e uma aparelhagem estatal repressiva, mas não parecem sê-lo no caso da continuidade da hegemonia eleitoral da Aliança País. O fato de que a reconstrução hegemônica que o correísmo tentou implementar junto com os grupos de poder que o apoiam recaia na incerteza de uma “fraude” eleitoral — mesmo que essa fraude não tenha ocorrido — deixa o grupo político em uma posição de fragilidade para os próximos anos. Paradoxalmente, quem poderia se beneficiar deste cenário, dependendo das circunstâncias, poderia ser o próprio Rafael Correa, mas isso só o tempo poderá definir.⁴¹

39 “El mapa postelectoral de la protesta en Ecuador”, em *Expreso*, 6 abr. 2017. Disponível em <<http://www.expreso.ec/actualidad/el-mapa-postelectoral-de-la-protesta-en-ecuador-XX1220312>>.

40 “Cedatos, allanada y con custodia policial”, em *La Hora*, 8 abr. 2017. Disponível em <[http://lahora.com.ec/index.php/noticias/show/1102047026/-1/Cedatos,_allanada_y_con_custodia_policial_\(VIDEO\).html#.WOoC1GnhDIU](http://lahora.com.ec/index.php/noticias/show/1102047026/-1/Cedatos,_allanada_y_con_custodia_policial_(VIDEO).html#.WOoC1GnhDIU)>.

41 Sobre algumas estratégias de Rafael Correa para reforçar sua imagem após a saída do governo, sobretudo internacionalmente, ver artigo de ACOSTA, Alberto & GUIJARRO, John Cajas. “Entre paraísos y fantasmas: cómo Correa prepara su futuro”, em *Rebelión*, 7 mar. 2017. Disponível em <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=223756>>.

Estruturas ideológicas: entre consumismo, propaganda e meios

Apesar de o correísmo ter instrumentalizado uma série de estruturas político-legais voltadas a criminalizar o protesto social, foi capaz de manter um importante apoio popular. Mais do que isso, apesar do desgaste político dos últimos anos, ganhou novamente a maioria da Assembleia Nacional nas eleições de 2017⁴² e, com ou sem suspeitas de “fraude”, continua lutando por espaços importantes nas disputas eleitorais. Se porventura um governo correísta ilegítimo vier a se consolidar no país, certamente haverá muitas pessoas que o apoiarão.

Cabe perguntar, portanto, como o correísmo sustentou a popularidade ao longo de tantos anos, apesar de todos os embates que manteve, por exemplo, com os movimentos sociais. O militante equatoriano Francisco Rhon Dávila oferece uma explicação:

Uma das transformações mais importantes da sociedade atual é que, em sua essência, ela é consumista. E, se esse consumo foi incrementado, isso se deveu a um importante fluxo de recursos monetários. O eixo da circulação monetária é o governo, que reforça o imaginário do consumismo. Isso cria indivíduos que pensam no presente para consumir; que não pensam no futuro e, por isso, também não [pensam] em um projeto histórico de Estado nacional. [...] O governo tem um discurso de estabilidade e [diz] que apenas ele torna possível que a sociedade cumpra seu sonho: consumir. Se isso se faz com um maior ou menor autoritarismo, com maior ou

⁴² “Alianza PAIS tiene mayoría en la Asamblea Nacional de Ecuador”, em *Telesur*, 20 fev. 2017. Disponível em <<http://www.telesurtv.net/news/Alianza-PAIS-tiene-mayoria-en-la-Asamblea-Nacional-de-Ecuador-20170220-0037.html>>.

menor centralização de poder, não é uma questão que mobilize as pessoas. A pessoa só pensa que amanhã ela poderá ir ao shopping e comprar aquilo que deseja.⁴³

Ou seja, o correísmo ganhou apoio consolidando uma *ideologia consumista*. Essa ideologia ressoa, por exemplo, nas classes médias que atingiram certa estabilidade econômica, e para as quais a criminalização do protesto social e outros atropelos do governo são percebidos como algo longínquo ou até mesmo como um “mal necessário”. Ressoa também nas pessoas que foram diretamente beneficiadas pelos programas correístas, muitas vezes usados de maneira clientelista e intencionalmente dirigidos com fins eleitorais. Podemos dizer ainda que a ideologia do consumismo — e, inclusive, uma ideologia da *dependência trabalhista* — ressoa em vários servidores públicos, tecnocratas, consultores, jornalistas e até professores, acadêmicos e “intelectuais” que se tornaram defensores acirrados do correísmo para garantir bons salários ou certo *status*.

Além da ideologia do consumismo, a *propaganda* foi outro instrumento aplicado — com muita força — pelo correísmo a fim de consolidar a sua imagem.⁴⁴ Segundo pesquisa de opinião da consultoria Infomedia do Equador, entre 2013 e 2015 o governo nacional foi o segundo maior anunciante em Quito e Guayaquil,

⁴³ “Cuando Correa no logre mover la lógica consumista entraría en crisis”, em *El Comercio*, 11 mar. 2012. Disponível em <<http://www.elcomercio.com/actualidad/politica/correa-no-logre-mover-logica.html>>.

⁴⁴ MACHADO, Decio. “Comunicación estratégica, marketing político, psicología de masas y control de la información en el régimen correísta”, 27 out. 2014. Disponível em <<http://deciomachado.blogspot.com/2014/10/comunicacion-estrategica-marketing.html>>.

gastando somente nessas duas cidades mais de US\$ 45 milhões em anúncios.⁴⁵ A isso podemos adicionar o estado de “campanha permanente” em que se manteve o próprio Rafael Correa, que, como já mencionamos, se converteu no *caudillo* que captou midiaticamente os holofotes. Essa dinâmica foi complementada com os *Enlaces Ciudadanos* [prestação semanal de contas] realizados pelo presidente todos os sábados — em 2017 já superavam as quinhentas edições. O correísmo usou o *culto à personalidad* de Correa de tal forma que se chegou ao ponto de compor cantos de despedida ao *caudillo* no final do mandato.⁴⁶

A propaganda correísta também tem sido efetiva internacionalmente: discursos “revolucionários” em vários espaços de diálogo global; documentários protagonizados por Correa⁴⁷ que, ao que parece, contaram com o patrocínio de empresas privadas como a Odebrecht;⁴⁸ estrelas de cinema vindo ao Equador promover uma campanha contra a petrolífera Chevron, com cachês de mais de US\$ 6 milhões para a empresa MCSquared;⁴⁹ e, inclusive, professores anunciando para o mundo a ideia do “milagre”

45 VILLAFUERTE, Luis. “Incidencia del rating en la televisión abierta para la toma de decisiones comerciales de los anunciantes en las ciudades de Quito y Guayaquil en el período 2013–2015”. Disponível em <<http://repositorio.espe.edu.ec/bitstream/21000/12077/1/T-ESPE-053457.pdf>>.

46 “Rafael Correa, Nunca Te Voy a Olvidar”. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=TRRx2fYtUM>>.

47 *Ecuador, The Royal Tour*, produzido pela PBS. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=mn7dMzG-T2w>>.

48 “Odebrecht fue uno de los patrocinadores de The Royal Tour, video sobre Ecuador”, em *El Universo*, 22 dez. 2016. Disponível em <<http://www.eluniverso.com/noticias/2016/12/22/nota/5966113/odebrecht-fue-patrocinadoras-royal-tour-video-sobre-ecuador>>.

49 “Los pagos de MCSquared a las ‘estrellas’ de Hollywood”, em *Plan v*, 17 set. 2014. Disponível em <<http://www.planv.com.ec/historias/politica/pagos-mcsquared-estrellas-hollywood>>.

econômico equatoriano⁵⁰ apenas alguns meses antes da crise econômica de 2015–2016.

Além da propaganda, o correísmo adquiriu uma série de veículos de comunicação que lhe foram úteis para divulgar à população a imagem de um Equador “que já mudou”, de que a “pátria já é de todos nós” e muitos outros *slogans* oficiais. O Estado chegou a ter onze meios de comunicação audiovisuais, incluindo seis canais de televisão, situação que contrasta com a de 2007, quando o Estado tinha apenas uma rádio.⁵¹ Enquanto ia se incrementando o número de meios controlados pelo Estado, também se aumentou o controle — e até o fechamento violento — de veículos não estatais, particularmente os canais comunitários. Podemos mencionar ainda a criação da Superintendência de Comunicação (Supercom), através da qual o correísmo impôs multas exageradas a meios de comunicação e comunicadores — entre 2013 e 2016 foram instaurados mais de seiscentos processos contra veículos e jornalistas, com 462 sanções, dentre as quais 97,45% foram impostas a grupos privados.⁵² Em sintonia com a administração dos meios de comunicação estão as medidas tomadas

50 “Intelectual estadounidense William Black reconoció el milagro ecuatoriano”, em *El Ciudadano*, 22 mar. 2014. Disponível em <<http://www.elciudadano.gob.ec/intelectual-estadounidense-william-black-reconocio-el-milagro-ecuadoriano/>>.

51 “El poder mediático en manos del Estado y de un extranjero”, em *Plan v*, 29 fev. 2016. Disponível em <<http://www.planv.com.ec/investigacion/investigacion/el-poder-mediatico-manos-del-estado-y-un-extranjero>>.

52 “Medios de comunicación privados fueron los más sancionados desde el 2013”, em *El Comercio*. Disponível em <<http://www.elcomercio.com/actualidad/sanciones-mediosdecomunicacion-libro-diadelperiodistaecuadoriano-supercom.html>>.

pelo correísmo com relação às “redes sociais”: chegou-se a gastar milhares de dólares com a criação de perfis falsos para atacar opositores e, até mesmo, monitorar as atividades dos críticos do governo.⁵³

Como resultado da implantação de todo esse aparelhamento, o correísmo conseguiu impor uma imagem de “esquerda” em grande parte do imaginário coletivo, sobretudo entre as camadas populares. Dessa forma, tanto a imagem do *caudillo* “revolucionário” como a de um governo “revolucionário” foram resultantes de uma construção midiática alicerçada em múltiplas frentes, como vimos até aqui, e em muitas outras mais. Tal resultado deu ao correísmo a capacidade de deslegitimar e esvaziar o conteúdo do discurso dos grupos que poderíamos considerar verdadeiramente esquerdistas e populares. Adjetivos como “esquerdistas e ambientalistas infantis”, “esquerda boba” e outros cunhados por Correa tornaram-se corriqueiros e foram divulgados pelos meios correístas. Junto com a campanha difamatória, o poder midiático do governo lhe possibilitou apropriar-se dos símbolos históricos da esquerda, dos cantos revolucionários aos conceitos. Um exemplo dramático é o uso do conceito de Bem Viver, que passou de ser um “horizonte de saída do capitalismo”⁵⁴ para se tornar um simples slogan usado na obra pública do governo⁵⁵ — ou seja, um dispositivo de poder.

53 “Troll center: derroche y acoso desde las redes sociales”, em *Mil Hojas*, 24 mar. 2015. Disponível em <<http://milhojas.is/612261-troll-center-derroche-y-acoso-desde-las-redes-sociales.html>>.

54 ACOSTA, Alberto. “Repensar el mundo desde el Buen Vivir”, em *Degrowth*, ago. 2016. Disponível em <https://www.degrowth.de/wp-content/uploads/2016/06/DIB_Buen-Vivir_es.pdf>.

55 “Los cuenteros del buen vivir”, em *Plan V*, 27 out. 2015. Disponível em <<http://www.planv.com.ec/investigacion/investigacion/cuenteros-del-buen-vivir>>.

Em suma, todos os mecanismos analisados — consumismo, propaganda nacional e internacional, meios de comunicação próprios, descrédito da esquerda e apropriação de seus símbolos — ajudaram o correísmo a manipular a vida da população, criando uma falsa imagem de esquerda e de “progresso”, e enfraquecendo as propostas realmente populares. Nesse sentido, as limitações à população aumentaram ao invés de diminuir. Da mesma forma, a liberdade de expressão e o acesso à informação foram se restringindo de acordo com os interesses do governo.

De maneira semelhante às mudanças políticas, em termos ideológicos houve transformações que podem ser duradouras, como, por exemplo, o uso do poder midiático do Estado para impor uma lógica útil aos presidentes que sucedam Rafael Correa — nenhum governo desejaria abandonar tal capacidade midiática, ainda mais se precisar manter boa imagem no momento em que aplicar políticas antipopulares de ajuste. Já a deterioração da imagem da verdadeira esquerda perante a população será duradoura, ainda mais porque vários grupos de esquerda acabaram convergindo com projetos da velha direita. Isso deverá enfraquecer ainda mais os movimentos de esquerda, pelo menos nos próximos anos. Aliás, em termos ideológicos, essa talvez tenha sido a maior vitória do correísmo.

Juntando a avaliação das mudanças políticas e ideológicas, observa-se que a década correísta criou um cenário bastante complicado. No plano político, o correísmo legou várias estruturas — legais, inclusive — que poderão ser úteis para reprimir a população quando se decida aplicar programas antipopulares em meio à crise econômica. Nesse contexto, o poder midiático do Estado construído pelo correísmo poderia ser utilizado para “vender” programas de ajuste como “a única saída para a crise”.

Além disso, no âmbito internacional, haveria a possibilidade de continuar mantendo uma falsa imagem do Equador aos olhos do mundo. Em termos político-ideológicos, portanto, o correísmo não gerou nenhuma revolução, mas sim plantou as sementes de um Estado autoritário em que nem os mecanismos próprios da democracia formal são respeitados.

Tal resultado busca sustentar o projeto político de grupos que, em meio à crise, já não poderão apelar a um “Estado benfeitor” como instrumento para potencializar seus processos de acumulação. Aqui fica evidente, pois, que as estruturas político-ideológicas deixadas pelo correísmo encontram-se profundamente afetadas pelas estruturas econômicas, as quais analisaremos a seguir.

Estruturas econômicas: o pano de fundo de uma grave crise

Os choques que afetam as estruturas econômicas do país

Antes de aprofundarmos a análise sobre as estruturas econômicas do Equador, devemos levar em consideração os choques exógenos que golpeiam essa estrutura. Tais choques acabaram revelando vários problemas da economia equatoriana, que desde 2015 passou por uma importante desaceleração-contracção.⁵⁶

Talvez o choque de maior relevância para o Equador tenha sido a redução dos preços do petróleo. Enquanto em junho de 2014 o barril de petróleo equatoriano foi vendido

a um preço médio de US\$ 99, em janeiro de 2016 caiu para menos de US\$ 22 e, em janeiro de 2017, chegou a quase US\$ 45. A flutuação de preços provocou uma redução das exportações de petróleo equatorianas, caindo de US\$ 13,27 bilhões em 2014 para US\$ 6,66 bilhões em 2015, e chegando a US\$ 5,45 bilhões em 2016 — queda de US\$ 7,81 bilhões.

Além da queda dos preços e da contração nas exportações de petróleo, o Equador enfrenta a valorização de sua moeda — o dólar estadunidense — sem poder desvalorizá-la: enquanto em junho de 2014 um dólar equivalia, em média, a 0,74 euros, em dezembro de 2016 o dólar chegou a equivaler 0,95 euros — uma apreciação de 29%. A apreciação do dólar provocou uma perda de “competitividade” das exportações equatorianas não petroleiras, ainda mais depois que países vizinhos exerceram importantes desvalorizações monetárias. Como resultado, junto com problemas internos, as exportações equatorianas não petroleiras passaram de US\$ 12,44 bilhões em 2014 para US\$ 11,67 bilhões em 2015 e US\$ 11,33 bilhões em 2016 — queda de US\$ 1,11 bilhão no período.

Com o declínio das receitas do petróleo, as contas do setor público não financeiro foram severamente afetadas, e as perdas foram compensadas com uma dívida pública externa crescente. Se em junho de 2014 a dívida externa equatoriana chegou a US\$ 15,16 bilhões, em fevereiro de 2017 atingiu os US\$ 26,5 bilhões, representando, respectivamente, 14,8% e 26,3% do PIB. Desse montante, mais de US\$ 8 bilhões correspondem a obrigações que o Equador mantém com a China, situação que contrasta com o ano de 2010, quando o país praticamente não tinha débitos com o gigante asiático.

Embora o montante da dívida pública externa com relação ao PIB possa não parecer tão alto, os fatos de a economia equatoriana estar dolarizada e de suas reservas

56 Os dados usados a seguir provêm do Banco Central do Equador, Instituto Equatoriano de Estatísticas e Censos, Ministério de Finanças e Superintendência de Companhias do Equador.

internacionais estarem em um patamar extremamente baixo (em dezembro de 2016 chegaram a US\$ 4,25 bilhões) fazem com que a capacidade de pagamento das obrigações do país com o exterior se torne incerta. A isso se acrescenta o forte incremento da dívida pública interna, por meio da qual o correísmo obteve quase US\$ 12,5 bilhões, dos quais pouco mais de US\$ 7 bilhões correspondem a títulos do Estado adquiridos pela Seguridade Social — que também provê recursos para os fundos de pensão e de saúde. Podemos ainda incluir como dívida — embora a contabilidade oficial não o faça — os mais US\$ 5,2 bilhões que o governo adquiriu graças a títulos comprados pelo Banco Central do Equador, financiados basicamente com reservas internacionais.⁵⁷

Em meio ao endividamento crescente, o país sofre outro choque vindo do exterior: o aumento das taxas de juros internacionais promovido pelo Federal Reserve, o Banco Central dos Estados Unidos. Esse aumento, aliado à percepção nada otimista dos mercados financeiros com relação ao Equador, fez com que os créditos externos a que o país teve acesso se tornassem cada vez mais caros — além de já possuírem prazos curtos de pagamento. Em fevereiro de 2017, por exemplo, o país registrou uma dívida pública externa de US\$ 7,25 bilhões em títulos que, em média, têm uma taxa de juros de 9,66% ao ano e um prazo de pagamento de aproximadamente oito anos: situação dramática se lembramos que países como a Colômbia, o Peru e a Bolívia conseguem taxas de entre 4% e 5% e um prazo de dez anos. Até mesmo a dívida do Equador com a China tem um prazo médio de nove anos, com taxas que variam entre 6% e 8%.

57 “Banco Central del Ecuador entrega \$416 millones más de liquidez a Ministerio de Finanzas”, em *El Universo*, 2 mar. 2017. Disponível em <<http://www.eluniverso.com/noticias/2017/03/02/nota/6069817/banco-central-ecuador-entrega-416-millones-mas-liquidez-ministerio>>.

O aumento das taxas de juros e os prazos reduzidos de pagamento indicam que o Equador deverá destinar cada vez mais recursos para saldar a dívida pública externa, chegando a superar os fundos de investimento do governo em política social e em educação e saúde. Em 2013, por cada dólar que o governo destinava à saúde e à educação, 58 centavos iam para o pagamento da dívida; em 2016, porém, essa proporção se incrementou a US\$ 1,33: ou seja, o pagamento da dívida externa pública equatoriana é 33% maior que o investimento público em educação e saúde no país. Tal deterioração não era vista desde 2007, quando a proporção era de US\$ 1,38.

Percebe-se, assim, que os três choques externos — queda do preço do petróleo, apreciação do dólar e financiamento externo mais caro — geraram uma grave tendência à contração econômica: enquanto em 2014 o PIB equatoriano cresceu a uma taxa real de 4%, em 2015 o crescimento foi de apenas 0,2%, sendo as projeções oficiais para 2016 de uma contração de 1,7% — apesar de que, segundo o correísmo, no último trimestre de 2016 o Equador “superou a recessão”.⁵⁸

Os efeitos dos choques, porém, não prejudicaram apenas o crescimento econômico. Enquanto em 2014 a balança de pagamentos do Equador (saldo em dólares do país com o mundo, que é compensado com variações das reservas internacionais) apresentou um saldo negativo de US\$ 424 milhões, em 2015 esse saldo negativo elevou-se dramaticamente, chegando a US\$ 1,48 bilhão, embora o correísmo já tivesse implantado uma política agressiva de incremento da dívida pública. Por outro lado, em 2016 a balança de pagamentos registrou saldo positivo de US\$ 1,2 bilhão, o que não significa uma melhoria econômica:

58 “Ecuador: PIB interanual decreció 1,5% en el cuarto trimestre de 2016”, em *Medios Públicos*, 8 abr. 2017.

pelo contrário, parece refletir o fato de a economia equatoriana ter se tornado “menor”, uma vez que demandou menores quantidades de dólares do exterior.

Como veremos adiante, o setor produtivo, em particular, é altamente dependente de importações de insumos e “bens de capital”, sendo que a contração produtiva de 2016 se traduziu em uma contração das importações de *meios de produção*, pela qual a balança de pagamentos tornou-se positiva. Mas esse “ajuste” da balança de pagamentos por meio da contração econômica não é sustentável, considerando-se que uma economia menor implica menos emprego (entre dezembro de 2014 e dezembro de 2016, a taxa de emprego formal caiu de 49,3% para 41,2% da população economicamente ativa). Além disso, o país sustenta a emissão de dólares com uma crescente contratação de dívida, que cedo ou tarde deverá ser paga em sua totalidade — ou renegociada.

É assim que o Equador acaba vivenciando uma grave *crise econômica*, ou seja, uma interrupção — temporária — em seu processo de acumulação de capital. Como resposta à crise, dado o limite da dolarização, não podem ser aplicadas políticas expansivas anticíclicas, via emissão de moeda, que ajudem a enfrentar a retração da economia ou a falta de liquidez monetária — e destacamos a falta de liquidez monetária, pois grande parte da estrutura econômica é *informal* e se baseia na troca de moedas e notas físicas que não são facilmente substituíveis por mecanismos de geração endógena de recursos, como depósitos bancários.

Vemos então que a estrutura econômica equatoriana enfrenta uma situação extremamente complexa, onde os baques que recebe do exterior geram uma mistura ainda maior de dependência da dívida externa, de contração da estrutura econômica e até mesmo de uma forte *incerteza* sobre os níveis de liquidez monetária. No entanto, se a estrutura econômica do país tivesse sido melhor aparelhada,

possivelmente tais abalos não a teriam atingido tão gravemente nem causariam tanta incerteza, como tem ocorrido desde 2015. Em outras palavras, os choques externos não provocaram a crise econômica, apenas mostraram os problemas econômico-estruturais que o Equador vem enfrentando desde muito tempo, e que o correísmo sequer tratou com seriedade.

Estrutura de produção: uma transformação falida

Uma das principais características da estrutura de produção equatoriana é sua elevada dependência da importação de meios de produção, seja na forma de insumos ou de “bens de capital”. Acontece que, tanto em 2007 como em 2014, 22% das despesas com insumos relativas às atividades econômicas foram debitadas às importações. No caso particular da manufatura, esse componente importado foi maior, chegando a 31,3% em 2007 e a 31,5% em 2014. Os principais insumos utilizados nas atividades econômicas e que geram pressão nas importações do país são:

- “nafta e gasolina natural”, usadas na fabricação de derivados de petróleo;
- “produtos de ferro e aço”, usados na fabricação de produtos metálicos e não metálicos;
- “plásticos primários e borracha sintética”, usados na fabricação de produtos químicos, de borracha e de plástico;
- “veículos automotivos”, usados na fabricação de maquinário e equipamentos; e
- “produtos químicos básicos”, usados na fabricação de produtos metálicos e não metálicos.

Em 2014, estas cinco rubricas, sozinhas, retiraram do país US\$ 4,81 bilhões via importações de insumos para atividades produtivas, ou US\$ 2,89 bilhões, se desconsiderarmos os produtos derivados do petróleo.

Com relação à “formação bruta de capital fixo”, o peso das importações na despesa total em 2007 foi de 27%, caindo para 24% em 2014. No entanto, essa queda se deu porque durante o correísmo houve um forte crescimento da construção, cujo componente importado é mínimo. Se retirarmos esse segmento do item “formação de capital”, o peso do componente importado na economia passa de 67% a 68% entre 2007 e 2014. Ou seja, por cada dólar destinado à “formação de capital”, e desconsiderando a construção civil, quase 70 centavos são transferidos para fora do país via importações. Nesse caso, os produtos que geram uma grande pressão nas importações são:

- maquinário para usos gerais;
- veículos automotivos;
- maquinário e aparelhos eletrônicos; e
- maquinário para usos especiais (exceto de uso doméstico).

Apenas estas quatro rubricas retiraram do país em 2014 quase US\$ 5 bilhões em importações para “formação de capital”, sendo US\$ 3,46 bilhões se desconsiderarmos os “veículos automotivos”.

Como resultado da dependência importadora dos meios de produção, o peso dessas importações com relação ao PIB nos períodos de maior expansão econômica foi o mais alto da década. Por exemplo, enquanto em 2007 as importações de insumos, combustíveis e “bens de capital” representaram 19,6% do PIB, em 2013 esse montante atingiu 21,7%. De fato, em 2016, ano da contração econômica, o tamanho dessas importações contraiu de forma mais elevada, chegando a 12,6%. Tais percentuais representam uma tendência à saída

estrutural de dólares, devido ao fato de o Equador não poder deixar de importar insumos nem “bens de capital”, a menos que esteja em crise ou viabilize um projeto de transformação que lhe permita substituir as importações.

No entanto, além da dependência de importação de insumos e “bens de capital”, a estrutura produtiva equatoriana enfrenta um grave problema de *ausência de alterações técnicas* — e, portanto, de ausência de substituição de importações. Especificamente, ao revisar tanto os coeficientes técnicos nacionais (indicadores das demandas de insumos por cada unidade de produção) quanto o encadeamento para frente e para trás das atividades econômicas do país, as alterações são mínimas e, até mesmo entre 2007 e 2015, as atividades produtivas (agricultura, manufatura, construção e serviços produtivos) viram seus encadeamentos diminuir.⁵⁹

Outra mostra da ausência de mudanças na economia equatoriana se refere ao nível de *tecnificação*. Enquanto em 2007 apenas 6,4% do PIB foi destinado à “formação de capital” em maquinário, em 2013 esse percentual foi elevado a apenas 7,3% (máximo da década), e em 2015 contraiu para 5,7%. Ou seja, o Equador sequer incrementou fortemente o componente “maquinário” de sua “formação de capital”, sugerindo uma ausência de tecnificação da produção. O que se fez na época de prosperidade foi aumentar as despesas em infraestrutura, o que não implica necessariamente uma melhoria técnica em termos

59 Os encadeamentos para trás surgem quando uma atividade econômica produz e, ao demandar insumos, estimula a produção de outras atividades. Já os encadeamentos para frente surgem quando a economia aumenta sua demanda e, com isso, incentiva a produção de uma atividade econômica.

produtivos: a aquisição de maquinário não equivale à construção de estradas.

Em termos de valor agregado bruto e geração de emprego, a estrutura econômica do país também apresenta sérios problemas, que se manifestam sob a forma de uma “heterogeneidade estrutural”: convivem atividades de “produtividade” muito baixa por pessoa empregada e elevada empregabilidade, com atividades de alta “produtividade” e baixa empregabilidade. Tanto em 2007 quanto em 2015, por exemplo, o valor agregado por trabalhador empregado em atividades primárias foi o mais baixo de toda a economia, apesar de serem as que mais absorvem mão de obra. Por outro lado, as atividades imobiliárias e os serviços financeiros se mantêm como as atividades não petrolíferas que geram maior valor agregado por pessoa empregada, apesar de sua absorção de empregos ser mínima.

Da mesma forma, torna-se grave o fato de que entre 2007 e 2015 o peso das atividades não produtivas (comércio, atividade financeira e administração pública) tenha se mantido praticamente estagnado, em torno de 31% do valor agregado. A manufatura, por sua vez, perdeu importância na economia, reduzindo a participação no valor agregado de 14,4% para 12,7%. Ou seja, o Equador parece ter vivido um processo de “desindustrialização relativa” durante a década correísta.

Também a composição dos produtos exportados pelo país nos últimos dez anos mostra a inexistência de uma mudança estrutural-produtiva: enquanto em 2007 os produtos primários representaram 74,2% do total das exportações em termos monetários, em 2016 esse peso chegou a 76,6% (30 pontos para o petróleo, 16 pontos para a banana), apesar da queda das exportações petrolíferas. Entre 2007 e 2016, portanto, o Equador manteve intocada sua modalidade de acumulação primário-exportadora, com todos os problemas e violências que

isso implica, mantendo estancada a exportação de produtos manufaturados.

Quanto ao emprego, a situação é grave. Ao longo da década correísta, o “trabalho decente” sequer chegou a absorver metade da população economicamente ativa, nem mesmo em 2016, quando a taxa atingiu um mínimo de 41,2%, caindo de um máximo de 49,3%, registrado em 2014. Tal situação implica que o país mantém um persistente problema de desemprego e subemprego — que, juntos, absorvem mais da metade da população economicamente ativa. Cabe ressaltar que esse emprego inadequado se concentra em empresas de pequeno e médio portes: tanto em 2007 como em 2016, 70% das pessoas empregadas foram contratadas por empresas que absorvem até nove trabalhadores, e onde os salários médios mensais em 2016 foram de apenas US\$ 340.

Se não houve alterações nas estruturas produtivas, o que fez então o correísmo? Vamos tomar como referência o chamado “Plano Nacional do Bem Viver”, na seção “Transformação da matriz produtiva”, para a qual o correísmo propôs treze metas, mas deixou de cumprir dez:

- o peso dos produtos manufaturados no PIB não aumentou a 14,5%, como se prometia, mas foi reduzido;
- o nível de tecnificação das exportações petrolíferas não atingiu 50%;
- o peso dos bens primários nas importações não petrolíferas não foi reduzido em 40,5%;
- o peso da importação de alimentos agrícolas e de carne não caiu para menos de 5%;
- o trabalho decente não aumentou até atingir 55% da população economicamente ativa;
- Não se alcançou 49,4% de participação de mão de obra qualificada no setor industrial;

- a “produtividade do trabalho” não melhorou aos US\$ 5,5 por hora trabalhada;
- o tempo necessário para abertura de empresas não foi reduzido a doze dias;
- a concentração agrícola não diminuiu; e
- o peso da intermediação sobre pequenos e médios produtores não foi reduzido em 33%.

As únicas metas cumpridas foram o aumento em mais de 64% das receitas do turismo e das exportações de serviços, um menor déficit da balança comercial no petróleo (devido ao fato de a contração econômica ter reduzido as importações) e a construção de usinas hidrelétricas — aliás, com grande alteração de preço, como foi o caso da unidade de Manduriacu, onde o custo final da obra foi 71% maior que o estimado, e que teve participação da Odebrecht.

Assim, vemos que, antes de falarmos em “mudanças”, parece adequado falar em “não mudanças” correístas no que se refere às estruturas produtivas. Apenas este tópico mostra que o correísmo desperdiçou uma década inteira, quando poderia ter impulsionado projetos produtivos — estatais, inclusive, como no penoso caso da Enfarma⁶⁰ —, mas não o fez. Passemos, pois, à avaliação das “não mudanças” produtivas do correísmo.

As limitações sobre a vida social se mantêm inalteradas nos campos de dependência importadora de meios de produção, carência de mudanças técnicas sérias, heterogeneidade estrutural (afetando, sobretudo, as atividades primárias com baixa “produtividade”) e uma modalidade primário-exportadora intacta. Com relação à

60 ITURRALDE, Pablo (2016). “Enfarma enferma y muere. Problemas de la industria farmacéutica pública en el Ecuador”. Disponível em <http://www.planv.com.ec/sites/default/files/enfarma_enferma_y_muere.pdf>.

“desindustrialização relativa”, as limitações da população aumentaram ao invés de diminuir, pois, se a produção de manufaturas cai, a dependência poderá aumentar no futuro, ainda mais se, para enfrentar a crise, são aplicadas políticas de abertura, destruindo os pequenos produtores.

Quanto à estagnação do trabalho decente (o que implica uma estagnação do subemprego), as limitações à população talvez possam se manter inalteradas, mas pode ser que também aumentem à medida que a crise deteriore cada vez mais o emprego (isso sem contar os efeitos que poderia ter sobre a demanda agregada). Em meio a isso tudo, a proposta correísta de “transformação da matriz produtiva” demonstrou ser apenas uma *fraude política*, sem impacto nenhum na estrutura produtiva (nem sequer atendeu às metas propostas) e sem afetar a vida da população em termos reais — mas sim, possivelmente, em termos políticos e ideológicos, lembrando que o correísmo é especialista no uso da propaganda e da distorção da realidade a seu favor.

Os problemas produtivo-estruturais do país que aqui mencionamos não são novos, mas vêm se arrastando durante décadas. Nesse sentido, as ações desenvolvidas pelo correísmo realmente não geraram mudanças sustentáveis nas estruturas produtivas. Antes, aquilo que se manteve na década correísta — e continuará se mantendo se não houver mudanças urgentes — é a dependência importadora, que provoca uma espécie de *tendência estrutural* à expulsão de dólares da economia.

Passaremos agora a analisar as estruturas distributivas, onde os resultados da produção são atribuídos às diferentes classes e grupos que compõem a sociedade.

Estruturas de distribuição: os grandes se consolidam, os pequenos não

A ausência de transformações nas estruturas produtivas durante a década correísta não aconteceu por simples “falta de vontade” do governo de Rafael Correa. Existem razões profundas para entender por que nada mudou, e talvez a mais clara delas seja esta:

Conforme o capitalismo se moderniza [...] surgem fortes grupos econômico-financeiros que se beneficiam do *status quo*. Evidentemente, esses grupos não terão nenhum interesse em promover mudanças que alterem as condições técnicas de produção, pois, numa economia capitalista subdesenvolvida, os grupos oligopolistas acabam sendo aquilo que eles definem como “ponta de lança” da tecnologia na economia (e lucram com isso). Pior ainda, os grupos que concentram o poder econômico não terão o mínimo interesse em alterar as relações sociais de produção, pois isso implicaria questionar a sua própria condição como pontos de concentração e centralização do capital.

Ou seja, de alguma forma, poderíamos pensar que no capitalismo (pior ainda no capitalismo subdesenvolvido) os grupos que se beneficiam do poder oligopolista, graças à própria lógica capitalista de concentrar e centralizar poder, acabam se tornando a principal força contrária à promoção de mudanças que questionem a lógica do capital. Ainda, esses setores poderiam ser contrários a qualquer tentativa de transformação produtiva (como aquela que o correísmo propôs) se, de uma forma ou outra, eles se beneficiam do subdesenvolvimento capitalista.

Essa dinâmica nos permite entender por que o correísmo acabou se submetendo aos interesses — às vezes implícitos, outras explícitos — dos grandes grupos econômicos, ao invés de incentivar uma transformação que apoiasse as

pequenas unidades de produção, sobretudo se essas pequenas unidades fossem não capitalistas (por exemplo, comunitárias, associativas, cooperativas etc.). Deste modo, no caso equatoriano, esses processos implicaram, durante o correísmo, a consolidação de importantes grupos econômicos que dificilmente ocupam espaço nas conversas motivacionais que Correa (ou um dos seus subalternos) transmite ao país a cada sábado.

Durante o correísmo, as estruturas de distribuição da renda foram tais que permitiram o lucro de importantes grupos econômicos, para os quais simplesmente não fazia — nem faz — nenhum sentido implementar mudanças estruturais na produção. Entre os grupos econômicos beneficiários da década correísta, podemos destacar os que estão mencionados no Quadro 1.

A partir dele, observa-se que em 2015 as receitas dos vinte principais grupos econômicos do país foram de US\$ 24,5 bilhões, o equivalente a um quarto do PIB do país — percentual similar ao de 2014. Isso mostra que, inclusive em um ano em que a economia equatoriana começou a apresentar problemas, como 2015, os grandes grupos econômicos mantiveram intacta sua “fatia do bolo”. Precisamos salientar, ainda, que Banco Pichincha, Corporación Favorita, Almacenes Eljuri, Holcim, Corporación el Rosado, Pronaca e Fybeca, à época, eram os grupos com maiores receitas no Equador desde 2007.⁶¹

Ou seja, o correísmo não chegou realmente a confrontar os interesses dos grandes grupos econômicos:

61 “15 grupos han mantenido el poder económico desde el 2007”, em *El Comercio*, 3 jul. 2015. Disponível em <<http://www.elcomercio.com/actualidad/ecuador-grupos-mantenido-economico.html>>.

Quadro 1

Resumo dos principais grupos econômicos
do Equador por receitas

Grupo econômico	Receitas (milhões de dólares)	
	2014	2015
1. CORPORACIÓN FAVORITA	2.640	2.696
2. BANCO PICHINCHA	1.855	1901
3. ALMACENES JUAN ELJURI	2.422	1.869
4. OCP ECUADOR	2.077	1.835
5. PRONACA	1.779	1.803
6. CLARO	1.737	1.607
7. GENERAL MOTORS	1.883	1.545
8. CORPORACIÓN EL ROSADO	1.449	1.498
9. DINADEC	1.276	1.303
10. SCHLUMBERGER DEL ECUADOR	1.124	997
11. HOLCIM	1.051	938
12. ARCA	886	920
13. NESTLÉ	712	714
14. MOVISTAR	704	699
15. PRIMAX	670	695
16. DIFARE	626	687
17. FARMACIAS FYBECA	716	684
18. TIA	560	624
19. GRUPO FUTURO	629	620
20. INDÚSTRIAS LÁCTEAS TONI	857	614
Total	26.652	24.250
PIB	100.917	96.217
% PIB (referencial)	25,4%	25,2%

antes, acabou oferecendo as condições para que muitos deles consolidassem seus processos de concentração e centralização de capital. De fato, conforme mencionado na pesquisa de Carlos Pástor Pazmiño, apenas quatro grupos econômicos teriam desaparecido durante o correísmo: Gorelik, Granda Centeno, Isaías e Umpiérrez.⁶² Por outro lado, grupos como Eljuri ou Nobis mantêm uma relação estreita com o governo.

Juan Eljuri, por exemplo, terceira pessoa mais rica do Equador, conforme a revista *Forbes*, acompanhou Rafael Correa em uma de suas visitas à Coreia do Sul, depois da qual, segundo Pazmiño, “foi configurada a implementação de uma montadora de caminhões Hyundai na cidade litorânea de Manta”. Além disso, com o correísmo, o grupo Eljuri chegou a concentrar a importação de 85% das marcas de automóveis do país asiático.⁶³

Outro exemplo é a ligação do correísmo com Isabel Noboa, a quarta pessoa mais abastada do Equador, segundo a *Forbes*. Durante a campanha eleitoral de 2006, Noboa não apoiou explicitamente Correa, porém chegou a mencionar que lhe parecia ser uma pessoa “valiosa”.⁶⁴ Vários anos depois, em 2016, Noboa atuaria como representante de uma empresa de Dubai que recebeu, sob a forma de “parceria público-privada” (termo correísta para disfarçar processos de privatização), a concessão do porto

de Posorja por cinquenta anos.⁶⁵ No meio da campanha eleitoral de 2017, o genro de Isabel Noboa, Pablo Campana, apresentou-se como empresário que apoiava abertamente a Aliança País — e convocou os empresários equatorianos para que fizessem o mesmo.⁶⁶

Analizando as ligações do correísmo com os grupos econômicos locais, verificamos a funcionalidade que o governo cumpriu com o capital transnacional nos últimos dez anos. Um dos casos mais relevantes é o das operadoras de telefonia: em 2008, o presidente estendeu as concessões de Movistar e Claro até 2023, em condições extremamente vantajosas. No caso da Claro, o próprio Carlos Slim interveio através de um ex-consultor de marketing da campanha de Rafael Correa para que a empresa ficasse no país, pois estava prestes a ser expulsa.⁶⁷

As receitas das mil maiores companhias do país chegaram a crescer a um ritmo mais acentuado que toda a economia: entre 2011 e 2015, essas receitas aumentaram em 43,1%, de US\$ 45,7 bilhões para US\$ 65,4 bilhões, enquanto o PIB do mesmo período avançou 26,3% em termos nominais. Um caso parecido se deu com a banca equatoriana, que durante o correísmo chegou a ter os maiores lucros da história, até o ponto de Correa admitir que “o único

62 PAZMIÑO, Carlos Pástor. *Los Grupos Económicos en el Ecuador*. Quito: Ediciones La Tierra, 2016.

63 “El egonomista: Correa y el socialismo de los ricos”, em *Mil Hojas*, 22 jun. 2015. Disponível em <<http://milhojas.is/612312-el-egonomista-correa-y-el-socialismo-de-los-ricos.html>>.

64 “Isabel Noboa descarta apoyar a Rafael Correa”, em *El Universo*, 7 nov. 2006. Disponível em <<http://www.eluniverso.com/2006/11/07/0001/8/1F37705435B04D8CB35FEE6904F51DFO.html>>.

65 “El Gobierno concesiona por 50 años el puerto de Posorja”, em *El Comercio*, 7 jun. 2016. Disponível em <<http://www.elcomercio.com/actualidad/rafaelcorrea-concesion-posorja-puerto-contrato.html>>.

66 “Lenín Moreno promete cambiar de conducta frente a sector empresarial”, em *Ecuavisa*, 10 fev. 2017. Disponível em <<http://www.ecuavisa.com/articulo/noticias/actualidad/240391-lenin-moreno-promete-cambiar-conducta-frente-sector-empresarial>>.

67 “Ex consultor de Correa ayudó a que Porta siga”, em *El Universo*, 19 mai. 2008. Disponível em <<http://www.eluniverso.com/2008/05/19/0001/8/1379913B0275459ABAB619025BC9CB5C.html>>.

problema da banca são os seus lucros excessivos”.⁶⁸ *Pela confissão das partes, provas são irrelevantes.*

Como resultado dessa promissora interação entre o correísmo e vários grupos econômicos, muitas estruturas da economia equatoriana não foram modificadas — em particular, mantém-se a forte concentração dos mercados:

- Telecomunicações: Claro e Movistar controlam 67% e 29% do mercado, respectivamente;
- Indústria farmacêutica: em 2012, Fybica e Sana Sana (do mesmo grupo) concentraram 81% dos ativos farmacêuticos;
- Supermercados: La Favorita, El Rosado e Santa María controlam 91% do mercado;
- Veículos: General Motors-Omnibus controla 72% do mercado;
- Produtos de higiene pessoal: duas empresas controlam 76% do mercado;
- Eletrodomésticos: Indurama tem 85% do mercado;
- Açúcar: cinco engenhos (com três donos) controlam 91% do mercado;
- Óleos: duas empresas controlam 92% do mercado;
- Bebidas: Cervecería Nacional e Coca-Cola controlam 71% do mercado;
- Carnes: Pronaca controla 62% do mercado.

Sob tais condições, parece lógico pensar que os grandes grupos econômicos e as grandes companhias não tiveram nenhum incentivo para que as estruturas de produção mudassem ao longo de todo o período correísta, pois

68 “Correa tranquiliza la economía: el único problema de la banca son demasiadas utilidades”, em *El Comercio*, 24 abr. 2015. Disponível em <<http://www.elcomercio.com/actualidad/correa-tranquiliza-economia-rumores-bancos.html>>.

usufruíam das mesmas. Mas as estruturas de distribuição não abrangem apenas os grandes capitais. A distribuição também abrange a atribuição de recursos para as classes populares e exploradas. Conforme o discurso oficial, a pobreza e a desigualdade foram reduzidas na década correísta, e de fato foi assim. Entre 2007 e 2016, a pobreza no Equador diminuiu de 36,7% para 22,9%, apesar de essa taxa ter se mantido estagnada desde 2014, ano em que a pobreza chegou a 22,5%. Com relação à desigualdade, o coeficiente de Gini diminuiu, entre 2007 e 2016, de 0,551 para 0,466, mesmo com a estagnação, quando o índice chegou a 0,467. Ou seja, pobreza e desigualdade foram reduzidas, porém somente até 2014.

A “boa situação” tanto para os grandes grupos quanto para os setores menos favorecidos, simultaneamente, até poderia se aproximar àquilo que Jürgen Schuldt chamou de “hipótese da boca do lagarto”.⁶⁹ ao mesmo tempo que as receitas dos grandes grupos aumentava com maior força que a economia, a pobreza ia diminuindo, formando o desenho de uma boca de lagarto aberta. Só não podemos esquecer que um lagarto não pode abrir a boca para sempre sem que isso o leve à sua morte...

Embora tenha havido melhorias nas condições de vida dos grupos menos favorecidos, cabe ressaltar que estas melhorias não são *estruturais*, mas sim *conjunturais*, e que duraram na medida em que o Equador pôde contar com os excedentes do petróleo — caso contrário, as taxas de pobreza e desigualdade do correísmo não teriam se mantido estagnadas em 2015 e 2016.

Uma análise dos dados oficiais de rendimentos do trabalho por pessoa empregada, expressos no Quadro 2, mostra que há um padrão bastante

69 “Riqueza y distribución del ingreso”, em *La República*, 22 dez. 2009.

preocupante surgido em meio à crise: seja em 2015 ou em 2016, os rendimentos do trabalho de praticamente todas as categorias se estagnaram, exceto o dos funcionários do governo — o caso mais grave é o dos trabalhadores autônomos, que tiveram uma redução de quase 10% em seus rendimentos, empurrando a média nacional para baixo em quase 5%.

A partir da tendência apresentada no Quadro 2, verificamos que, enquanto os grandes grupos econômicos

obtiveram receitas de milhões de dólares, a média do rendimento do trabalho nacional atingiu apenas US\$ 514 ao mês em 2015, reduzindo-se em 2016 para US\$ 489 mensais. Ou seja, um trabalhador equatoriano médio luta para ganhar um salário de US\$ 500, com casos extremos, como os dos trabalhadores braçais e peões, que, ao longo de toda a década correísta, não chegaram a ganhar em média nem US\$ 300 mensais. Por outro lado, o rendimento do trabalho dos funcionários públicos teve um crescimento mais sustentado: é o único grupo do Quadro 2 que supera a média de US\$ 1 mil entre 2015 e 2016.

Se levarmos em consideração que, em 2016, mais de um terço dos empregados são trabalhadores por conta própria ou autônomos, e 10% são trabalhadores braçais ou peões, poderemos ter uma ideia de como a crise está

Quadro 2

Resumo dos Rendimento
do trabalho por pessoa e por
categoria de ocupação

ANO	Funcionário público do governo		Empregado privado		Diarista ou servente		Trabalhador autônomo		Empregado doméstico		Média Nacional	
	Montante	% cresc.	Montante	% cresc.	Montante	% cresc.	Montante	% cresc.	Montante	% cresc.	Montante	% cresc.
2007	646		329		153		211		153		321	
2008	687	6,3	339	3,0	173	13,0	233	10,4	169	10,5	335	4,4
2009	718	4,5	354	4,4	179	3,5	224	-3,9	198	17,2	326	-2,7
2010	748	4,2	384	8,5	202	12,8	241	7,6	214	8,1	366	12,3
2011	830	11	411	7,0	216	6,9	265	10	239	11,7	386	5,5
2012	851	2,5	450	9,5	243	12,5	291	9,8	267	11,7	423	9,6
2013	924	8,6	518	15,1	264	8,6	295	1,4	275	3,0	471	11,3
2014	974	5,4	528	1,9	291	10,2	312	5,8	317	15,3	488	3,6
2015	1.022	4,9	556	5,3	290	-0,3	317	1,6	323	1,9	514	5,3
2016	1.037	1,5	553	-0,5	293	1,0	286	-9,8	324	0,3	489	-4,9

Fonte: INEC (ENEMDUR). Elaboração dos autores.

afetando um número importante de trabalhadores. A *média* do rendimento do trabalho em 2016 foi de US\$ 380 mensais, ou seja, a metade das pessoas empregadas no Equador — 3,7 milhões de pessoas — tem um rendimento do trabalho menor que US\$ 380.

Tudo isso nos mostra que a melhoria relativa dos rendimentos das classes trabalhadoras não é tão marcante como apresenta o discurso correísta. Sobretudo, tais mudanças são vulneráveis e não parecem duradouras, ainda mais se os rendimentos do trabalho continuarem estagnados. Isso está em consonância com a condição *capitalista* da economia do país, onde o sistema busca sair da crise que criou aumentando a exploração das classes trabalhadoras, reduzindo os custos salariais e recuperando a acumulação de capital.

A deterioração parece corresponder às medidas que o correísmo começou a implementar desde 2016 em termos de *flexibilização trabalhista*, em que se permite a redução da jornada de trabalho de 40 para 30 horas, com a correspondente redução salarial, e a distribuição irregular de horas de trabalho ao longo da semana; os estagiários recebem um salário de US\$ 122 mensais, não mais um salário mínimo; é considerado como “emprego para jovens” aquele de pessoas entre 18 e 26 anos, ao passo que antes o limite era de 24 anos; e são usados os fundos por inatividade dos trabalhadores para financiar o seguro-desemprego, em vez de bancá-lo com as contribuições dos próprios empregadores.

Dessa forma, tal como se viu nos rendimentos do trabalho de 2016 e no emprego, observa-se que as reformas distributivas do correísmo começam a levar o país para um processo bastante peculiar: um tipo de neoliberalismo transgênico, em que não se desmonta completamente o Estado, mas há uma *colaboração Estado-mercado* que permite que o capital tenha maior liberdade para explorar a força de trabalho e também a natureza. Além disso, o

Estado, fortalecido para disciplinar a sociedade enquanto o capitalismo se moderniza, tem sido o ator fundamental para impor a “sangue e fogo” a megamineração, ampliar a fronteira do petróleo e favorecer os grandes projetos do agronegócio.

Essa conclusão é reforçada pela declaração de Rafael Correa, que, após a flexibilização do trabalho e já no meio da crise, revelou as intenções de privatizar várias empresas públicas, como a Cementera del Ecuador, Fabricamos Ecuador, Gama TV, TC Televisión, Banco del Pacífico, Correos del Ecuador, Flota Petrolera Ecuatoriana e Corporación Nacional de Telecomunicaciones, além de abrir a operação de hidroelétricas ao capital privado.⁷⁰

Outros exemplos de “caráter neoliberal” do correísmo são: priorização do pagamento da dívida externa em detrimento do investimento e da remuneração aos prestadores de serviços do Estado (referimo-nos ao pagamento dos títulos globais em 2015); entrega do campo de petróleo Auca à empresa norte-americana Schlumberger, e negociações para repassar o campo Sacha à empresa chinesa CERG; venda de comercializadoras de gasolina da Petroecuador; assinatura de acordo comercial com a União Europeia, cedendo em pontos centrais como a propriedade intelectual; imposição à força dos grandes projetos de mineração e ampliação da fronteira petrolífera; concessão sem licitação dos portos de Posorja, Puerto Bolívar e Manta a capitais estrangeiros; privatização encoberta da saúde, especialmente ao conceder para centros de saúde privados

70 “La venta de activos del Estado revivió debate sobre privatización”, em *El Comercio*, 2 mai. 2016. Disponível em <<http://www.elcomercio.com/actualidad/venta-activos-debate-privatizacion.html>>.

as prestações originariamente outorgadas pela seguridade social pública;⁷¹ e aumentos cada vez menores do salário básico unificado, sendo o último aumento de apenas us\$ 9 entre 2016 e 2017, com o qual o salário básico chegou a us\$ 375 mensais.⁷² Some-se a isso o não reconhecimento das dívidas do Estado para com o Instituto Equatoriano de Seguridade Social (IESS); a apropriação, pela força, do Fundo por Inatividade do Ensino; e a anistia tributária para ampliar a arrecadação e beneficiar a redução das dívidas de grandes contribuintes.

Resumidamente, seus efeitos sociais parecem ter múltiplas formas. Com relação aos grandes grupos econômicos, o correísmo mostrou ser um grande aliado para consolidar o processo de concentração e centralização de capital. Por outro lado, para as classes trabalhadoras e as camadas populares, há incertezas: a princípio, o correísmo contribuiu para a diminuição da pobreza e das desigualdades e à melhoria dos rendimentos do trabalho. No entanto, já nos anos 2015 e 2016, observou-se uma estagnação de tais variáveis, além do que os rendimentos do trabalho começam a diminuir, sobretudo no caso dos trabalhadores por conta própria. Quanto às reformas destinadas a uma espécie de neoliberalismo transgênico correísta, os resultados parecem múltiplos: busca obter recursos para o Estado abrindo espaços para o capital privado e concedendo maiores liberdades para o aumento da exploração da força de trabalho e da natureza, mas sem permitir que o Estado perca poder. Dessa forma, as mudanças da distribuição no futuro parecem ampliar as

71 ITURRALDE, Pablo. *Privatización de la salud en Ecuador*, em CDES, 2015. Disponível em <<http://cdes.org.ec/web/wp-content/uploads/2016/01/privatizaci%C3%B3n-salud.pdf>>.

72 ACOSTA, Alberto & GUIJARRO, John Cajas. “Correa, un neo-neoliberal”, em *Rebelión*, 7 fev. 2017. Disponível em <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=222604>>.

liberdades dos mais fortes e diminuir as liberdades — econômicas — dos “mais fracos”.

Contudo, o impulso adquirido pelos grupos econômicos no correísmo não deverá se manter com a mesma intensidade nos próximos anos, com o agravamento da crise. Isso obrigará um endurecimento dos programas de ajuste, que, como mostrou o próprio correísmo, acabarão deteriorando as condições trabalhistas, o que poderá aumentar a desigualdade e a pobreza. Desta forma, as vitórias do correísmo em termos de distribuição de renda para as classes trabalhadoras e populares não parecem sustentáveis, ao menos enquanto os grandes grupos econômicos continuarem usando o Estado para impor seus interesses. O apoio das classes populares parece ter sido um elemento *conjuntural* organizado exclusivamente nos períodos de maior expansão econômica e do *boom* do petróleo.

Conclusão: o futuro incerto que deixa uma falsa revolução

As avaliações que levantamos sobre as mudanças e não mudanças nas estruturas políticas, ideológicas, produtivas e distributivas permitem chegar à conclusão de que a década correísta não foi revolucionária. Isso porque, em termos de estruturas político-ideológicas, o correísmo não ampliou as liberdades das pessoas — e menos ainda das comunidades. Pelo contrário, instaurou um Estado autoritário que reprime duramente os protestos sociais enquanto dispõe do poder midiático para criar no imaginário social a “aparência” de um governo “popular” e de “esquerda”. O mais grave é que esta construção de Estado pode sobreviver ao

correísmo, subsistindo à sua derrota eleitoral, dependendo das disputas políticas dos próximos anos.

Aqui, o futuro é totalmente incerto, pois a esquerda tem sido fortemente atingida pelo governo de Correa, e muito dificilmente conseguirá recompor sua imagem — conjuntura que pode piorar ainda mais se grupos de “esquerda” se alinharem à agenda da direita, como já aconteceu nas eleições de 2017. Por outro lado, gera incerteza a combinação de choques externos que afetam a estrutura econômica do país (petróleo, dólar e dívida), com uma estrutura produtiva estagnada e uma estrutura distributiva que consolidou os processos de concentração e centralização de capital — e de poder — e ofereceu apenas melhorias conjunturais às classes trabalhadoras. A maior incerteza nesse ponto é que o Equador parece voltar ao neoliberalismo: não à sua versão original, de um Estado mínimo, mas à de um Estado autoritário, que *ajuda* o capital a aumentar a exploração da força de trabalho e da natureza, com a finalidade de sair da crise criada pelo próprio sistema. É como se o Equador entrasse em uma espécie de *neoneoliberalismo* com a permanência da Aliança País no poder.

A ideia de que existe uma luta entre “progressismo” e “neoliberalismo”, que parecia confrontar os interesses das *clases populares* com os das *clases dominantes*, está em xeque. Quem está no centro da disputa são diferentes grupos de poder, uns querendo reduzir o tamanho do Estado, outros usufruindo de um Estado autoritário — no fim das contas, pode ser que os grupos de poder optem por esta segunda possibilidade, que lhes oferece uma série de vantagens. Depois de uma década de Rafael Correa, por exemplo, tornou-se extremamente clara a disputa acirrada entre setores da própria burguesia equatoriana: por um lado, a *direita neoliberal clásica* se fragmentou, não conseguiu costurar acordos internos e, como resultado, viu seus interesses passarem a ser parcialmente representados por Guillermo Lasso, dono do terceiro

maior banco do país; por outro lado, surgiu uma direita neoliberal, disfarçada de “progressismo”, na qual influíram os interesses dos novos ricos, filhos da “revolução cidadã”, junto com os grandes grupos empresariais, que, quando houve excesso de recursos, deram espaço para as classes populares, mas, quando os recursos começaram a minguar, ajustaram as amarras da exploração.

Porém, no caso equatoriano, todo esse processo tem outro limite: a dolarização. Os choques externos que refletem na estrutura econômica do país podem acabar diminuindo a liquidez monetária da economia, o que afeta especialmente os trabalhadores autônomos e informais. A dolarização pode colapsar. Se houver disposição para apresentar alternativas à crise, sobretudo no aspecto monetário (por exemplo, aplicar o bimonetarismo para ganhar capacidade de executar uma política expansiva anticíclica),⁷³ talvez a dolarização consiga se manter. Caso contrário, a liberalização econômica e a aposta — nefasta — de abertura ao capital estrangeiro pode ser a única saída para os futuros governantes.

Entretanto, ressaltamos que essa lógica, com suas diferentes nuances, não é uma exclusividade do Equador. Em geral, todo o “progressismo” na América Latina acabou sendo uma fraude política cuja consequência é o retorno do neoliberalismo escancarado à região. Tal fraude evidenciou que nunca houve luta entre os interesses de dominadores e dominados, mas sim uma disputa para definir quem dominará. As estruturas profundas da desigualdade na região — aquelas que não são medidas pelo índice Gini, mas pela evolução

73 SCHULD, Jürgen & ACOSTA, Alberto. “Hacia una ‘moneda electrónica paralela’ para afrontar la crisis: ¿Por qué y cómo hacerlo?”, em *Revista Economía*, nº 108. Facultad de Economía de la Universidad Central del Ecuador, 2017.

dos grandes grupos econômicos — não foram alteradas.

Eis o futuro incerto com o qual o Equador e a América Latina se deparam. Nada, porém, é definitivo. Todos nós viemos ao mundo sob circunstâncias que nos foram impostas, mas somos *nós* que, afinal, fazemos a história e podemos transformá-la a partir da luta organizada e da resistência, *de baixo e pela esquerda, com a Mãe Terra*.

Nicarágua: do sandinismo ao orteguismo

Alejandro Bendaña

A Nicarágua não se encaixa no processo recente que alguns autores chamam de ciclo de governos progressistas ou de esquerda na América Latina. Em determinado momento, muitos pensaram que o retorno de Daniel Ortega ao poder, em 2008, e sua participação na Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (Alba) como aliado de Hugo Chávez bastasse para incluí-lo nessa lista. Nada mais inverídico, ainda mais se assumirmos os indicadores substanciais de seu governo — e não a retórica, os símbolos revolucionários de outrora ou as reportagens do canal de tv Telesur.

Diferente do que ocorre em alguns países da América do Sul, na Nicarágua não é possível encontrar iniciativas progressistas significativas, nem uma efetiva redistribuição da riqueza, uma vez que a desigualdade e a concentração de renda têm atingido níveis sem precedentes no país. Tampouco é possível observar a promoção dos direitos sociais, a começar pelas comunidades indígenas, indefesas diante da grilagem de terras e do tráfico de madeira amparados por autoridades políticas e pelo grande capital. Pelo contrário, o que houve foram graves retrocessos, mesmo em relação aos governos neoliberais que comandaram o país entre 1990 e 2007: a proibição do aborto terapêutico, a concessão dos canais de televisão, a ratificação dos acordos

de livre comércio e de medidas recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Embora se fale em socialismo, o que reina na Nicarágua é o capitalismo selvagem. Aqui o último “ciclo progressista” terminou em fevereiro de 1990 com a derrota eleitoral do governo da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), em um processo genuinamente democrático. A vitória de Ortega em 2007 não significou uma ruptura com as políticas neoliberais impostas por governos anteriores de direita: tal ruptura não fazia parte do programa do governo e sequer era discutida internamente, uma vez que a estrutura organizativa da FSLN fora assimilada por Ortega nos anos anteriores à eleição. Assim, o futuro presidente pôde negociar livremente alianças com a hierarquia da igreja católica, com o capital oligárquico e com os velhos políticos, enviando sinais de que os interesses fundamentais dos Estados Unidos na Nicarágua seriam preservados. Aos setores progressistas nacionais e internacionais, Ortega vendeu a ideia de que tais movimentações não passavam de manobras táticas, mas com o tempo se revelaram decisões estratégicas fundamentadas, em que os meios se tornaram os fins: a acumulação e a perpetuação do poder.

Em alguma medida, o fechamento de espaços políticos internos na Nicarágua obedece à análise do regime de Ortega sobre os recentes acontecimentos na América do Sul e a percepção de uma contraofensiva coerente e articulada dos Estados Unidos contra os governos e as forças progressistas da região. Mas, ao contrário do que ocorre com a correlação de forças em outros países latino-americanos, na Nicarágua a balança se inclina significativamente a favor do governo. A fraqueza interna da oposição é inegável. Alguns analistas consideram que Ortega ganharia eleições livres e transparentes, mas o fato é que o governo não ousaria organizá-las dessa forma: prefere

manter o controle dos Poderes do Estado, incluindo o eleitoral, sem permitir contrapesos futuros ou imediatos a seu domínio.

Portanto, não é possível fazer comparações válidas com a Venezuela e suas múltiplas eleições e referendos, levados a cabo com a relativa segurança de que os votos seriam bem contabilizados. Chávez aceitou a derrota em uma das consultas populares que organizou. Nicolás Maduro não conseguiu impedir uma derrota parlamentar. Evo Morales, na Bolívia, também perdeu um referendo. Rafael Correa, no Equador, reconheceu as derrotas de seu grupo político nas eleições às prefeituras de Quito e Guayaquil, entre outras. Nestes países pode faltar equidade e pode-se observar os abusos de sempre por parte dos que controlam o Executivo, mas, ao final, os votos são apurados corretamente, e as derrotas são reconhecidas. A oposição na Bolívia, no Equador e na Venezuela pode manifestar o descontentamento com o resultado das urnas. O mesmo, porém, não ocorre na Nicarágua, onde a institucionalidade foi sequestrada pelos que estão no poder.

O orteguismo não permite espaços e mecanismos imparciais, mesmo que possa vencer de forma limpa. Não arrisca perder o controle, e continua centralizando poder, abocanhando prefeituras e meios de comunicação. Bloqueiam-se as ruas, e os movimentos sociais são perseguidos. Ainda se pode observar rebeliões camponesas contra o acordo assinado pelo governo para a construção de um canal interoceânico em parceria com os chineses, mas, em geral, reina um forte controle político, policial e social nos bairros e comarcas, o que faz com que o poder do Estado seja sentido pelas pessoas, dificultando a oposição política e social.

Hoje, a luta na Nicarágua retrocedeu aos termos clássicos, e se pauta pelo estabelecimento ou

recuperação da legalidade institucional, começando pela liberdade eleitoral e pelo direito à participação legítima da oposição na vida política do país, incluindo as representações progressistas de centro-esquerda. As vozes contrárias ao orteguismo, porém, foram mantidas na ilegalidade, anulando-se o parco pluralismo que havia no país. O regime avança — agora, aceleradamente — para um modelo de controle político e social, mas não necessariamente econômico, já que os grandes capitalistas multiplicam livremente a sua fortuna.

Como a Nicarágua chegou a esse ponto?

A Frente Sandinista de Libertação Nacional

Se a Nicarágua é um ponto de referência da esquerda latino-americana, não é pelo presente, mas pelo passado: pela imagem inesquecível e pelo enorme sacrifício que representou o triunfo guerrilheiro sandinista de 1979, momento icônico do ciclo histórico latino-americano do século XX: o ciclo de revoluções armadas vitoriosas, que, iniciado pela Revolução Cubana, em 1959, e encerrado pela Revolução Nicaraguense, teve apenas dois episódios.

O fato de que a FSLN se mantenha ativa como uma organização política não altera o fato de que a Revolução Sandinista foi enterrada para sempre em 1990, com a derrota eleitoral e a entrega do poder para Violeta Chamorro. Depois disso, Ortega começou a depurar o aparelho partidário e a extinguir os congressos e as assembleias deliberativas: a pouca democracia interna que havia na FSLN. Retórica à parte, desde então a FSLN também deixou de ser uma força revolucionária. Até mesmo seu compromisso fundacional com a construção de uma nova sociedade equitativa, em resistência ao capitalismo global,

foi deixado de lado. Ainda que se diga o contrário e se mantenham os símbolos de outrora, em sua essência, nem Ortega nem a FSLN são de esquerda ou progressistas, nem nas aparências, apesar de se declararem “socialista, solidário e cristão”.

Em algum momento acreditamos que a democracia na Nicarágua dependia da democracia no interior da FSLN. Hoje existe uma máquina burocrática semi-incorporada ao Estado e dominada por uma pessoa que, como um *caudillo*, mantém o poder nas mãos de sua família. Quando se fala em sandinismo ou em partido sandinista, agora, fala-se em um aparato construído em torno da liderança de Ortega e, cada vez mais, de sua esposa, Rosario Murillo. Não há discussão nem base ideológica, não há congressos deliberativos, não há programas nem plataformas. Preservam-se as cores vermelha e preta, mas não há mais nada em comum com o pensamento político de Augusto César Sandino (1895–1934) ou de Carlos Fonseca Amador (1936–1976). Apela-se às novas gerações de jovens — que compõem a maioria no país — oferecendo-lhes não ideias, nem formação política, nem empregos, mas entretenimento e diversão. Ainda predomina o nepotismo: algumas vozes falam em uma espécie de “espírito dinástico” do orteguismo, o que seria uma acusação sensível à luz do histórico nefasto da dinastia somocista e seu afã de se manter no poder a qualquer custo.

Nos últimos dois anos, o orteguismo descartou aderir ao liberalismo democrático no jogo eleitoral. Alguns atribuem o fato à velha empatia da FSLN ao modelo unipartidário. Em junho e julho de 2016, o Tribunal Superior Eleitoral e o Tribunal Superior de Justiça, ambos sob o controle de Ortega, destituíram a oposição de seus assentos parlamentares, impondo assim um regime virtual de partido hegemônico ao

estilo do antigo Partido Revolucionário Institucional (PRI) no México, com partidos-satélite, ou então do regime autoritário de Vladimir Putin na Rússia, que admite a criação de grandes fortunas privadas. Ortega assume o poder absoluto na Nicarágua, eliminando ainda a figura dos observadores eleitorais nacionais e internacionais — um direito instituído pela Revolução Sandinista nos anos 1980 e referendado pela Lei Eleitoral.

Nesse sentido, surgem algumas questões. Por que acabar com a oposição e anular a observação eleitoral, se o regime de Ortega não está em crise e, inegavelmente, começou a ampliar sua base política, combinando cooptação com clientelismo e repressão? Trata-se de um “leninismo de livre mercado”? Ou do modelo comunista chinês? Há uma resposta mais simples: a lógica do poder exige a acumulação de mais poder, e o poder na versão orteguista prepara sua própria transição mantendo-se nas mãos da família.

Apesar da oposição de antigos militantes do sandinismo, Ortega anunciou a candidatura de Rosario Murillo à vice-presidência durante seu terceiro mandato presidencial consecutivo, que vai de 2017 a 2022. Com isso, pretende garantir a sucessão familiar, fundamentada pela imagem de sua esposa e filhos, em uma pirâmide de lealdades e cumplicidades. Murillo continua seu caminho ao poder, iniciado em 1998, cada vez mais independente a partir de agora. Quando sua filha Zoilamérica Narváez denunciou Daniel Ortega, seu padrasto, por abuso sexual, Murillo assumiu a defesa do marido — a defesa do poder — em troca de exercê-lo ao lado de Ortega, com vistas a tomá-lo inteiramente quando o presidente, já fragilizado fisicamente, sair de cena.

O papel da Venezuela e o modelo econômico

Sem o apoio da Venezuela, Ortega dificilmente teria chegado ao poder em 2007. E, sem a cooperação de Hugo Chávez com a Nicarágua nos cinco anos posteriores, tampouco haveria a estrutura corporativo-familiar orteguista que hoje domina os nicaraguenses.

Chávez criou um grupo chamado Petrocaribe, por meio do qual a estatal Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA) fornecia sua produção aos países-membros em condições de pagamento muito favoráveis, que deixavam uma ampla margem de lucros para as empresas criadas — que, no caso da Nicarágua, não pertenciam ao Estado, mas à FSLN, e, em El Salvador, à Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), que governava o país. Na Nicarágua foi criada a empresa Albanisa para gerenciar centenas de milhões de dólares por fora do orçamento do Estado. Com Ortega no poder, a Albanisa estabeleceu uma série de subsidiárias que controlam o aumento das exportações para a Venezuela de alimentos produzidos na Nicarágua (carne, laticínios, feijão). Na verdade, foi um negócio rentável para os nicaraguenses, mesmo em detrimento da Venezuela, pois alteraram os termos originais do acordo de cooperação. Em 2014, equipes jurídicas da PDVSA e servidores públicos venezuelanos apontaram que, desde 2012, pelo menos, houve um “desvio” da cooperação por parte das empresas privadas nicaraguenses organizadas pela Albanisa. Grande parte dos fundos foi empregada pelas empresas privadas controladas pela família Ortega e seus amigos, que falsamente declararam perante o FMI e a Assembleia Legislativa que se tratava de um arranjo privado, isento de escrutínio externo. A PDVSA efetivou seu direito

e a obrigação de aprovar, de antemão, como especifica o acordo, a execução dos fundos oriundos do Petrocaribe. Enquanto isso, o Banco Central da Venezuela comprou a dívida da Nicarágua com a PDVSA, convertendo-a em “dívida soberana”. Assim, a Nicarágua passou a enfrentar um credor muito menos flexível que a PDVSA.

Fez-se mau uso desses recursos substanciais — que chegaram a equivaler a 25% das exportações anuais nicaraguenses, e que teriam permitido acelerar as transformações necessárias ao país. Os dois últimos governos de Ortega pouco fizeram para mudar o modelo produtivo de mercado livre centrado no agronegócio pré-industrial e em fábricas têxteis — as *maquilas* — das zonas francas. Sem as remessas dos emigrantes nicaraguenses, a taxa de pobreza teria aumentado de 39% a 44%: sem esta válvula de escape, concretizada na migração para a Costa Rica, a situação econômica se tornaria crítica. A miragem de um “grande canal” esvaiu-se, embora o tratado para sua construção, lesivo à integridade territorial do país, ainda esteja vigente. Devido às irregularidades e à situação particular da Venezuela e do preço do petróleo, o governo nicaraguense praticamente não pode mais contar com a mesma quantidade em dinheiro proveniente da venda do combustível venezuelano. Isso significa que, por um lado, os programas assistencialistas devem diminuir e passar a ser computados no orçamento nacional e, por outro, que as grandes empresas devem perder as desonerações que recebiam do governo como contrapartida pelo seu silêncio político.

O regime agora navega por uma nova situação econômica, e o faz com rigidez política e de maneira autoritária. Acredita-se que os Estados Unidos e o grande capital tolerem a transição a um regime mais autoritário que inclua a eliminação jurídica da oposição partidária, que já representou a segunda força política do país. O cálculo

orteguista é que a oposição política seja esmagada com a ajuda de artimanhas legais, enquanto a resistência social será cooptada ou reprimida.

A maioria dos sindicatos e organizações sociais que confiaram em Ortega foi eliminada, e suas lideranças, reprimidas, marginalizadas ou cooptadas, incluindo velhos quadros da FSLN. Os movimentos sociais afins ao governo assistem a suas lideranças gozando de regalias que não representam as demandas sociais e trabalhistas. A corrupção minou a gestão governamental, as ONGs foram economicamente asfixiadas graças à pressão do orteguismo aos organismos internacionais que as apoiam, incluindo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), cujas agências na Nicarágua foram fechadas.

Os Estados Unidos, por sua vez, mantêm um perfil discreto de aceitação tácita das arbitrariedades em troca da colaboração da Nicarágua na luta contra o narcotráfico, no controle da imigração e na proteção macroeconômica dos investimentos, mantendo lealmente o país centro-americano nos acordos neoliberais de livre comércio. Ortega oferece “segurança” a Washington com a ameaça de que, sem seu regime e sem uma sucessão controlada, a Nicarágua exportaria violência e migrantes aos Estados Unidos, assim como o fazem Guatemala, Honduras e El Salvador.

Preparar a esquerda latino-americana?

Ao olhar para o quadro sul-americano e para a suposta arremetida dos Estados Unidos nos últimos meses da administração de Barack Obama, Ortega se entrincheira, fala em conspirações e se recusa a correr o

risco de sequer permitir que eleições minimamente transparentes entreguem pequenas cotas de espaço institucional à oposição. Para o orteguismo, trata-se de uma resposta que qualquer força progressista deve dar para encarar o momento: ou seja, manter o controle de todos os Poderes do Estado e da maioria dos meios de comunicação, além de buscar entendimentos com empresários e o grande capital.

Até pouco tempo atrás, o orteguismo preservava as aparências e as formalidades institucionais da democracia liberal. Agora, a rejeição a essa institucionalidade é mais aberta, tanto em palavras como em atitudes. Não há prestação de contas a ninguém. A única liberdade aparentemente garantida é a liberdade de enriquecer, de aprofundar a nova plutocracia. Eis o modelo ou a metodologia para permanecer no poder indefinidamente, sem ter de encarar os problemas sofridos por Evo Morales ou Nicolás Maduro.

Na reunião do Foro de São Paulo ocorrida em San Salvador em junho de 2016, a delegação orteguista enviou uma nota a todas as delegações, declarando: “Consideramos que a situação atual está mostrando os limites da democracia representativa como marco político da nossa ação política como força de esquerda.” Houve fortes reações, mas o documento final chegou a abordar “a necessidade de acelerar o passo na direção da construção dos novos paradigmas de esquerda do século XXI”, e que “a democracia representativa [é] legitimadora do poder das classes exploradoras, o que fundamenta ainda mais a necessidade de mudanças estruturais, não apenas no âmbito econômico, mas também no âmbito político, no que se refere ao desenho do modelo”. Não é censurável a insistência nas mudanças econômicas, mas se deve examinar atentamente o questionamento da institucionalidade democrática, com todas as suas imperfeições.

A liberdade individual e os direitos civis e sociais são condições fundamentais da dignidade humana. Por isso,

em sua essência, o socialismo não pode ser contrário à liberdade de consciência, de expressão, de associação, de eleições livres e do pluralismo político. Não se trata de táticas, mas de valores fundamentais. No final das contas, não foram estes mesmos mecanismos que permitiram às forças de esquerda chegarem ao poder na América do Sul por meio de eleições? Será a Nicarágua o novo modelo da esquerda ortodoxa latino-americana — do novo socialismo do século XXI — que agora desdenha a democracia representativa como um todo? Será esta a suposta lição pelo que aconteceu com as forças ou governos chamados progressistas no Brasil, na Bolívia, na Venezuela e na Argentina?

Um participante da reunião do Foro de São Paulo em San Salvador perguntou-se: “O que se queria com isso? Sem dúvida, preparar a esquerda latino-americana para justificar os avanços antidemocráticos, sendo o primeiro deles um golpe de Estado na Nicarágua com a expulsão dos parlamentares da oposição.”⁷⁴ Seria um golpe de Estado às avessas, como o que deveria ter sido aplicado por Dilma Rousseff contra a oposição no Congresso brasileiro?

Manter-se no poder a qualquer custo, estabelecendo alianças com quem seja útil e possa ser comprado, incluindo as forças de segurança e os grandes capitalistas; garantir os interesses fundamentais dos Estados Unidos (luta contra o narcotráfico, estabilidade macroeconômica, cooperação militar); fechar espaços ou potenciais espaços de oposição; vender a imagem de desenvolvimento por

74 D'ALESSANDRO, Fernando López. “El Frente, el Foro de San Pablo y el golpe de Estado en Nicaragua”, em *Diario de Montevideo*, em 17 ago. 2016. Disponível em <<http://www.cslatinoamericana.org/el-frente-el-foro-de-san-pablo-y-el-golpe-de-estado-en-nicaragua/>>.

meio de megaprojetos (canal, refinarias e usinas hidrelétricas que não se materializaram devido ao colapso da indispensável cooperação chinesa, venezuelana e brasileira); perpetuar-se a todo o custo no poder. O modelo seguido pela Nicarágua não é Cuba, mas sim o velho PRI mexicano.

Regeneração sandinista ou renascimento da esquerda social?

Dizia o sacerdote jesuíta e educador nicaraguense Fernando Cardenal: “Tenho a esperança de que a juventude volte às ruas para fazer história.” É uma alusão aos anos 1970, particularmente às mobilizações cívicas que antecederam a insurreição armada que desembocou na Revolução Sandinista. Ninguém voltaria a incentivar a violência, mas muitos chegam à conclusão de que o único contrapeso real ao orteguismo eventualmente será uma juventude mobilizada, cívica e sustentavelmente capaz de se articular e articular diferentes manifestações de resistência.

A princípio, as forças sociais autônomas nicaraguenses estão convocadas a atuar contra a aliança plutocrática cada vez mais autoritária entre o novo poder político e o velho poder econômico. Há surtos de resistência — principalmente camponeses afetados pela Lei do Canal, mas com pouca articulação entre si. No resto do país, debate-se sobre a opção de votar nulo ou simplesmente não votar nas próximas eleições. A farsa já é dada como certa.

Fechar a brecha entre a mobilização eleitoral e os protestos sociais, entre o campo e a cidade, é uma tarefa fundamental, inclusive no ativismo contra o desmatamento e a destruição das reservas florestais e indígenas. A grande maioria continuam sendo os jovens, que estão aí, mas sem nenhuma direção, buscando apenas a sobrevivência.

Há um direcionamento, não apenas de ideias, mas de propostas, o que torna necessário um diálogo intergeracional para recuperar a memória da resistência social, dando força à elaboração de sua própria leitura do passado e do presente, sobre as bases de um conhecimento histórico contextualizado e reflexivo sobre a rica história da luta popular, suas realizações e limitações, o desafio ecológico global e o imperativo de se transformar o modelo social e, portanto, político.

Debate-se, pois, qual será o fundamento da conscientização que formará a base de uma disputa organizada, capaz de novamente fazer história. Alguns chegaram a pensar que “a esquerda” agora sofre de uma contaminação tóxica graças ao orteguismo. Teremos de partir dos novos imperativos socioecológicos e da falta de oportunidades de emprego para persistir nas mudanças econômicas, sem menosprezar os direitos políticos e civis, que agora estão em risco; e redescobrir a riqueza da história de Augusto César Sandino e do pensamento originário do sandinismo, naquelas primeiras noções de valores, de socialismo comunitário, para inspirar novos atores que disputem as bandeiras erguidas pelo orteguismo. A essa altura, poucos nutrem a ilusão de que as mudanças possam vir de dentro da própria FSLN, tão obediente a Ortega. Um novo sandinismo é ainda possível.

A conversação possível e necessária

Na perspectiva da esquerda continental, surgem algumas questões inevitáveis para alimentar o debate:

- Confirma-se assim a advertência de José Saramago: “Quando a direita se move para o centro, não deixa

de ser direita, mas quando a esquerda se move para o centro, deixa de ser esquerda”?

- Quando a esquerda se move na direção do poder do governo, deixa de pensar como esquerda crítica? Contamina o poder governamental? Pode a esquerda escapar ao burocratismo, à perda de ética e ao conformismo e à corrupção que acompanham o burocratismo?
- Há uma relação entre o poder, o machismo e o patriarcado? Terá o governo propiciado uma verdadeira reflexão sobre o autoritarismo em todas as suas manifestações, tanto públicas quanto privadas, como parte de um processo de transformação?
- Acreditamos verdadeiramente que as sociedades podem ser *transformadas* a partir do governo?
- Em que consiste o papel e a defesa do Estado? Mudou a lógica de acumulação e reprodução do capital na chamada era pós-neoliberal?
- Foi indispensável massificar a propaganda personalista, desqualificar quem pensa diferente e impor a uniformidade?
- Como os velhos ricos conseguem novamente sobreviver, e até prosperar, sob os governos de esquerda, estabelecendo parcerias com novos ricos burocratizados?

Esquerda em relação a quê? Perspectivas feministas

Lilian Celiberti

Há alguns anos, como continuidade dos debates do Fórum Social Mundial, surgiu uma iniciativa que pretendia assentar as bases de uma agenda pós-neoliberal em que ativistas e acadêmicos tentavam responder a um conjunto de questões cujas dimensões pareciam cada vez mais diluídas e confusas. O que é esquerda? Como se constroem projetos democráticos não capitalistas? Como articular mudança social e transformação individual? É possível superar a noção de desenvolvimento baseada no domínio da natureza? Que lugar ocupam a liberdade e a emancipação nas propostas políticas de esquerda?

Muitas questões foram respondidas, sem debate, por meio de opções econômicas, políticas e culturais de partidos e governos que se autodefiniam como esquerda, e que nos levaram a um ponto de descontentamento, ruptura e perplexidade. O aprofundamento da matriz extrativista, a expansão da monocultura, os transgênicos e os agrotóxicos incentivados pelo agronegócio; a criminalização dos movimentos sociais, o assassinato de jovens, negros, pobres e excluídos, o julgamento rigoroso e as longas penas aplicadas às mulheres que interrompem voluntária ou involuntariamente a gravidez, como acontece em El Salvador, não podem ser vistos como itens da agenda política da esquerda no governo.

A heterogeneidade das propostas reunidas na

nomenclatura comum de “governos de esquerda” tem sido um dos problemas do debate político, que pôs no mesmo campo projetos minimalistas, como o da Concertación, no Chile, ou de alianças conservadoras com práticas autoritárias, como as da Frente Sandinista de Libertação Nacional, na Nicarágua, com a beligerância do socialismo do século XXI, na Venezuela, as propostas descolonizadoras — com todas as suas tensões e contradições — do governo da Bolívia, e os avanços legislativos observados no Uruguai. Esse campo genérico de “esquerda” tem sido um obstáculo para diferenciar políticas clientelistas, autoritárias e conservadoras, daquelas que, apesar das contradições e das limitações, abriram algum espaço para a experimentação democratizante e o protagonismo social na América Latina.

Como diz o sociólogo uruguaio Eduardo Gudynas, “na realidade, os progressismos expressam regimes políticos heterodoxos, nos quais coexistem novidades que poderiam ser identificadas como de esquerda e outras mais conservadoras; houve inovações, mas, ao mesmo tempo, conservaram-se componentes que se arrastam desde as décadas neoliberais”.

As tensões e as contradições dessa heterodoxia governamental, junto com a corrupção de alguns processos, geraram rupturas e desavenças com lideranças e ativistas de diferentes movimentos sociais. Nesse sentido, chama a atenção a “autocrítica” de algumas lideranças do PT diante da crise democrática que o país enfrenta nas mãos do pior ranço fundamentalista e ignorante da classe política conservadora brasileira: dizem que o partido acabou se separando dos movimentos sociais, sem admitir, no entanto, que isso aconteceu justamente devido às opções e concessões que fizeram ao capitalismo depredador, ao agronegócio e às elites financeiras enquanto ocuparam o governo. Não foram atos inocentes, e suas repercussões são gravíssimas do ponto de vista político e ideológico.

A corrupção como sistema de governo desarma todo fundamento ideológico e possibilita ações despolitizadas que esvaziam a cena política, abrindo espaço para fenômenos de perda total da confiança que leva ao “fora todos”. Segundo o filósofo coreano Byung-Chul Han, quando se perde a confiança — nas instituições e nos partidos —, transparece uma sociedade povoada de espectadores e consumidores despolitizados. Exemplos existem aos montes, mas escolho apenas um: em 15 de março de 2015, numa das manifestações realizadas no Brasil contra o governo do PT, havia um cartaz que dizia “Chega de Doutrinação Marxista. BASTA DE PAULO FREIRE”, junto com milhares de “Fora PT”.

Após o vergonhoso golpe parlamentar consumado em 31 de agosto de 2016, todo o ódio de classe, o racismo, a homofobia e a lesbofobia parecem ter conseguido uma licença para se manifestar com violência sobre o senso comum progressista que acreditávamos ter conquistado. Um jovem gay negro foi assassinado no Rio de Janeiro em julho de 2016, após uma campanha contra as cotas para afrodescendentes nas universidades. Uma jovem foi estuprada por trinta homens, mas, neste caso, sua denúncia mobilizou milhares de jovens contra a violência sexual. Algumas lideranças do PT apoiaram a mobilização e a resistência das mulheres, mas, quando tinham condições políticas, não promoveram as transformações culturais e políticas necessárias para a existência de uma sociedade mais igualitária. Tampouco o fizeram em relação ao ambientalismo e aos trabalhadores sem-terra, cedendo cargos no governo a representantes do agronegócio. Não adianta, então, culpar somente a grande mídia: é necessário verificar quais estratégias políticas e econômicas foram desenvolvidas nas gestões dos governos de esquerda, suas opções e suas alianças com partidos corruptos, seus mecanismos

de poder e de controle social, para entendermos o desgaste, a falta de credibilidade e a profunda crise que atravessam os partidos progressistas na América Latina. Culpar o capitalismo e o imperialismo não nos redime de analisar criticamente os caminhos que decidiram tomar.

“Da mudança à contenção da mudança”, define o sociólogo uruguaio Alfredo Falero ao questionar o que efetivamente ocorreu na América Latina no último período. Segundo o autor, é preciso analisar os novos mecanismos de geração de contenção que implicam uma democracia recortada ou reduzida a uma lógica processual. Falero considera três dimensões em sua análise: a transição a formas qualitativamente hegemônicas no quadro de uma nova divisão global do trabalho, que implica a renovação de mecanismos de destituição através de uma “revolução informacional”; a transformação organizacional do capitalismo, em que as elites empresariais assumem nova função como agentes sociais, disputando uma perspectiva despolitizada e pragmática de gestão estatal; e a perda de mapas cognitivos clássicos e a crise das agências de socialização tradicionais, como os sindicatos e os partidos políticos.

A questão central continua sendo a mesma: que mudanças podem se sustentar no contexto atual do capitalismo ou, mais precisamente, que mudanças no capitalismo podem ser toleradas pelo capitalismo, uma vez que o sistema precisa do extrativismo, da depredação ambiental e do consumismo para sobreviver?

A dimensão subjetiva da política: velhos temas, novas abordagens

Os problemas ecológicos e ambientais, o extrativismo, a divisão entre o público e o privado, as desigualdades

sociais e culturais, as relações de poder, as formas de fazer política, a luta por direitos sexuais e reprodutivos, a diversidade e identidade de gênero, a interculturalidade e o racismo entram nos debates politizados por atores que se organizam à margem dos partidos e, muitas vezes, em disputa com eles. Tais experiências — estas práticas políticas, discursivas e simbólicas — criam novos significados de cidadania e novas disputas por hegemonia. Apesar disso, os escassos avanços emancipatórios não deixam de ter um certo sabor amargo no imaginário social, expressados na reprodução das práticas corporativas, na “inflação punitiva” da seguridade social, na corrupção como lógica de poder, no domínio das multinacionais e, em definitivo, na irreversibilidade da desigualdade estrutural na região.

Nos últimos trinta anos, as lutas e demandas dos movimentos sociais contribuíram para a criação de instituições simbolicamente expressivas no processo permanente de mudança — reformas constitucionais, defensorias públicas, orçamento participativo, descentralização municipal, políticas de inclusão social, participação e controle, igualdade no casamento entre gêneros, comissões da verdade, direitos da natureza, plurinacionalidade, consulta prévia em territórios indígenas etc. — que coexistem com práticas extrativistas e políticas neodesenvolvimentistas marcadas por disputas e conflitos centrados na permanência de suas lideranças políticas no poder, junto com o adiamento da legitimação real e concreta das mulheres como protagonistas com plenos direitos sobre seus corpos e suas vidas. No seio dos movimentos sociais da região, a confrontação com os governos de esquerda também gerou desafios e tensões. Uma parte significativa das organizações populares aderiu à celebração das conquistas, ocultando as questões mais profundas do enraizamento da lógica desse modelo. Em alguns países a

distribuição de recursos foi acompanhada de forma corporativa, e atos evidentes de corrupção foram silenciados ou tratados como um mal menor.

Quando “os companheiros governam” — ou aqueles que algum dia foram militantes, mas que chegaram ao governo —, em vez de se abrirem as portas para à participação com vistas a uma mudança nas formas de se fazer política, termina-se “fechando o tempo histórico”, segundo escreve Luis Tapia ao se referir à apropriação do “processo de mudança” pelas esferas governamentais, baseada na cooptação das lideranças dos movimentos sociais e do protagonismo de atores que tendem a outras formas de manifestação do poder. Como resultado do desencontro entre movimentos e governos, vemos um processo de desencanto e desmobilização de amplos setores que, agora, se sentem impotentes diante do poder de um Estado que outrora pretendiam descentralizar e reformar.

Tornou-se difícil articular um diálogo político de esquerda com governos que não pretendem mudar as regras do jogo, mas sim jogar de acordo com as regras impostas. Os campos de disputa são tão numerosos que uma análise abrangente de todos esses desencontros seria inviável no espaço reservado para este texto. No caso do Uruguai, por exemplo, abrangem desde as políticas de segurança pública, o sistema penitenciário repressivo, a tolerância à impunidade e aos privilégios dos militares até o ocultamento das medidas mais avançadas e emancipatórias previstas na legislação, como a interrupção voluntária da gravidez.

Os desencontros subjetivos estão associados a um imaginário que espera e deseja políticas capazes de assegurar os direitos fundamentais com maiores níveis de justiça material e simbólica. O desencanto e a impotência partem da frustração desses sonhos, provocada pelas propostas neodesenvolvimentistas e extrativistas.

O rigor político e repressivo — em razão de uma

suposta unidade — obviamente não permite criar consciência crítica, e nesse ponto ainda estamos tentando digerir a morte de um adolescente em Marconi, bairro da periferia de Montevideu, pela polícia; o castigo com duchas de água fria a que menores infratores são submetidos durante o inverno nos centros de reclusão; as cadeias cada vez mais lotadas; ou a realização de debates sobre segurança pública sem a participação da sociedade civil.

Aplaudimos e nos reconfortamos quando os meios de comunicação dão espaço a vozes críticas que nos fazem recuperar o fio de uma identidade política de esquerda, castigada pela hegemonia conservadora ou presa a dicotomias que não nos identificam. Não queremos escolher entre um “pouco de corrupção”, mas com políticas sociais que permitem tirar milhares de pessoas da pobreza extrema, e uma direita misógina, fundamentalista e neoliberal. Quando o debate se apresenta nesses termos, o diálogo se torna impossível.

Nós, feministas, configuramos uma vertente da esquerda contestatária que subverte a ordem econômica, política e cultural, e, nessa perspectiva, brigamos com uma esquerda que nos expulsa de “casa” quando a criticamos. As lutas do feminismo se confrontam, assim, com uma cultura de esquerda que continua marginalizando campos de ativismo político a um lugar secundário, reproduzindo uma divisão, obsoleta na teoria e na prática, entre “o político” — ou seja, a gestão do Estado — e as relações sociais cotidianas nas quais a exclusão social, o racismo, o sexismo e a heteronormatividade se articulam em pessoas de carne e osso, nos corpos das mulheres que sofrem a violência e das meninas e meninos abusados sexualmente.

Qual é o campo de alianças privilegiado pelos partidos de esquerda? Não parece ser a relação com os

movimentos sociais, com as feministas, os ecologistas, os ativistas de direitos humanos e outras pessoas inconformadas, muitas vezes estigmatizadas e ridicularizadas por olhar “a árvore e não enxergar a floresta” — crítica que parece não compreender que é justamente a floresta que não nos agrada.

Desejar mais radicalidade democrática, menos extrativismo, mais transformações culturais, relações mais igualitárias na política, na família e na cama não é exatamente ser pessimista. Os velhos estigmas e preconceitos contra o feminismo não foram superados. Pelo contrário, se reforçam e repetem em frases feitas, como “as mulheres só querem mais cargos”, quando falamos em igualdade ou em violência de gênero; ou “elas querem deixar os homens de lado”, quando se trata de definir a interrupção da gravidez.

A justiça ambiental, social, racial e de gênero, o aborto e a autonomia reprodutiva das mulheres, a democracia direta, a participação e a representação das pessoas na definição dos destinos coletivos e a situação de adolescentes em conflito com a lei são alguns campos da política que ainda não capilarizaram na cultura política da esquerda partidária a ponto de transformá-la. Por isso, não é de se estranhar que haja um certo desânimo social com tais estruturas.

O governo não apenas tem dificuldade de dialogar com o movimento feminista e os movimentos sociais, mas principalmente de entender que o melhor caminho para os governos e os movimentos é reconhecer a independência uns dos outros, e que é a tensão entre as reivindicações e as respostas — e não a bajulação — que promove as mudanças no mundo. Também não é razoável aos governantes ditos de esquerda pensar que, ao se afastar das reivindicações dos movimentos sociais e se aproximar das associações empresariais ou das igrejas, cedendo espaço à direita, vão garantir a sua permanência no poder.

Imaginários de justiça social

Como pensamos nosso futuro como sociedade? Que imaginário de justiça e solidariedade social poderá substituir o simplista “combate à pobreza”? Para construir novos rumos emancipatórios é necessário mudar a perspectiva da análise e o olhar sobre os problemas. Eis o principal campo de disputa política.

Deveríamos começar posicionando no centro do debate a contradição entre o capital e a vida, tal como a define a economia feminista, para pensar a própria qualidade de vida ou “a vida que merece ser vivida”. Para as feministas, como escreveu Cristina Carrasco, “centrar-se explicitamente na forma em que cada sociedade resolve seus problemas de sustentação da vida humana oferece, sem dúvida, uma nova perspectiva sobre a organização social e permite visibilizar toda aquela parte do processo que tende a permanecer implícita e que habitualmente não é nomeada”.

A ideia de cidadão, indivíduo autônomo e independente, desenvolvida como mito dos sistemas capitalistas liberais, sustenta-se na existência de uma infraestrutura de cuidados imprescindíveis para a vida e que, essencialmente, são realizados majoritariamente pelas mulheres. Portanto, como foi que as necessidades humanas mais elementares acabaram sendo relegadas a um espaço invisível quando se discutem os problemas macropolíticos ou macroeconômicos?

A sociedade e a economia continuam desconhecendo que o cuidado da vida humana é uma responsabilidade social e política. Explorar esse vínculo é uma das tarefas propostas pelo feminismo, não apenas para denunciar o uso do trabalho gratuito das mulheres pelo capitalismo, mas também para revalorizar o cuidado como uma ética social e ecológica imprescindível para se pensar em alternativas.

Embora muitos países da América Latina se considerem ou se definam — em suas constituições — como Estados laicos, está claro que em muitas questões, especialmente em se tratando dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, governantes e parlamentares permitem que políticas públicas sejam afetadas pelos dogmas das religiões dominantes, particularmente o catolicismo e as denominações evangélicas. A consolidação das diferentes manifestações de pensamento único faz com que o tema do fundamentalismo ganhe cada vez mais destaque no debate público de uma região profundamente marcada por desigualdades sociais, econômicas e políticas, como a América Latina.

Não há dúvida de que a subjetividade política feminista interpela radicalmente um pensamento conservador que tutela a sexualidade e a autonomia dos sujeitos. Por isso, tem sido mais fácil conquistar o casamento igualitário entre pessoas do mesmo sexo do que o direito a decidir sobre a interrupção da gravidez. Mas esta dinâmica conservadora não impacta apenas as feministas: ecologistas, ativistas de direitos humanos, indígenas e outros movimentos também veem retroceder paulatinamente suas expectativas de mudança.

A relação das lutas feministas com os governos e os partidos de esquerda, no que se refere ao direito de interromper a gravidez, tem sido um campo de conflito e constitui, junto com a perspectiva ecologista, um dos terrenos de maior tensão e distanciamento entre o Estado e os movimentos, mesmo para aquelas pessoas que, sem ser militantes, têm promovido essas causas dentro de seus partidos. Algumas foram duramente criticadas, como as militantes do Equador, ou ignoradas, como as militantes do PT no Brasil, promotoras históricas do direito ao aborto. Não se trata de ser a favor ou contra a interrupção voluntária da gravidez, mas de trazer à tona um conceito de liberdade que estabelece limites à ação regulatória e à imposição de

normas estatais punitivas sobre a vida das pessoas. Por isso, para além da opinião de cada um, o Estado tem de legalizar o controle da capacidade reprodutiva, reconhecendo o projeto autônomo que cada mulher pode exercer sobre seu corpo e sua vida.

Limites

Os conflitos por justiça ambiental, social, racial e de gênero, o uso e a gestão dos recursos naturais, o aborto e a autonomia reprodutiva das mulheres e a diversidade sexual são alguns dos campos políticos contemporâneos que dividem ou desafiam as esquerdas latino-americanas no governo.

Esses confrontos muitas vezes são minimizados ou continuam à margem dos “grandes debates políticos”. A marginalização de alguns campos do ativismo por parte das esquerdas partidárias reproduz uma divisão entre o material e o cultural, obsoleta tanto na teoria como na prática. Mais grave ainda, porém, como aponta Judith Butler, é que esta ortodoxia “atua ombro a ombro com um conservadorismo social e sexual que aspira a relegar a uma função secundária as questões relacionadas com a raça e a sexualidade frente ao autêntico assunto da política, produzindo uma estranha combinação política de marxismos neoconservadores”.

Estamos, sem dúvida, numa encruzilhada: se, por um lado, há uma maior consciência dos direitos — que geram e desencadeiam novas conflituosidades —, por outro ficam evidentes os déficits teóricos e institucionais das esquerdas para construir novas orientações da mudança simbólica, cultural e política.

Para a cruzada conservadora da direita política e da

direita fundamentalista, esses campos são prioritários, até porque elas têm consciência da fraca oposição que pode ser oferecida pela esquerda — imersa que está em suas próprias tensões e divergências internas. Construir um campo de esquerda crítica, que dispute com a direita os terrenos simbólicos culturais, continua sendo uma prioridade que ainda não ecoou nas atuais elites políticas.

Para uma parte importante da esquerda mais próxima aos movimentos sociais, ser de esquerda significa associar um discurso político a uma prática política que amplia os horizontes de liberdade — e não limitá-los: deve ser uma esquerda laica, anticlerical e democrática, que visa a construir junto a amplos setores da população antídotos contra a violência e a falta de solidariedade social; uma esquerda disposta a se questionar, repensar e construir novos pactos de justiça, reconhecimento e autonomia; a ensaiar novos caminhos de experimentação institucional, não para perpetuar suas lideranças no poder, mas para aprofundar as formas de participação democrática e efetivar o controle social sobre suas próprias políticas.

Como aponta Judith Butler, “diferentemente de uma visão que forja a operação de poder no campo político exclusivamente em termos de blocos separados que concorrem entre si pelo controle das questões políticas, a hegemonia enfatiza as formas operadas pelo poder para configurar nossa compreensão cotidiana das relações sociais e para orquestrar as maneiras com que consentimos (e reproduzimos) essas relações tácitas e dissimuladas de poder [...] Além disso, a transformação social não acontece simplesmente por uma concentração massiva em favor de uma causa, mas sim justamente através das maneiras como as relações sociais cotidianas são rearticuladas e novos horizontes conceituais são abertos por práticas anômalas e subversivas”.

Trata-se de criar uma hegemonia a partir das práticas políticas que ocorrem nos múltiplos espaços e por múltiplas

formas de subversão no âmbito pessoal, privado e público, e que fazem da ação política para a transformação social uma transformação cotidiana das relações de poder. Isso sim é esquerda.

Referências bibliográficas

- ÁVILA, Betania. “Los sentidos del feminismo”, em Encontro da Articulação de Mulheres Brasileiras, dez. 2006. Disponível em <www.amb.org.br>.
- BUTLER, J.; LACLAU, E.; ZIZEK, S. *Contingencia, Hegemonía, Universalidad. Diálogos contemporáneos en la izquierda*. Buenos Aires: FCE, 2003.
- BUTLER, Judith. “El marxismo y lo meramente cultural”, em *New Left Review*, nº 2, mai.-jun. 2000.
- FALERO, Alfredo. “Del Cambio a la contención del Cambio: período bisagra en América Latina?”, em *Sujetos Colectivos, Estado y capitalismo en Uruguay y América Latina*. Montevideu: Trilce, 2014.
- GUDYNAS, Eduardo. “La identidad de los progresismos en la balanza”, em ALAI, 2015.
- HAN, Beyung-Chu. *La sociedad de la transparencia*. Madrid: Herder, 2013.
- IBASE. *Bases para una agenda pós-neoliberal*. Rio de Janeiro: IBASE, 2005.
- _____. *Miradas y reflexiones. Bases para una agenda pós-neoliberal*. Rio de Janeiro: IBASE, 2006.
- TAPIA, Luis. *Política Salvaje*. Buenos Aires: Clacso-Waldhuter, 2011.
- VARGAS, Virginia. *Feminismos en América Latina. Programa Democracia y transformación global*. Lima: Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales-UNMSM, 2008.

Notas sobre a implosão da Venezuela rentista

Edgardo Lander

No segundo semestre de 2016, as crises econômicas e políticas se aprofundaram na Venezuela e, com elas, a deterioração das condições de vida da população. A violência e os protestos populares se acirraram, e se aceleraram as tendências autoritárias do governo do presidente Nicolás Maduro.

Não contamos com cifras oficiais atualizadas para analisar o estado atual da economia venezuelana. Ao que parece, o governo optou por não divulgar estatísticas que permitiriam constatar a profundidade da crise vivida pelo país, sobretudo as informações elaboradas pelo Instituto Nacional de Estatísticas, o Banco Central da Venezuela e o Ministério da Fazenda. Os cálculos que foram divulgados por analistas econômicos, centros acadêmicos, associações empresariais e instituições internacionais variam muito entre si.

Em 2016, a economia venezuelana registrou sua pior queda desde a paralisação da produção petroleira e o locaute empresarial dos anos 2002 e 2003, com uma contração estimada entre 10%⁷⁵ e 18,6%,⁷⁶ acumulando

75 BANCO MUNDIAL. *Venezuela Panorama general*, 6 out. 2016. Disponível em <<http://www.bancomundial.org/es/country/venezuela/overview>>.

76 “Inflación de 2016 habría cerrado en casi 800%”, em *Informe 21*, 21 jan. 2017. Disponível em <<https://informe21.com/economia/inflacion-de-2016-habria-cerrado-en-casi-800>>.

assim três anos consecutivos de redução do PIB. Os preços do petróleo tiveram uma leve recuperação, passando de uma média de US\$ 35,15 por barril durante o ano de 2016 a US\$ 45,12 por barril no final do mesmo ano,⁷⁷ muito longe da média, que flutuou entre US\$ 101,04 e US\$ 88,42 por barril entre 2011 e 2014. Diferentes fontes nacionais e internacionais calculam que a inflação correspondente a 2016 tenha variado entre 300% e 800%. Pelo terceiro ano consecutivo, produziu-se um severo déficit fiscal. De acordo com algumas estimativas, a despesa pública de 2016 sofreu uma redução de aproximadamente 30% em relação ao ano anterior.⁷⁸ Reduziram-se drasticamente as reservas de divisas disponíveis para as importações, o que deu continuidade à severa escassez de alimentos e medicamentos que caracterizou 2015.

Acentuou-se a tendência à diminuição de reservas internacionais, assim como o incremento da dívida pública, tanto interna quanto externa. Ao final de 2016, as reservas internacionais eram de US\$ 10,97 bilhões, o que representa uma queda de 33% em relação às reservas do segundo trimestre de 2015, e de 63% em relação ao montante correspondente ao segundo semestre de 2012.⁷⁹ Não foram divulgadas cifras atualizadas sobre a dívida externa, mas a partir de cifras extraoficiais depreende-se que as reservas internacionais representam algo entre 7,3% e 9,2% do montante total da dívida externa, apenas.

Apesar do reconhecido impacto negativo da existência

77 MINISTERIO del Poder Popular de Petróleo. “Precios del Petróleo”, 3 fev. 2017. Disponível em <<http://www.mpetromin.gob.ve/portalmepet/secciones.php?option=view&idS=45>>.

78 “En 30,8% cayó el gasto público del gobierno el año pasado”, em *El Universal*, 24 jan. 2017. Disponível em <http://www.eluniversal.com/noticias/economia/308-cayo-gasto-del-gobierno-ano-pasado_636539>.

79 BANCO CENTRAL DE VENEZUELA. Disponível em <<http://www.bcv.org.ve/c2/indicadores.asp>>.

de várias paridades monetárias, não foi tomada nenhuma providência para unificar o câmbio. Enquanto a cotação altamente subsidiada, com a qual se importa a maior parte dos alimentos e medicamentos, é de 10 bolívares por dólar, a cotação do dólar paralelo, que tem uma significativa incidência na fixação dos preços, chegou a 3,23 mil bolívares por dólar em 4 de fevereiro de 2017.⁸⁰

De acordo com a *Pesquisa qualitativa da conjuntura industrial* da Confederação Venezuelana de Industriais (CONINDUSTRIA), correspondente ao terceiro trimestre de 2016, apenas 39,1% da capacidade industrial do país estava sendo usada, o que representa uma redução de 18% em relação à taxa de uso correspondente ao terceiro trimestre de 2015. De acordo com a Câmara Automotiva da Venezuela (CAVANEZ), a venda de veículos novos no fechamento de 2016 registrou uma queda de 82,89% em relação a 2015.⁸¹ De acordo com a Confederação de Associações de Produtores Agropecuários (FEDAGRO), a produção agrícola do país cobriu apenas 30% do consumo nacional no primeiro trimestre de 2017.

Essa deterioração generalizada da atividade produtiva e das finanças públicas continua acarretando graves impactos nas condições de vida da população, especialmente nas áreas de saúde, alimentação e segurança. A acentuada escassez de medicamentos dificulta enormemente o tratamento de doenças crônicas, como

80 *Dólar Today*, 4 fev. 2017. Disponível em <https://twitter.com/DolarToday?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor>.

81 “CAVANEZ: sector automotor tocó su nivel mínimo de los últimos 18 años”, em CONINDUSTRIA. Disponível em <<http://www.conindustria.org/cavenez-sector-automotriz-toco-su-nivel-minimo-de-los-ultimos-18-anos/>>.

a hipertensão e o diabetes, e leva a mortes frequentes nos hospitais como consequência direta da falta de equipamentos ou medicamentos. Se é verdade que, entre o final de 2016 e o início de 2017, houve um aumento da disponibilidade de alimentos, o preço dos produtos que não são subsidiados pelo Estado — que chegam a apenas uma parte da população — está além do poder aquisitivo da maioria, custando até dez vezes mais que os produtos subsidiados.

Tudo isso se traduz, inevitavelmente, em crescentes níveis de desnutrição. De acordo com uma pesquisa realizada pela organização católica Cáritas da Venezuela entre outubro e dezembro de 2016 em paróquias de quatro estados do país, “25% das meninas e dos meninos avaliados mostraram alguma forma de desnutrição aguda, e 28% mostraram risco de desnutrição”.

Os violentos saques e, inclusive, a destruição generalizada de estabelecimentos comerciais, sobretudo de alimentos, em dezembro de 2016 na cidade de Ciudad Bolívar, tanto em ações espontâneas de parte de setores populares quanto de grupos delinquentes organizados, ilustram os níveis de descontentamento e tensão que hoje assolam a sociedade venezuelana.

Acentuam-se as tendências autoritárias

Durante as últimas semanas de 2016 foram conduzidas negociações entre o governo e a oposição representada pela Mesa de Unidad Democrática (MUD), com a participação de mediadores internacionais, entre eles ex-presidentes da Espanha, do Panamá e da República Dominicana, assim como um representante do papa Francisco.

Seja por que não houve acordos ou porque não se cumpriu o que foi acordado, essas negociações não contribuíram

para destravar a crise política no país. No entanto, tiveram efeitos diferenciados para as duas partes em conflito. Ao governo, permitiram ganhar tempo e dar uma aparência de disposição para o diálogo, sem ceder em nenhuma das principais demandas da oposição, como a liberdade dos prisioneiros políticos, a convocatória de um referendo revogatório do mandato do presidente e o reconhecimento da Assembleia Nacional. Para a MUD, esses resultados levaram a uma profunda crise. Em função das negociações, sua base de apoio desmobilizou-se totalmente, provocando decepção e desconfiança entre seus seguidores. Tornou-se pública a existência de profundas divisões no seio da oposição, que não apenas desprestigiou-se e enfraqueceu-se politicamente, mas também encontra crescentes dificuldades para chegar a acordos políticos.

De acordo com uma pesquisa de opinião realizada em janeiro de 2017, 51% da população não se identificava nem com o governo do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) nem com a oposição organizada em torno da MUD. Na medida em que aumenta o mal-estar entre a população e cresce a rejeição à administração de Nicolás Maduro, o governo reagiu intensificando suas tendências autoritárias e o rigor repressivo. As expressões mais evidentes das tendências autoritárias, que claramente violam a Constituição de 1999, são as seguintes:

- Desconhecimento da vontade popular, expressa no apoio majoritário aos candidatos da oposição nas eleições parlamentares de dezembro de 2015. Depois que o Tribunal Supremo de Justiça declarou a Assembleia Nacional em “desacato”, nenhuma das decisões parlamentares foi reconhecida pelos demais poderes públicos, que atuaram de acordo com a vontade do Executivo. Assim, desapareceu qualquer

pretensão de separação de Poderes no país. Ao declarar “desacato” ao Legislativo, o Judiciário usurpou as funções da Assembleia Nacional e designou dois membros do Conselho Nacional Eleitoral. Com base nesse mesmo critério, o presidente da República apresentou sua prestação de contas de 2016 ao Tribunal Supremo de Justiça — e não à Assembleia Nacional, como deveria ocorrer. Da mesma forma, a proposta de orçamento nacional para 2017, que deveria ser submetida pelo presidente da República ao crivo da Assembleia Nacional, foi recebida e aprovada pelo Tribunal Supremo de Justiça;

- Depois de impor inúmeros obstáculos para impedir a realização do referendo revogatório, apesar de se terem observado todos os trâmites legais, o Conselho Nacional Eleitoral acabou determinando a suspensão do referendo com base em opiniões emitidas por tribunais penais regionais sem nenhuma competência no âmbito eleitoral. Dessa forma, fechou-se a possibilidade de a população venezuelana exercer seu direito constitucional de decidir sobre a continuidade ou não do governo de Nicolás Maduro;
- Segundo a Constituição, em dezembro de 2016 deveria ser realizado o pleito para a eleição de novos governadores, que assumiriam os cargos em janeiro de 2017. O Conselho Nacional Eleitoral informou, contudo, que as eleições não seriam realizadas na data prevista, prorrogando, inconstitucionalmente, a gestão dos então governadores;
- Acelerou-se o processo de militarização do país e continuam sendo atribuídos poderes e privilégios adicionais às Forças Armadas. Entre outras ações, intensificou-se a presença militar em todos os níveis da gestão pública, e foram criadas novas empresas das Forças

Armadas.⁸² Em fevereiro de 2017, 34% dos membros do Gabinete da Presidência da República eram militares da ativa ou reformados. Incluem-se aqui ministérios tão importantes como o da Presidência da República, do Interior, da Justiça e Paz, da Defesa, da Agricultura e Terras, da Alimentação, de Obras Públicas e de Ecosocialismo e Águas. Foi concedida plena autonomia administrativa e empresarial ao Ministério da Defesa e a todos seus órgãos adjuntos, uma vez que se retirou da Controladoria Geral da República sua competência constitucional de fiscalizar as atividades das Forças Armadas.⁸³

Tais medidas parecem visar à preservação da lealdade dos militares, que hoje constituem a principal base de apoio do governo. Entretanto, circulam fortes rumores sobre a existência de mal-estar em alguns setores das Forças Armadas, inclusive com a possibilidade de um golpe militar;

- A partir de 14 de janeiro de 2016, a poucos dias da instauração da nova Assembleia Nacional, amplamente dominada pela oposição, a Venezuela passou por um regime de exceção que outorga poderes ilimitados ao presidente da República, permitindo-lhe, inclusive, a suspensão de muitos direitos constitucionais. Até então, por decisão de Nicolás Maduro à revelia da Assembleia Nacional, via Tribunal Supremo de Justiça, já foram promulgados quatro

82 “FANB monta emporio industrial con 17 empresas propias y mixtas”, em *El Nacional*, 9 dez. 2016. Disponível em <http://www.el-nacional.com/noticias/politica/fanb-monta-emporio-industrial-con-empresas-propias-mixtas_24717>.

83 “El negocio de los militares: Se elimina el control sobre las empresas de las Fuerzas Armadas”, em *Aporrea*, 1º fev. 2017. Disponível em <www.aporrea.org/civico-militar/n303582.html>.

decretos de exceção e emergência econômica, com três prorrogações de sessenta dias. Conforme o artigo 339 da Constituição, “o decreto que declara o estado de exceção, no qual se regulará sobre o exercício do direito cuja garantia se restringe, será apresentado, dentro dos oito dias após sua promulgação, à Assembleia Nacional, ou à Comissão Delegada, para a sua apreciação e aprovação, e à Sala Constitucional do Tribunal Supremo de Justiça, para que se pronuncie sobre a sua constitucionalidade”.

As ações do governo sugerem que a prioridade é sua permanência no poder, acima de qualquer objetivo, com o propósito de evitar o retorno da direita. No entanto, esse governo, autodenominado de esquerda e revolucionário, demonstra uma combinação explosiva de inaptidão, corrupção e autoritarismo crescente, e, longe de conter a direita, está lhe preparando o terreno. Passo a passo, foram desmoronando todas as ilusões de um novo mundo possível que predominaram no imaginário popular venezuelano nos primeiros anos do processo bolivariano liderado por Hugo Chávez. Hoje, vem se instaurando na população o dogma neoliberal, segundo o qual o poder público é necessariamente ineficiente e corrupto.

Sobre os autores

José Correa Leite

Paulista, é professor universitário com doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005) e pós-doutorado pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (2015). Foi editor do jornal *Em Tempo* e organizou, com Isabel Loureiro e Maria Elisa Cevasco, o livro *O espírito de Porto Alegre*.

Emilio Horacio Taddei

Portenho, é professor da Universidade de Buenos Aires, com mestrado e doutorado pelo Instituto de Estudos Políticos de Paris da Fondation Nationale de Sciences Politiques. Foi coordenador acadêmico da Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso) e organizou, com José Seoane, o livro *Resistencias mundiales: de Seattle a Porto Alegre*.

Giovanna Roa

Ativista chilena, comunicadora e colaboradora em projetos culturais e políticos, públicos e privados. Designer e co-diretora do festival feminista Ruidosa. Foi vice-presidente da Federação Estudantil da Universidade Católica do Chile, em 2010, e diretora criativa em campanhas políticas.

Lilian Celibert

É professora e feminista uruguaia. Começou a militância no movimento estudantil e foi presa política da ditadura militar em seu país aos 21 anos. É coordenadora do coletivo de comunicação feminista Cotidiano Mujer e participa da Articulação Feminista Marcosur, promovendo o desenvolvimento de um campo político feminista regional e mundial.

Alberto Acosta

Economista e político equatoriano. Professor da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), foi um dos redatores do plano do governo da Aliança País, ministro de Energia e Minas e presidente da Assembleia Constituinte.

John Cajas Guijarro

Economista equatoriano graduado da Escola Politécnica Nacional, com mestrado em Economia do Desenvolvimento pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso). É professor de Economia Política da Universidade Central do Equador e da Escola Politécnica Nacional do Equador.

Alejandro Bendaña

Fundador do Centro de Estudos Internacionais em Manágua, possui um PhD em História pela Universidade de Harvard. Autor de vários livros sobre relações internacionais e reconstrução pós-guerra, atuou como consultor do Programa Unesco de Cultura da Paz e para a reintegração de ex-combatentes na América Central, Colômbia e sul da África.

Pablo Solón

Político boliviano, diretor da Fundação Solón, ex-diretor executivo do Focus on the Global South, grupo de pesquisa ativista, e ex-embaixador do Estado Plurinacional da Bolívia nas Nações Unidas. Lidera o Observatório Boliviano de Mudanças Climáticas e Desenvolvimento.

Edgardo Lander

Professor-pesquisador venezuelano do Departamento de Estudos Latino-Americanos da Universidade Central da Venezuela, onde também é membro do conselho editorial da *Revista Venezolana de Economía e Ciências Sociais*.

[cc] Coletivo660, 2018

[cc] Editora Elefante, 2018

Você tem a liberdade de compartilhar, copiar,
distribuir e transmitir esta obra, desde que
cite a autoria e não faça uso comercial.

Primeira edição, março de 2018

Impresso no Brasil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

O eclipse do progressismo : a esquerda latino-americana em debate
/ organização de José Correa Leite, Janaina Uemura, Filomena
Siqueira. – São Paulo : Elefante, 2018.
248 p.

ISBN 978-85-93115-12-7

1. América Latina - Política e governo 2. América Latina - Ciência
política 3. América Latina - Partidos de esquerda 4. Progressismo
5. Neoliberalismo I. Leite Junior, José Correa II. Uemura, Janaina III.
Siqueira, Filomena

18-0254

CDD 320.980

Índices para catálogo sistemático:

1. América latina - Política e governo

EDITORA ELEFANTE

editoraelefante.com.br

editoraelefante@gmail.com

fb.com/editoraelefante

@editoraelefante

fontes GT Walsheim & Fournier MT Std
papel Kraft 240 g/m² e Pólen soft 70 g/m²
impressão Cromosete
tiragem 1.000 exemplares

governos, seja pela via eleitoral, como na Argentina, seja por meio de golpes de Estado parlamentares: primeiro em Honduras, em 2009, depois no Paraguai, em 2012, e então no Brasil, em 2016. E rapidamente vêm desfazendo avanços das últimas décadas. Com a exceção do Uruguai, os governos progressistas que se mantêm no poder enfrentam crises agudas, como na Venezuela, ou acumulam reveses, caso da Bolívia. *O eclipse do progressismo* reúne contribuições de pensadores e ativistas latino-americanos que outrora apoiaram os governos de esquerda, mas agora fazem balanços críticos dessas experiências, percebendo que suas medidas não acumularam para o esperado — e necessário — *cambio*. As críticas aqui expostas miram os pecados capitais de tais governos, com destaque para a persistência do modelo extrativista primário-exportador, que concentra renda, destrói o meio ambiente e atropela os direitos dos povos tradicionais, e para os pactos estabelecidos com as elites em troca da “governabilidade”, além da cooptação — e enfraquecimento — das organizações populares e sindicais. Se o “fim de ciclo” é inegável, porém, não há razões para esmorecer. Os erros abrem espaço para o debate, com vistas à construção de um novo projeto que reestabeleça a conexão entre esquerda e justiça social. Assim, quiçá, tal como o sol após a passagem da lua, e mais cedo do que o cenário desolador anuncia, as forças progressistas possam voltar a ser uma luminosa alternativa para os povos de Nossa América.

ISBN 978-85-93115-12-7
EDITORAELEFANTE.COM.BR

O eclipse do progressismo começa com um artigo de Emilio Horacio Taddei sobre a restauração neoliberal na Argentina, iniciada com a vitória eleitoral de Mauricio Macri, em 2015. Depois, Pablo Solón, ex-embaixador da Bolívia nas Nações Unidas, elenca suas críticas ao processo de mudança liderado por Evo Morales. José Correa Leite Junior discute as razões que levaram ao golpe parlamentar contra Dilma Rousseff. No Chile, Giovanna Roa comenta os desafios da transição da luta popular: das ruas às instituições. O ex-ministro de Rafael Correa, Alberto Acosta, descreve, com John Cajas Guijarro, os motivos pelos quais o governo da “revolução cidadã” não transformou as estruturas de poder do Equador. A cooptação do sandinismo por Daniel Ortega, na Nicarágua, são objeto da análise de Alejandro Bendaña. A uruguaia Lilian Celiberti discute os conceitos de esquerda a partir da perspectiva feminista. E Edgardo Lander expõe as razões pelas quais acredita que a Venezuela rentista está a ponto de implodir.

Coletivo **660**

 **ação**
 **educativa**



elefante
EDITORA